

**UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

DISSERTAÇÃO

**DEMOCRATIZAR PARA RESISTIR: O IMPACTO DO PLANO DE
APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS
UNIVERSIDADES FEDERAIS (REUNI) NA UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ), NA PERSPECTIVA
DE EXPANSÃO DAS LICENCIATURAS**

MARCELE CAMARGO RAMOS

2021



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**DEMOCRATIZAR PARA RESISTIR: O IMPACTO DO PLANO DE
APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS
UNIVERSIDADES FEDERAIS (REUNI) NA UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ), NA PERSPECTIVA
DE EXPANSÃO DAS LICENCIATURAS**

MARCELE CAMARGO RAMOS

Sob a Orientação da Professora
LIA MARIA TEIXEIRA DE OLIVEIRA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

Seropédica, RJ
Março de 2021

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Biblioteca Central
Biblioteca Central/Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada com os dados fornecidos pelo (a) autor (a)

Ramos, Marcele Camargo, 1982-

R175d DEMOCRATIZAR PARA RESISTIR: O IMPACTO DO PLANO DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS (REUNI) NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ), NA PERSPECTIVA DE EXPANSÃO DAS LICENCIATURAS / Marcele Camargo Ramos. - Rio de Janeiro, 2021.

135 f.

Orientadora: Lia Maria Teixeira de Oliveira.

Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, 2021.

1. Educação. 2. Ensino Superior. 3. Democratização. 4. REUNI. I. Oliveira, Lia Maria Teixeira de, 1957-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola III. Título.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.

É permitida a cópia parcial ou total desta Dissertação, desde que seja citada a fonte.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

MARCELE CAMARGO RAMOS

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 26/03/2021

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

Profa. Dra. Lia Maria Teixeira de Oliveira - UFRRJ
(Orientadora, Presidente da banca)

Profa. Dra. Nádia Maria Pereira de Souza - UFRRJ

Profa. Dra. Maria da Conceição Calmon Arruda – UERJ/FIOCRUZ



Emitido em 26/03/2021

HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO Nº 44/2021 - PPGEA (11.39.49)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 19/05/2021 20:31)

LIA MARIA TEIXEIRA DE OLIVEIRA

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR AETERRA (12.28.01.63)

Matrícula: 386939

(Assinado digitalmente em 19/05/2021 13:32)

NADIA MARIA PEREIRA DE SOUZA

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR DeptTPE(12.28.01.00.00.00.24)

Matrícula: 1067747

(Assinado digitalmente em 19/05/2021 14:55)

MARIA DA CONCEIÇÃO CALMON ARRUDA

ASSINANTE

EXTERNO CPF:

784.851.697-00

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrj.br/documentos/> informando seu número: **44**, ano: **2021**, tipo: **HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**, data de emissão: **19/05/2021** e o código de verificação: **413cc5f39b**

*A esperança adiada faz adoecer o coração,
mas o sonho realizado é árvore de vida.
(Pv 13:12)*

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação primeiramente a Deus, por ser o meu Senhor e saber que minha vida foi fruto da morte dele na cruz. Sem ele nada sou, sou feliz por me escolher e aprender que a verdadeira sabedoria é o temor à Deus.

À minha mãe, por sempre se fazer presente e acolhedora em minha vida. Meus filhos não seriam tão felizes e sadios se não fosse a Zira.

Ao meu marido, por ser paciente, amigo e por muitas vezes se doar para me fazer feliz. Sua dedicação, amor e alegria são frutos da graça de Deus em nossas vidas.

Aos meus filhos, Alícia meu primeiro amor e Jessé Artur o renovo em nossas vidas.

Aos meus irmãos, Tatianne e Marcelo. Espero o dia em que nossas companhias sejam de paz e união.

À minha amiga, e mais que amiga Jaqueline por me ensinar muitas coisas. Cada dia de serviço ao seu lado é mais prazeroso e didático.

Ao Edgar Bravo, por ensinar que ser manso de coração é a graça de Deus para a humanidade.

AGRADECIMENTOS

À minha família, que sempre será minha base. Meu marido pelos dias de suporte e sempre apoiar minhas decisões. Minha mãe por nunca dizer não quando preciso dela.

Aos meus amigos verdadeiros que torceram pelo meu sucesso.

Aos meus amigos da Procuradoria, Ramon e Danielle por toda ajuda, força e amizade.

Aos Procuradores da Universidade pelos incentivos e cordialidade.

À minha orientadora, por sempre ser muito solícita em me ajudar. Pelos seus conhecimentos que tanto contribuíram para essa pesquisa, por sua doçura e por sua capacidade de ser colocar no lugar dos outros.

À UFRRJ, por ser o sonho realizado, a minha árvore de vida.

Aos entrevistados que se disponibilizaram seu tempo e memória.

Aos funcionários das Pró-Reitorias de Graduação, Estudantil e de Planejamento pela comunicação e paciência em separar as planilhas de análise.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola por ser o canal para a concretização da pesquisa.

RESUMO

RAMOS, Marcele Camargo. **DEMOCRATIZAR PARA RESISTIR: O IMPACTO DO PLANO DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS (REUNI) NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ), NA PERSPECTIVA DE EXPANSÃO DAS LICENCIATURAS.** 2021. 135f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2021.

A educação ao mesmo tempo em que é considerada um meio de se promover o desenvolvimento social de uma nação, sempre foi palco de grandes discussões, principalmente, porque na história essa foi direcionada inicialmente para uma pequena parcela da população, considerada elites econômicas. Contudo, toma-se necessário ampliar o acesso à educação básica, mas também ao ensino superior visando incluir o cidadão no projeto de desenvolvimento social, econômico e da ciência. O presente estudo tem como objetivo analisar o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) destinado a expansão do acesso e permanência da educação superior e verificar a singularidade da expansão na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e sua proposta de democratização do acesso ao ensino superior e a redução das desigualdades, ampliando os cursos de Licenciatura. Para isso, foi adotada a abordagem qualitativa da pesquisa em educação, tratando a fundamentação do percurso metodológico por meio do estudo de caso. Os dados foram sendo construídos a partir de fontes primárias e secundárias segundo a técnica de documentação, que foi possível devido ao levantamento das fontes nas Pró-Reitorias da UFRRJ, além de entrevistas semiestruturadas e da revisão de literatura necessária a interpretação dos dados.

Palavras-Chave: Educação. Ensino Superior. Democratização. REUNI.

ABSTRACT

Education, at the same time that it is considered a means of promoting the social development of a nation, has always been the scene of great discussions, mainly because in history this was initially directed towards a small portion of the population, considered to be economic elites. However, it is necessary to expand access to basic education, but also to higher education, aiming to include the citizen in the project of social, economic and science development. The present study aims to analyze the Restructuring and Expansion Program of Federal Universities (REUNI) aimed at expanding access and permanence of higher education and verifying the singularity of the expansion at the Federal Rural University of Rio de Janeiro and its proposal to democratize access to higher education and the reduction of inequalities, expanding the degree courses. For this, the qualitative approach of research in education was adopted, addressing the foundations of the methodological path through the case study. The data were being constructed from primary and secondary sources according to the documentation technique, which was possible due to the survey of the sources in the Pro-Rectories of UFRRJ, in addition to semi-structured interviews and the literature review necessary to interpret the data.

Key Words: Education. University education. Democratization. REUNI.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Legislações do ensino superior do governo FHC.	17
Quadro 2 - Democratização segundo várias perspectivas.	24
Quadro 3 - Ações Normativas relativas à educação.	29
Quadro 4 - Matrículas de cursos de graduação (presenciais e a distância) por categoria Administrativa do Brasil 2007-2017	32
Quadro 5 – Dimensões e aspectos específicos do REUNI	37
Quadro 6 - Previsão de acréscimo orçamentário a partir do Decreto nº 6.096/2007	39
Quadro 7 – Resultados Alcançados pelo Programa Expandir 2003-2006	44
Quadro 8 – Cursos campus Seropédica	52
Quadro 9 – Cursos Campus Nova Iguaçu	53
Quadro 10 – Número de Professores da educação básica que ingressaram nos cursos de licenciaturas da UFRRJ entre 2010 e 2017 por cotas e pelo PARFOR/CAPES/MEC	59
Quadro 11 – Meta de Vagas PRE/UFRRJ X Vagas Criadas no PRE/UFRRJ	61
Quadro 12 – Evolução das matrículas por turno das licenciaturas	62
Quadro 13 – Plano de Contratação de docentes	63
Quadro 14 – Quantitativos de docentes de 2008 a 2017 da educação superior/UFRRJ	64
Quadro 15 – Números de docentes por unidades	65
Quadro 16 – Quantitativos de Técnicos Administrativos da Educação Superior/UFRRJ	66

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Linha do Tempo de Criação de Univ. Federais por Governos	27
Figura 2 - Matrículas na Graduação a Distância entre 2000 e 2010	33
Figura 3 - Arquitetura Curricular da Universidade Nova	35
Figura 4 - Vagas ofertadas na graduação presencial	40
Figura 5 - Número de técnicos nas Universidades Federais de 2007–2011	41
Figura 6 - Número de Docentes nas Universidades Federais de 2007–2011	41
Figura 7 - Recurso Orçamentário do PNAES para as UFES	46
Figura 8 - Revista Universidade e Sociedade	47

Figura 9 - Debate com a comunidade Ruralina	48
Figura 10 – Expansão numérica de Instituições de Ensino Superior, Pública e Privada	49
Figura 11 – Linha do Tempo Licenciaturas UFRRJ	57
Figura 12 – Evolução das matrículas das licenciaturas em Seropédica e Nova Iguaçu	60
Figura 13 – Quantidade de bolsa auxílio alimentação	67
Figura 14 – Quantidade de auxílios financeiros à moradia	68
Figura 15 – Resultado das Licenciaturas no ENAD/2014	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução de instituições e de matrícula de educação superior por categoria administrativa (pública e privada) – 1994 a 2006	18
Tabela 2 – Percentual de escolaridade pública e renda familiar	58

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURA

ANDIFES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

BI – Bacharelado Interdisciplinar

BIRD – Banco Mundial

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CPA – Comissão Própria de Avaliação

CEFETs – Centro Federais de Educação Tecnológica

CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CNE – Conselho Nacional de Educação

ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

FIES – Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

GTI – Grupo de Trabalho Interministerial

IES -Instituições de Ensino Superior

IFs – Institutos Federais Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MEC – Ministério da Educação

PEC – Projeto de Emenda Constitucional

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PIB – Produto Interno Bruto

PNAES – Plano Nacional de Assistência Estudantil

PNE – Plano Nacional de Educação

PPP – Parceria Público-Privada

PRE/UFRRJ – Projeto de Reestruturação e Expansão da UFRRJ

ProUni – Programa Universidade para Todos

PT – Partido dos Trabalhadores

QRSTA – Quadro de Referência do Servidor Técnico-Administrativo

REUNI – Programa de Apoio a Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SISU – Sistema de Seleção Unificada

UNB – Universidade de Brasília

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura

UFBA – Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 A EDUCAÇÃO SUPERIOR EM MEIO ÀS TRANSFORMAÇÕES DA SOCIEDADE BRASILEIRA	7
1.1 As Transformações Mundiais e a Educação	8
1.2 Memória da Educação Superior no Brasil	11
1.2.1 A República (1930 – 1964)	11
1.2.2 Os Governos Militares (1964 – 1985) na Educação Superior	12
1.3 Nova República: Redemocratização Política e a Educação Superior	14
1.4 Governo FHC: Reforma para um novo modelo	15
1.5 A Questão da Educação Superior Tecnológica	18
2 O GOVERNO LULA E AS POLÍTICAS DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR	22
2.1 Democratização do Ensino Superior	22
2.2 O Governo Lula e as Políticas de Democratização	28
2.3 O Programa de Expansão e Restruturação das Universidades Federais (REUNI)	34
3 O REUNI NA UFRRJ E A PROPOSTA DE EXPANSÃO DAS LICENCIATURAS	51
3.1 A Rural em Números e História	51
3.2 O Reuni e as Licenciaturas na UFRRJ	54
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	76
APÊNDICES	
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

A educação visando a escolarização é um direito social previsto na Constituição Brasileira, sendo indispensável para a participação de todos no exercício da cidadania e fundamental num Estado Democrático. Desde a educação básica e suas modalidades, assim como a educação superior no Brasil sempre foi palco de grandes discussões, principalmente, porque na história social essa foi direcionada inicialmente para uma pequena parcela da população, considerada elites econômicas, que seria dirigente do país. Fato que não é novidade, pois a distribuição de renda e a desigualdade do acesso à escolarização básica e do ensino superior tem implicações estruturais e nas políticas educacionais que no Brasil foram direcionadas às elites na história passada da organização escolar.

No século XIX a “instrução superior” estava sob os auspícios do governo central promovido por Atos adicionais que interessavam muito os representantes políticos das províncias e do governo central. Era um nível de ensino que se voltava as elites aristocráticas brasileiras, embora já tivéssemos uma Constituição e estrutura social em mudanças administrativas, científicas e culturais. Cabe ainda nesta introdução salientar o crédito que a ciência assume nas sociedades liberais que separavam as igrejas do estado nação, aboliram a escravidão e a política de governos depositara grande credo na educação como fator de desenvolvimento social e econômico. É na República que o pensamento liberal positivista associado ao crescimento de uma camada média de homens e mulheres donos de uma força de trabalho livre imprimiram à sociedade brasileira reformas no campo da educação, que em outros países o capitalismo já imprimia necessidades de profissionalização e especialização no campo jurídico-científico.

Especificamente, o ensino superior torna-se nosso centro de atenção desde o início do período republicano até o nosso século. Notadamente, não cabe nesta introdução fazer um resgate da história da educação sobre o ensino superior desde a criação no período da chegada da Corte no Brasil até o século atual. Nosso objetivo é focar a atenção na trajetória desse nível de ensino, influências do pensamento científico na criação da universidade num sistema nacional de educação associada aos projetos de desenvolvimento social e do estado nação. Desta forma, o objeto de estudo dessa pesquisa volta-se para um Programa de expansão e reestruturação com forte apelo governamental como sendo uma política educacional voltada a universalização do acesso à universidade, que naquela época tinha apoio de outras políticas de governo consideradas prementes à permanência das classes populares ingressantes na universidade, quando outrora foram alijadas das leis de igualdades sociais.

A educação é considerada como combustível para o desenvolvimento de uma nação e a sua ausência, é marca de desigualdade social. A democratização do acesso se faz necessária para tentar compensar a educação desigual que foi ofertada em nossa história. Com esse intuito, o Governo PT desenvolveu programas que visavam a democratizar do acesso ao ensino superior no país. Um dos principais programas desenvolvidos é o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, que possibilitou o acesso de milhares de jovens de baixa renda à educação superior.

O REUNI tem como objetivo criar condições para ampliação do acesso e permanência para a Educação Superior, em nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas Universidades Federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulando a diversidade do sistema de ensino superior (BRASIL, 2007).

O REUNI surge como proposta de financiamento para a expansão e democratização na Educação Superior por meio de investimentos nas Instituições Federais de Ensino. Neste sentido,

o programa foi voltado especificamente para as Universidades Federais para o período de duração de 2008-2012. A realização desse trabalho justifica-se por sua contribuição na avaliação do Programa REUNI, implantado pelo governo inicialmente como programa de governo voltado para o ensino superior, aferindo não somente o acesso dos beneficiados do programa às universidades, mas também em que condições ocorrem este acesso dos alunos. Assim, neste trabalho, a democratização do acesso à Educação Superior é entendida como a possibilidade de aumentar a forma de acesso de alunos de classes sociais desfavorecidas, tentando a inclusão e a permanência de todas as classes e grupos sociais nas Universidades Federais.

A presente dissertação trata da Educação Superior, com o objetivo de verificação das políticas de expansão e democratização no contexto atual da educação brasileira. Em especial, a pesquisa enfoca no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro sob a proposta de expansão dos cursos de licenciaturas.

Sobre a estrutura do trabalho, apresenta-se em quatro capítulos. O capítulo 1 se situa entre a educação superior em meio às transformações da sociedade brasileira, entende-se que essas transformações também ocorreram no mundo com mudanças socioeconômicas que influenciaram a educação superior. Em sequência analisamos o movimento histórico da educação superior que nasce elitista e ganha moldes democráticos ao longo do tempo, através de movimentos sociais que se traduziram em estratégia de universalização e políticas afirmativas.

O capítulo 2 trata sobre a continuidade do momento histórico no governo de Luís Inácio Lula da Silva por compreender que sua gestão foi marcada por traços de democratização e expansão do ensino superior e políticas educacionais para o ingresso para universalização do ingresso de classes desfavorecidas economicamente. Trata também do conceito de democratização do ensino superior e política públicas para sua implementação

O capítulo 3 tem a ver com o percurso metodológico da pesquisa e os instrumentos de produção de dados, assim como, a forma como analisei e interpretei os dados coletados.

O capítulo 4 foi estruturado a partir de particularidades do Programa REUNI na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Em um primeiro momento, traz um resgate da história da universidade e seus números atuais de cursos e matrículas. O capítulo objetiva ainda pontuar sobre o Programa Reuni com dados e números de sua implantação de vagas, matrículas, docentes, discentes e programas de extensão.

O procedimento metodológico da pesquisa teve como objetivo uma contextualização de políticas públicas de democratização do acesso ao ensino superior, fato que se entende mais consolidado com maior expressão no Governo Lula da Silva. Entre essas políticas, a de maior destaque foi o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que foi elaborado para as Universidades Federais como oportunidade de democratizar o acesso e a permanência ao ensino superior, rompendo com o caráter elitista das Universidades Brasileiras, segundo o princípio da universalização.

Essa pesquisa está pautada nos pressupostos teóricos que fundamentam a concepção de democratização do acesso e permanência ao ensino superior que concebe criticamente, as proposições e os anseios políticos de base econômica neoliberal. Concomitantemente à exposição do que consiste e das principais características do programa REUNI, objetivou investigar/expor e analisar a implementação do Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro de 2007-2017 abordando as importâncias das licenciaturas, como opção da instituição. A proposta metodológica que orientou o projeto de pesquisa se deu por meio de um estudo de caso, que contribuiu para concretizar a reunião de alguns procedimentos e técnicas de pesquisa.

A eleição do tema no projeto de pesquisa foi motivada pelo interesse na área de políticas públicas despertado ao longo do curso de graduação em Ciências Econômicas da UFRRJ, concluído em 2010, e pela compreensão acerca da sua relevância no âmbito da área de educação, aprofundada nos meus estudos no curso de Licenciatura em Letras. Ao mesmo tempo, que o tema foi um marco quando ingressei na Universidade, pois toda a discussão e votação sobre a aceitação do programa (REUNI) se iniciava na comunidade acadêmica. Hoje, trabalhar na Universidade em que me graduei é como “retribuir” todo o conhecimento, momentos marcantes e felizes que tive junto a ela, e posso dizer que o crescente interesse pela área de educação resultou neste desejo também de contribuir como pesquisadora nesse campo, conhecendo, analisando e refletindo acerca dos seus desafios como instrumento de formação do indivíduo-cidadão, de transformação social, de consolidação da democracia em nosso país e de prática de liberdade, tal como preconizado por Paulo Freire. E, como norte, tenho a certeza de que, para isso, não podemos deixar de continuamente discutir e analisar criticamente os seus rumos, isto porque, conforme a lição sempre atual do citado Mestre: “A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa.” (FREIRE, 1983 p.104)

O objetivo geral da pesquisa realizada após a qualificação do projeto foi caracterizar o impacto do Plano de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, na perspectiva de expansão das licenciaturas e da democratização do acesso. Como objetivos específicos, a pesquisa foi pautada em discutir a origem da educação superior como um acesso restrito e elitista; discutir a proposta do REUNI considerando as políticas públicas voltadas para a universalização do acesso e permanência das classes populares ao ensino superior e descrever o processo de expansão dos cursos e vagas de licenciatura da UFRRJ no período de 2007-2017.

Trata-se de uma pesquisa de caráter analítico-descritivo, buscando desenvolver, conforme observa Triviños, sobre a maioria dos estudos no campo da educação... (1987, p. 110), visto ter como objetivo a investigação, o conhecimento e análise sobre a implantação do REUNI no âmbito da UFRRJ e a expansão das licenciaturas no período de 2007-2017.

A abordagem e desenvolvimento deste tema tem aplicação nos métodos da pesquisa científica. A pesquisa social aborda inúmeros relacionamentos entre pessoas e instituições sociais, sendo incapaz de conter a totalidade da vida social pelo seu sentido amplo. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos. Para tanto, de acordo com Gil (2008), a pesquisa social é como o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social. (GIL, 2008, p. 26).

Envolve, portanto, uma pesquisa qualitativa através do método de estudo de caso que contém características que enfatizam a interpretação em contexto que de acordo com Lüdke (1986):

Um princípio básico desse tipo de estudo é que, para uma apreensão mais completa do objeto, é preciso levar em conta o contexto em que ele se situa. Assim, para compreender melhor a manifestação geral de problema, as ações, as percepções, os comportamentos e as interações das pessoas devem ser relacionadas à situação específica onde ocorrem ou à problemática determinada as que estão ligadas. (Lüdke, 1986, pg. 18 e 19)

Tem-se, portanto, que o estudo de caso é um método de abordagem qualitativa que, na maioria das vezes, trata-se de uma forma de aprofundar um determinado estudo, sendo utilizado nas pesquisas para responder a questionamentos em que o pesquisador não tem muitos dados sobre o fenômeno estudado.

Para Lüdke (1986), existem características ou princípios do estudo de caso que se sobrepõem as características gerais da pesquisa qualitativa, tal como descrito pelo livro de Bogdan e Biklen (1982) *A Pesquisa Qualitativa em Educação*. Para tal, o autor coloca que o estudo de caso pode “representar os diferentes e as vezes conflitantes pontos de vista. Quando o objeto ou situação estudados podem suscitar opiniões divergentes, o pesquisador vai procurar trazer para o estudo essa divergência de opiniões, revelando ainda o próprio ponto de vista sobre a questão” (Lüdke, 1986, pag. 20).

O contexto que envolve os debates relativos à democratização do ensino superior está relacionado a grandes temas de tamanha importância, tais como reforma universitária, inclusão social, ações afirmativas, combate às desigualdades sociais e econômicas e qualidade do ensino. E sabendo que esses assuntos mantêm relação com o tema da pesquisa, eles não foram abordados, como também não teve a intenção de fazer uma investigação histórica das desigualdades educacionais existentes no Brasil, nem se prestou a analisar preconceitos na sociedade.

A pesquisa manteve o foco no Programa REUNI, logo a abordagem em descrever e analisar a natureza do programa, seus limites e possibilidades em relação à proposta de democratização do acesso, por meio da implantação na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e a expansão das licenciaturas.

Trata-se de um Estudo implicado, às experiências pessoais vividas pela pesquisadora na universidade pública quando fui discente e depois da implantação como sendo profissional. Nesse interregno observei empiricamente as transformações institucionais após a implantação do REUNI, no entanto, a investigação fez-se mister na medida em que ter conhecimento sobre os dados, através de informações do acesso e permanência na educação superior via programa REUNI, tornaria relevante a resposta das perguntas que os segmentos da universidade ainda fazem a respeito dessa política pública. É uma pesquisa Expost-facto por ser delimitada no tempo através de um fato já ocorrido (2007- 2017), inserida na área de atuação do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Educação e Gestão no Ensino Agrícola.

Em se tratando dos procedimentos técnicos a pesquisa foi realizada, num primeiro momento, com base no levantamento bibliográfico, de livros, artigos, revistas, teses, dissertações e periódicos publicados sobre os assuntos, relativos à formação da educação superior, políticas públicas educacionais, democratização de acesso, ações afirmativas no ensino superior, reforma universitária e papel do Estado. Também foram levantadas as diretrizes do Programa Reuni, por meio dos Decretos, Leis, Portarias e outros documentos oficiais publicados pelo Ministério da Educação (MEC). E para isso, a pesquisa documental se mostra uma técnica de grande importância e decisiva em ciências humanas, porque a maior parte das fontes primárias e secundárias, escritas, imagéticas, orais ou não, são quase sempre a base do trabalho de investigação.

Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade, ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade). A metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está referida a elas. [...]. Ela inclui as concepções teóricas da abordagem, articulando-se com a teoria, com a realidade empírica e com os pensamentos sobre a realidade. (MINAYO, 2008, p. 14-15).

Ainda como procedimentos técnicos e além da pesquisa bibliográfica, foi necessário realizar uma coleta de dados estatísticos para analisar a efetividade do programa, dentro do espaço de tempo entre 2007 a 2017, quanto à democratização do acesso e programa REUNI na expansão das licenciaturas na UFRRJ. Esses dados foram coletados junto ao Ministério da Educação (MEC),

site da Universidade, Relatório de Gestão e Relatório da Comissão Própria de Avaliação Institucional.

Outro procedimento técnico de pesquisa de coleta de dados foram as entrevistas semiestruturadas. Esta é, aliás, uma das técnicas mais utilizadas em pesquisa científica, onde a entrevista semiestruturada permite ao entrevistado uma certa liberdade para abordar o tema de acordo com as informações e práticas que ele possui, Lüdke (1986). Os sujeitos das entrevistas foram escolhidos por estarem relacionados com a implantação do REUNI na universidade, bem como da participação direta na expansão e implementação das licenciaturas.

Os sujeitos selecionados da pesquisa foram quatro, mas apenas três responderam as entrevistas, sendo identificados como E1; E2; E3 no próximo capítulo. O entrevistado E1, fez parte da Administração Superior onde legitimou as ações dos coordenadores do Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PRE/UFRRJ), conforme as competências da gestão universitária prevista no Regimento. O entrevistado E2, foi Pró-Reitor de Graduação e principal articulador para a prática das ações do REUNI na graduação bem como das licenciaturas, de acordo com as competências do cargo e engajamento político institucional. O entrevistado E3, fez parte da Assessoria da Reitoria e participou desde a discussão até a implantação das licenciaturas, criando e assumindo também a implantação de um dos campi da UFRRJ.

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética da universidade sendo aprovado pelo processo administrativo nº 23083.004357/2020-41. Os sujeitos listados que responderam a entrevista assinaram o termo de livre e esclarecido. Cabe uma informação a título de conhecimento, que devido a Pandemia de Covid-19, a universidade desde o início do surto no Brasil suspendeu suas atividades acadêmicas e administrativas presenciais prejudicando de certa forma as entrevistas seja no sentido de contactar os entrevistados pessoalmente, assim como na disponibilidade para responderem as entrevistas mesmo que seja a distância (e-mail).

A partir dos objetivos dessa pesquisa foram elaboradas questões que nortearam as entrevistas:

1. Como foi a adesão do Reuni pela UFRRJ, por parte da comunidade acadêmica ao Programa? A discussão foi descentralizada pela Gestão universitária?
2. Qual a sua participação no Projeto de Reestruturação e Expansão (REUNI) da UFRRJ?
3. No seu ponto de vista, qual a principal motivação da UFRRJ em expandir a modalidade de curso como as licenciaturas como sendo a maioria no processo via REUNI?
4. Quais as principais dificuldades enfrentadas pela UFRRJ para expandir ou criar os cursos de licenciatura?
5. Como você avalia o processo de implantação/expansão das licenciaturas na UFRRJ, nos aspectos relacionados ao planejamento, a elaboração das metas, indicadores, estratégias, resultados esperados de acordo com o Programa REUNI?
6. No processo de implantação/expansão das licenciaturas, teve algum curso que deveria ser criado e por algum motivo não foi? Por quê?
7. No seu ponto de vista, qual foi a importância da adesão das licenciaturas no Programa Reuni para uma Universidade que ao longo do tempo muda sua característica agrária passando para uma característica humanista e comprometida com a formação do educador?
8. Quais as mudanças que o Programa REUNI provocou na UFRRJ quando o empoderamento da formação de professores se dá pela expansão das licenciaturas?

9. No seu ponto de vista, o que gostaria de acrescentar sobre os objetivos e/ou resultados alcançados na política pública de democratização de acesso e permanência ao ensino superior do Programa REUNI na UFRRJ?

CAPÍTULO I – A EDUCAÇÃO SUPERIOR EM MEIO ÀS TRANSFORMAÇÕES DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Este capítulo se situa num primeiro momento entre as transformações socioeconômicas que ocorreram no mundo, na sociedade brasileira e a educação superior. E como ponto de partida tomamos a relação trabalho-educação que trata de uma “relação de identidade”¹(SAVIANI, 2007, p. 154), quando voltamos o campo de análise para os estreitamentos entre os processos sociais, formação para o mundo do trabalho e a criação das instituições educacionais e suas políticas de universalização do acesso ao ensino superior.

Nesse sentido, se compreende que a raiz da educação, vista como prática social, origina-se no trabalho, na forma e nas necessidades geradas pela vida dos homens e mulheres nos processos de organização da sociedade, sendo esse processo o que nos orienta para discussão nesse início da dissertação. De acordo como o próprio autor:

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo (SAVIANI, 2007, p.154).

Considerando como o campo educacional foi formado em nossa sociedade é importante salientar que, por mais que a classe dominante valoriza a educação, ela cria barreiras para limitá-la onde o acesso à educação e principalmente a educação superior, objeto desse estudo, não passe além das necessidades impostas pelo capital.

Desse modo, o que pretendemos neste capítulo é tecer o movimento histórico da educação superior, seus possíveis determinantes sociais e econômicos que nos possibilitam compreender melhor a formação da educação superior, que surge elitista, assumindo particularidades ao longo do tempo quando conduzido pelo industrialismo, mantendo-se em patamares capitalistas em seu atual estágio de desenvolvimento do neoliberalismo, globalização, mas no Brasil por aberturas do processo de democratização da educação básica, fim dos anos 1990, atende às pressões dos movimentos sociais com estratégias de universalização do acesso, todavia, foi no início de 2000 com as cotas raciais, sociais, a partir de Programas gerados pelas políticas de ações afirmativas dos governos da época que o ensino superior democratiza. Cabe nesse contexto que estudamos trazer, mais precisamente, quais são as continuidades (e descontinuidades) em relação ao período colonial/imperial, ao período da ditadura militar, à nova república e ao período democrático que se estenderam nesse primeiro capítulo até o governo de Fernando Henrique Cardoso.

¹ Nesse sentido Saviani (2007) aborda a perspectiva identitária nessa relação em que a existência humana não está garantida apenas pela ação da natureza, mas como o homem/mulher cria condições para agir com e na natureza pela sua sobrevivência por meio do trabalho. Assim vai aprendendo a se tornar homem/mulher ao produzir sua própria existência.

1.1 - AS TRANSFORMAÇÕES MUNDIAIS E A EDUCAÇÃO

As transformações econômicas oriundas do capitalismo ao final do século XX determinaram uma nova estruturação e organização menos hierárquicas nas relações de trabalho num mundo globalizado e interligado pela informatização. Esse fenômeno social e econômico imprime também às instituições de ensino superior e científicas a necessidade de outros cursos que deveriam ser criados para atender a imposição da economia de grande capital.

Vale ressaltar que no decorrer do século XX, contando com o padrão de desenvolvimento baseado pelo processo de industrialização, foram criadas as principais Universidades públicas do Brasil, cuja base tinha os alicerces desde o século XIX, nas institucionalizadas Escolas Superiores de bacharelado, principalmente de engenharia, medicina e direito. O capitalismo mundial chega a uma crise estrutural ao longo da década de 1970 impondo reformas do Estado e uma estagnação da economia que atingiria os mercados e relações de trabalho. A flexibilização e a desregulamentação da economia são princípios neoliberais que direcionaram as instituições de trabalho e educação para possíveis reformas propostas pelo governo. A partir desse contexto mundial e particular brasileiro, o modo de produção capitalista sinalizaria à educação superior e tecnológica desencadeando uma série de reformas educacionais, influenciada pelas recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BIRD).

Na visão de Cunha (1991), o ensino superior brasileiro foi influenciado por essas mudanças e sua organização ainda se deu com moldes elitizados, contudo, a educação superior passa por uma nova fase através das faculdades privadas. Ainda para o autor, o acesso ao ensino superior nas instituições públicas e privadas foram diferentes na década de 1990, onde comparativamente nessa década, o distanciamento atinge o ponto mais elevado entre as instituições, devido ao cenário econômico, período em que as instituições públicas viveram dificuldades de ordens diversas devido ao financiamento reduzido pela União. Entretanto, as instituições privadas de ensino superior, iam na contramão das imposições do governo em abrir novos cursos, universidades e faculdades integradas em lugares sem recursos.

Mesmo com a expansão do ensino superior privado, esta não acompanhou o resultado esperado que foi de sobras expressivas de vagas e de criação de cursos voltados às áreas de alta tecnologia. Ao mesmo tempo, de acordo com Leher (2010), apesar do crescimento das matrículas nos cursos privados, estes não apresentavam um resultado de concluintes esperados, mesmo com descontos nas mensalidades. Nesse momento começam a surgir políticas públicas iniciadas nos anos de 1990, sendo mais expressivas as políticas do Governo Lula no início dos anos 2000 para a erradicação da pobreza e inclusão social. Nesses montantes de programas federais foram inúmeras as legislações aprovadas para fortalecer o acesso ao ensino superior. A democratização do ensino superior se deu através de políticas públicas, mais precisamente de políticas de ações afirmativas aliada as proposições e anseios políticos de governo que universalizaram o acesso a partir de Programas criados para esse fim.

As transformações mundiais ocorridas a partir da década de 1970, nos campos políticos, econômicos e sociais trouxeram reflexos também na educação superior. Transformações geradas pela crise do capitalismo internacional, crise do petróleo e crise do modo de produção se desenvolveram em novas formas de acumulação de capital. A educação como um fenômeno social teve sua participação exigida como uma ferramenta dessas mudanças em que a globalização mundial impôs para a sociedade novos processos formativos aos trabalhadores e trabalhadoras que

se defrontam com um mundo do trabalho mediado pelas transformações da revolução da microeletrônica e da reestruturação dos setores de produção material e imaterial.

Antes de adentrar na forma como a globalização e as ideias neoliberais exigiram que a educação se adequasse a esses fenômenos, cabe sintetizar como ela se relaciona com o desempenho econômico tratando da teoria do capital humano, que teve no início do século XX uma forte fundamentação nos processos de qualificação do/da trabalhador/a no mundo do trabalho capitalista durante o industrialismo.

Partindo do estudo de Solow (1956), em seu artigo “A contribution to the theory of economic growth”, ele diz que o aumento da tecnologia gera um aumento no produto trabalho, ou seja, a relação tecnologia gera um retorno de crescimento causado pelo fator trabalho. Sistematizando essa função de produção temos:

$$Y=F(K, L) = AK^aL^b$$

Mais do que demonstrar o modelo, é dizer as implicações que suas ideias têm para a educação como um pensamento amplo, envolvendo desde a escolarização até a qualificação profissional. Como o modelo de crescimento econômico de Solow parte do princípio do aumento da tecnologia que confere na maior qualidade do trabalho, ou seja, uma economia sem trabalhadores qualificados não cresce. Isso quer dizer que em um contexto de países que se industrializaram tardiamente como o Brasil, há uma dependência de mudanças tecnológicas à qualificação e da educação da força de trabalho. No Brasil houve uma legislação educacional voltada para exclusivamente a qualificação de pessoas para um exército de reserva de trabalhadores/as com educação básica com forte apelo a profissionalização, iniciando desde o primeiro grau e sendo compulsória no ensino de segundo grau. Por exemplo, a Lei de Diretrizes e bases do ensino de 1º e 2º graus (Lei nº 5692/1971), que trazia em seus objetivos e princípios a qualificação para o mundo do trabalho.

Outro economista que aborda a educação relacionada à economia é Schultz (1961), que considera a educação é um investimento no homem e como consequência desse investimento tem-se a formação do capital humano. Ele argumenta que a diferença salarial entre grupos, raças e estados americanos pode ser explicado pela diferença de educação entres os atores, os que têm mais educação recebem salários maiores. E relaciona educação e crescimento econômico, afirmando que o pouco capital humano existente nos países pobres era o grande limitador de seu crescimento econômico.

A rapidez com que as mudanças ocorreram na sociedade como um todo faz com que Frigotto (2005), analise a globalização com uma especificidade que:

(...em sua essência, o desbloqueio dos limites sociais impostos ao capital pelas políticas do Estado de bem-estar-social. É, também, neste sentido, uma revanche contra conquistas sociais da classe trabalhadora. O ideário da globalização, em sua aparente neutralidade, cumpre um papel ideológico de encobrir os processos de dominação e de desregulamentação do capital e, como consequência, a extraordinária ampliação do desemprego estrutural, trabalho precário e aumento da exclusão social). (FRIGOTTO, 2005, pag. 65)

O que Frigotto quis dizer? Segundo o autor, a globalização e suas consequências, embora sejam impactadas mediata e/ou imediatamente por todos os lados, estão distantes de possibilitar uma equidade socialmente. Ao contrário, das ditas benesses da globalização econômica, o que se vê é um processo ideológico de poder do capital contra o mundo do trabalho expressa nas ideologias e práticas neoliberais. Além disso, Frigotto (1996) mostra como a teoria do capital humano foi desenvolvida visando estabelecer uma correlação entre produtividade e conhecimento do

trabalhador e como essa teoria foi absorvida como um fator de desenvolvimento para os países do terceiro mundo, mediante ao investimento na educação da população. Ainda assim, o autor traça um histórico da concepção da educação e do dualismo embutido nesta desde que após a Revolução Francês se conseguiu estender para todos o direito a educação. Todavia essa extensão não se deu de forma igualitária, dividiu-se em dois grupos: uma escola para as massas, formadora da classe trabalhadora, preparando e adequando os indivíduos para o mundo do trabalho, e outra para a classe dominante, preparando os líderes e as cabeças pensantes.

Maués (2003, p. 92), aponta que a globalização, acompanhado com o neoliberalismo, constitui uma forma soberana para as saídas de crises do capitalismo, pois seria da própria natureza do capitalismo o fato de ele gerar suas próprias crises, estando “marcado pelo caráter cíclico do processo de desenvolvimento, alternando fases de prosperidade com outras de depressão”. Houve o interesse de um lado de abrir mais mercados (globalização), sendo que para isso seria necessária uma desregulamentação do Estado, o fim das barreiras administrativas ou políticas (neoliberalismo), de modo a facilitar a entrada de capitais internacionais, para a eficácia econômica.

De acordo com o mesmo autor, essa reação ideológica e política que o capitalismo abriu contra a sociedade, o trabalho e a educação, é que podemos ver que a educação foi uma prática social mediadora dos processos que se formaram no âmbito político, econômico, social e de produção. Com o esgotamento do Fordismo que, sobretudo, tinha um papel de racionalização do processo produtivo e fabricação de baixo custo, este não era mais capaz de atender às demandas de uma nova etapa do capital. Com isso também o modelo educacional se tornara defasado visto que não atendia as novas demandas informacionais que surgiram. A sociedade do conhecimento seria a reedição da teoria do capital humano sobre novas materialidades, a mudança da base técnica requer um novo perfil do trabalhador.

Análises realizadas pelos organismos internacionais como a UNESCO e o Banco Mundial sinalizam que o sistema educacional haveria de mudar para acompanhar as mudanças de um mercado competitivo. Outrossim, há diversas literaturas antes e durante a globalização ressaltando a reconfiguração de processos formativos dos/as trabalhadores/as se dariam mais próximos as contribuições do toyotismo e da gestão pela qualidade total. Uma dessas que podemos nos basear estão em Gaudêncio Frigotto, Marise Ramos e Pablo Gentili expoentes pesquisadores da área de economia e educação de universidades brasileiras.

Maués (2003), ainda define que o novo modo de produção introduzido por novas tecnologias passou a exigir um novo tipo de trabalhador mais flexível e eficiente com o objetivo de alinhá-lo à nova ordem econômica, política e social. Organismos internacionais determinam metas que a educação deve atingir e que as reformas realizadas na educação incorporassem algumas medidas como: maior qualificação do trabalhador; aumento de despesas governamentais com educação; informática e educação à distância para baratear e atingir o maior número de pessoas. Todas as metas são importantes para atingir a nova fase da economia mundial baseada no lucro e na competitividade, atendendo aos anseios do Neoliberalismo econômico. Um exemplo desses organismos internacionais é o Banco Mundial que elaborou documentos que devem ser seguidos pelos países em desenvolvimento para que a educação não só contribua para o desenvolvimento econômico como também para a diminuição da pobreza e com isso garantindo o pagamento da dívida externa e a negociação de novos empréstimos.

A partir dessa contextualização da globalização/neoliberalismo é que as políticas públicas foram delineadas através de anseios/perspectivas internacionais de mercado voltado para o crescimento econômico.

1.2 - MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Saviani (2010), explica que o surgimento da educação superior no Brasil, entre os anos de 1500 a 1800, se deu pela da formação das elites que buscavam a educação europeia como modelo. O autor afirma que no Brasil Colônia não foram criadas instituições de ensino superior até o século XIX. Posteriormente, os Jesuítas, que desenvolviam um trabalho de cristianismo e ensino formal para os jovens estudantes da elite colonial preparando-os para a Universidade de Coimbra.

Assim que a família Real transferiu suas atividades para o Rio de Janeiro, essa cidade abriria propostas de educação superior para o Brasil, na medida em que a implementação de duas escolas superiores de medicina localizadas uma na Bahia e outra no Rio de Janeiro, ainda posteriormente surgiria o curso de Engenharia através de a Academia Militar Imperial. Na compreensão de Favero (2006), já na República, em 1891, afirmado pela Constituição o Governo Federal era responsável pela Educação Superior, porém sem o devido interesse ficou a cargo dos Estados surgindo as Universidades de Manaus (1909), de São Paulo (1911), e a do Paraná (1912). Em 1920, a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), criada pelo Decreto nº 14.343, foi a primeira oficialmente criada e reuniu administrativamente faculdades preexistentes, porém o caráter elitista sobressaía. Tinham a função maior para o ensino do que a pesquisa².

A partir daquele momento, o percurso da educação superior passava por algumas transformações a estrutura, a saber:

1.2.1 A REPÚBLICA NOS ANOS (1930 -1964)

Na era Vargas³ (1930 a 1945), foi institucionalizado o Ministério da Educação e o da Saúde. Em 1931, assim como foi aprovado o **Estatuto das Universidades Brasileiras**, derivado da “Reforma Francisco Campos” que vigorou até 1961, vinculada a sociedade brasileira com as transformações econômicas e sociais pelas quais atravessava na época. Teixeira (1989), considera que, até 1930 a educação superior cumpria seu papel de formação de pequena elite dirigente nacional. Com o Golpe de 1930, a educação passa a ser uma unidade coordenada para o Governo:

Com essas medidas resultou evidente a orientação do novo governo de tratar a educação como questão nacional, convertendo-se, portanto, em objeto de regulamentação, nos seus diversos níveis e modalidades, por parte do governo central. (SAVIANI, 2008, p. 196).

O Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931 institui o Estatuto das Universidades Brasileiras. O documento foi dividido em 110 artigos e o ponto central foi a organização da educação superior nacional, com a reitoria criada exclusivamente para direcionar administrativamente as faculdades, “(...) Além da incorporação de pelo menos três institutos de ensino superior – Direito, Medicina e Engenharia – ou, em lugar de algum desses, a Faculdade de Ciências e Letras (art. 14 e 5º respectivamente)” (ROMERO, 2011, p. 8).

²TEIXEIRA, Anísio. Ensino Superior no Brasil: Análise e Interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1989.

³Com a Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, as reformas sociais e econômicas a partir desta, criaram pré-condições para a expansão do capitalismo no Brasil.

No entanto, essa questão facultativa da criação da faculdade de Filosofia, Ciências e Letras pelo Decreto, serviu apenas para confirmar o caráter elitista no qual o ensino superior servia, e as profissões liberais direito, medicina e engenharia deveriam ser supridas pela educação superior. Na interpretação de (SANTOS e MORORÓ, 2019) a primeira faculdade de Ciências e Letras no Brasil somente foi criada em 1934, marcando o início da formação de professores derivado da Reforma Francisco Campos, vinculado ao Instituto de Educação da Universidade de São Paulo. Para esses autores, a reforma trouxe modificações no ensino secundário pois passaria a exigir o registro para lecionar e com isso a obrigatoriedade de formação específica, no caso, as licenciaturas. Diante disso, os autores explicam que foram criados os primeiros cursos de licenciatura no Brasil, ainda na formação de bacharéis das faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, porém somado a um ano de disciplinas pedagógicas para o título de licenciado para atuação no ensino secundário.

De acordo com Sampaio (2000) foram criadas 22 universidades federais, cada unidade da federação em sua respectiva Capital. No mesmo período foram criadas universidades religiosas, e a criação da UNE (União Nacional dos Estudantes). A década de 30 foi marcada por transformações que contribuíram para consolidar uma sociedade urbano-industrial com a criação de empregos na área pública e privada aumentando a demanda do ensino superior.

Em 1961, após uma década de espera para aprovação do Congresso Nacional foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Lei nº 4.024, que de acordo com Cunha (1983), inicialmente manteve o foco no ensino sem se preocupar com o desenvolvimento da pesquisa no âmbito do ensino superior. Ao mesmo tempo, em 1961 a capital do Brasil que era no Rio de Janeiro foi transferida para Brasília e criada a Universidade de Brasília, diferentemente da criação das outras Universidades, que resultaram da união de faculdades preexistentes, a Universidade de Brasília foi criada com uma estrutura integrada, flexível e moderna, com objetivos de cultura e tecnologia nacional ligado ao projeto desenvolvimentista⁴.

Cabe apontar que as leis orgânicas iniciadas no governo Vargas, pelo Ministro Gustavo Capanema não teve ênfase na transformação com o processo de democratização do acesso ao ensino superior, mas que é importante dizer que elas existiram. Buscamos trazer no capítulo as principais intervenções públicas no âmbito da legislação, mas que se destaca também as leis orgânicas decretadas entre os anos de 1942-1946, que organizava o ensino público até a Lei de Diretrizes e Bases entrar em vigor, mas para efeito dessa pesquisa não existe uma justificativa, característica de ser um processo de democratização do acesso ao ensino superior, mas ela foram importantes pois foram as primeiras mudanças que ocorreram para que se pensasse nas diferentes possibilidades de ingresso no ensino secundário.

1.2.2 OS GOVERNOS MILITARES (1964-1985) NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Os Governos Militares foram marcados na educação pela interferência direta pelo Governo Federal, com afastamento de professores, criação de Assessorias de Informação nas Instituições Federais de Ensino Superior para controlar atividades de professores e alunos que eram considerados divergentes em relação ao novo Governo.

⁴A inauguração de Brasília em 21 de abril de 1960, marca uma política desenvolvimentista que fez parte do Plano de Metas “slogan” do Governo de Juscelino Kubitschek, como o nome “50 anos em 5”.

A Reforma Universitária realizada no Governo militar teve grande espera tanto por partes dos professores quanto dos estudantes e de acordo com Cunha (2014)⁵

Embora defendida por professores e estudantes, desde princípios da década de 1960, a reforma universitária foi possibilitada justamente pela repressão político-ideológica. Os atos institucionais baixados pelos governos militares, seus decretos-leis e a Constituição de 1967 abriram caminho para a extinção do regime de cátedras e a modernização da organização administrativa e acadêmica nas instituições federais de ensino superior, segundo o princípio da eliminação da duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes. (CUNHA, 2014, pag. 362)

Em 1968, o Congresso Nacional aprovou a Lei de Reforma Universitária, Lei nº 5.540/1968, que de acordo com o texto, o exame vestibular deixou de ser eliminatório para ser classificatório. Houve também mudança na criação do sistema de créditos, os cursos de curta duração, estabelecimento de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, regime de tempo integral e dedicação exclusiva de professores (valorizando a titulação e a produção científica). Através da Reforma possibilitou a profissionalização dos docentes e condições para a pós-graduação avançar favorecendo em meados da década de 1980 um plano de carreira incorporando a qualificação de mestrado e doutorado inclusive para gratificação. De acordo com (SANTOS e MORORÓ, 2019), a Reforma Universitária abriu condições para uma nova formação de professores, ou seja, licenciaturas em faculdades de educação das universidades separadas por departamentos específicos por área de conhecimento, o que antes era apenas na faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Essas novas licenciaturas, curta atendia atuação no 1º grau e plena atendia a formar professores no campo de atuação do 2º grau, que atendiam a Lei nº 5692/1971 que modificou a estrutura do ensino no país, onde o curso primário e o ginásio se tornaram o 1º grau.

De acordo com (LOPES; FARIA FILHO; VEIGA, 2003) a Reforma Universitária foi direcionada para as IFES (Instituições Federais de Ensino Superior), no entanto, atingiu a esfera privada que criou inúmeras faculdades em regiões mais afastadas das metrópoles e interior dos Estados mais desenvolvidos onde a demanda se tornou maior nesses lugares, cabe ressaltar que as atividades eram apenas de ensino, deixando para o setor público a responsabilidade do desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa. O Governo Militar era a favor do setor privado na educação em áreas isoladas, pois de acordo com sua ideologia do desenvolvimento com segurança, dificultava a mobilização políticas dos estudantes. Impulsionado pelos anos do Milagre Econômico (analogia dada pelos militares ao milagre econômico alemão) a classe média foi direcionada a educação privada, não só a superior, mas as escolas privadas da educação básica também. Ao mesmo tempo, as Universidades Públicas sofreram com a imposição do Governo Militar, professores foram “cassados” constituindo uma perseguição ideológica onde havia discordância dos planos de desenvolvimento dos militares.

A Pós-Graduação e o desenvolvimento da pesquisa se deram no campo da Universidade Pública, até porque se contava com um maior capital intelectual. Movidos pelo “slogan” do desenvolvimento econômico, os militares incentivavam os recursos humanos de alto nível para acompanhar o avanço no processo de modernização da sociedade e os cursos de Mestrados e Doutorados foram criados nesse âmbito, além das atividades de pesquisas. Na visão dos autores (LOPES; FARIA FILHO; VEIGA, 2003, pag.184), todos os incentivos feitos à pós-graduação foram na direção de compensação de inúmeras intervenções policiais do golpe militar de 1964,

⁵Cunha, Luiz Antônio. O Legado da Ditadura para a Educação Brasileira. Campinas, Educ. Soc. Revista Unicamp, v. 35, n. 127, p. 357-377, Abr-jun. 2014.

“tanto em termos motivacionais quanto em termos do efeito multiplicador dos docentes-pesquisadores mais experientes, que haviam sido compulsoriamente aposentados por razões ideológicas”. Nesse contexto, a Pós-Graduação no Brasil se transformou em algumas prioridades, por exemplo:

- 1- A liberação de verbas para o desenvolvimento da Pós-Graduação *stricto sensu*;
- 2- A valorização de recursos humanos nas áreas técnicas;
- 3- A Universidade Pública sendo o lugar de incentivo da Pós-Graduação, associada ao avanço científico, possibilita a estruturação da carreira docente incentivada pela titulação e produção científica;
- 4- Criados em 1951, a CAPES e o CNPQ;
- 5- Autonomia administrativa dos cursos de Mestrado e Doutorado.

Sobre a Ditadura Militar em que marcas cruéis históricas foram na sociedade civil, também se destaca na história da educação a marca do aprofundamento da educação privada superior, que de acordo com Cunha (2014) tem uma explicação:

A ditadura não inventou a dualidade setorial pública/privada na educação, tampouco a simbiose Estado-capital na economia. O que ela fez foi intensificar essa dualidade fundante da educação brasileira e combiná-la, de modo peculiar, com os níveis de ensino, o superior e o básico. A educação foi submetida à simbiose. Estado-capital, em cada nível de um jeito próprio. (CUNHA, 2014 pag. 361)

Como foi destacado anteriormente, a primeira lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional levou mais de uma década para ser aprovada e somente foi devido às concessões ao setor privado que o Congresso Nacional fez diante da pressão sofrida tanto pelos empresários como pela igreja. Após a aprovação a lei foi revogada em sua totalidade pela Reforma Universitária em 1968, inclusive transformando denominações das Escolas Superiores em Cursos, criando um sistema de créditos em detrimento do sistema seriado, criando os departamentos como centro de formação, enfim alterações diversas para o recém nível de ensino superior, além da ampliação e intensificação do setor privado na educação básica (com os cursos pré-vestibular e ensino de 2º grau) e o superior.

1.3 A NOVA REPÚBLICA: REDEMOCRATIZAÇÃO POLÍTICA E A EDUCAÇÃO SUPERIOR

A redemocratização política no Brasil foi um marco importante na história e na educação, que começou com uma flexibilização⁶ que os militares impuseram aos direitos civis e continuou através da posse de um novo Governo civil e de uma nova Constituição. Na educação, a Constituição de 1988 é referência fundamental para consolidar a educação como um direito de

⁶KECK, ME. PT – A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. pp. 37-63. A transição brasileira para a democracia.

todos os cidadãos. Em seu texto, estabelece a educação como primeiro dos direitos sociais e reafirma o dever do Estado para com a educação:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

Além disso, a Constituição em seu artigo 207 reafirmou a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão em nível superior, bem como a autonomia das universidades:

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (BRASIL, 1988)

Depois de promulgada a Constituição, fez-se obrigatória a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que entre 1988 a 1996 foi debatida exaustivamente pelas universidades, secretarias estaduais, sindicatos, entidades profissionais e estudantis, entidades de pesquisa e o Congresso Nacional. Foi então que em dezembro de 1996, a lei foi sancionada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Um avanço importante na lei foi a especificação dos recursos que a União deveria aplicar anualmente em educação, na faixa de 18% do PIB (que hoje sofre com a PEC 95 conhecida como teto dos gastos públicos) mas nunca aplicado. Na Educação Superior, a nova LDB introduziu o processo regular de avaliação dos cursos de graduação e da IFES, condicionadas aos seus desempenhos para obter os respectivos credenciamentos e recredenciamentos.

As atividades de ensino, pesquisa e extensão indissociáveis em Universidades, não são consideradas indissociáveis em centros universitários e faculdades integradas que através da nova LDB ganharam o direito a autonomia administrativa.⁷

Nos anos de 1990 no Governo de Fernando Henrique a tentativa de privatização do ensino superior público aumentou, incentivado também pelas políticas de privatização de estatais que foram medidas do plano de desenvolvimento econômico neoliberal oriundas do novo ciclo do capitalismo e da globalização.

1.4 GOVERNO FHC: REFORMA PARA UM NOVO MODELO

Os estudos sobre políticas públicas vêm aumentando não só pela relevância do tema, mas sim pela contribuição nos meios acadêmicos e sobre as teorias de desenvolvimento e investimentos públicos. Para entendê-las faz se necessário conhecer suas origens para saber de que forma seus desdobramentos ocorreram.

Enquanto área de conhecimento a disciplina políticas públicas nasce nos Estados Unidos e de acordo com Souza (2006), não seguiu pelas tradições europeias de estudo sobre o Estado, mas sim sobre a ação do Estado. Quatro personagens como fundadores se deve a política pública. O primeiro Laswell (1936), que concilia conhecimento científico com produção dos Governos. O

⁷Abrir ou fechar cursos, estabelecer número de vagas, planejar atividades etc.

segundo Simon (1957), a racionalidade está ligada as decisões dos gestores públicos, sendo essa racionalidade limitada por problemas de informação, tempo para tomar decisões e parcialidades nas decisões. O terceiro que contribui é Lindbhom (1959; 1979), que questiona as análises de Laswell e Simon e contribui com outras variáveis a análise de políticas públicas para sua formulação. O quarto que contribui é Easton (1965), definindo política pública como um sistema.

Sem uma definição única ou a melhor para o termo políticas públicas, a pesquisa que realizamos se baseou nos estudos de Souza (2006), que diz:

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006, p.26)

Ainda nos estudos de Souza (2006), que afirma que embora políticas públicas seja um ramo da ciência política, ela pode ser objeto de estudo de outras disciplinas:

Assim, do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. Por isso, uma teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia. As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Tal é também a relação pela qual pesquisadores de tantas disciplinas – economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas – partilham um interesse comum na área e têm contribuído para avanços teóricos e empíricos. (SOUZA, 2006, p.25)

Como um dos objetos de estudo desta dissertação é o panorama de políticas públicas na educação, partiremos agora como essas políticas se deram após as transformações mundiais que refletiram nos campos, políticos, sociais, econômicos e educacionais, pois de acordo com (FERREIRA, 2012):

Acentua-se o debate da necessidade das universidades se readequarem e assumirem novos fins consonantes com as aceleradas transformações decorrentes da reestruturação produtiva do capital e da própria reconfiguração dos estados em vários países do globo, sobretudo a partir dos anos 1980. Ao mesmo tempo, ganha expressão a perspectiva de que a sociedade e a economia devem estar assentadas no conhecimento como estratégia de competitividade, tanto no cenário local quanto no internacional. Nesse referencial, a existência da universidade em si mesma não bastaria mais como fator da sua legitimação social. (FERREIRA, 2012, p.457)

Na década de 1990, um novo desenho se configurou nos cursos das Universidades Brasileira, ganhando moldes neotecnicistas e, sobretudo, para se adequarem a reestruturação produtiva do capital quando partes da legislação sobre currículo incorporam o discurso da formação de competências. O Governo de Fernando Henrique Cardoso que foi eleito principalmente pelo sucesso do Plano Real, teria a meta reformas educacionais que foram intencionadas para o atrelamento da formação ao mercado, ao mesmo tempo em que diminuía o papel do Estado na economia com as privatizações e inseria o Brasil à economia mundial com a

narrativa da inexorável globalização. No pensamento de Cunha (2003), a educação ganha destaque no papel econômico:

[...] base do novo estilo de desenvolvimento, cujo dinamismo e sustentação provém de fora dela mesma – do progresso científico e tecnológico. [...] Afirmava a necessidade de se estabelecer uma “verdadeira parceria” entre o setor privado e governo, entre universidade e indústria, tanto na gestão quanto no financiamento do sistema brasileiro de desenvolvimento científico e tecnológico. [...] A política para o ensino superior deveria promover uma “revolução administrativa”: o objetivo seria administração mais racional dos recursos e a utilização da capacidade ociosa, visando a generalizar os cursos noturnos e aumentar as matrículas, sem despesas adicionais. Para isso, as universidades deveriam ter uma “efetiva autonomia”, mas que condicionasse o montante de verbas que viessem a receber à avaliação de desempenho. (Cunha, 2003, p. 39).

Em 1996, foi promulgada a lei nº 9.394 em 20 de dezembro, denominada de Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDBEN), destinando-se a orientar várias mudanças/alteração no ensino superior, dentre elas: objetivos e princípios das instituições de ensino público ou privada; as universidades especializadas por campo de saber; diversificação das instituições de ensino superior (universidades, faculdades, faculdades integradas, institutos superiores, escolas superiores).

Outras medidas legais no âmbito de políticas educacionais foram realizadas no Governo de Fernando Henrique Cardoso no sentido de reestruturação da educação superior, destacando-as no quadro a seguir:

Quadro 1 - Legislações do ensino superior do governo FHC

Lei nº 10.168, de dezembro de 2000	Que institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para apoio à Inovação.
Lei nº 10.260, de 07 de dezembro de 2001	Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior (FIES), destinado a concessão de financiamento a estudantes de cursos superiores em instituições privadas.
Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001	Plano Nacional de Educação que se estruturava em três vertentes, de acordo com Aguiar (2010), com a educação como direito individual, como fator de desenvolvimento econômico e social e como meio de combate à pobreza.

Fonte: Elaborado pela autora.

De todas as legislações citadas no quadro acima, convém observar como elas impactaram de grosso modo o número de Instituições e números de matrículas da educação superior, de acordo com a tabela 1.

Tabela 1 – Evolução de instituições e de matrícula da educação superior por categoria administrativa (pública e privada) – 1994 a 2006

Ano	Instituições				Total	Matrículas				
	Pública	%	Privada	%		Públ. (mil)	%	Priv. (mil)	%	Total (mil)
1994	218	25,6	633	74,4	851	690	41,5	970	58,4	1.661
1998	132	14,7	764	85,3	896	804	37,8	1.321	62,2	2.125
2002	195	11,9	1.442	88,1	1.637	1.051	30,2	2.428	69,8	3.479
2006	248	10,9	2.022	89,1	2.270	1.209	25,9	3.467	74,1	4.676

FONTE: Souza, 2016 – Adaptada pela autora.

Como pode ser verificado na tabela 1, naquela década houve um aumento não só na evolução das instituições privadas, mas também nas matrículas das mesmas. Demonstrando que o percentual dos anos de 1994-2006 o crescimento da educação privada foi de 219,4% nas instituições e 257,4% nas matrículas em oposto a educação superior pública. Com esses dados é interessante observar que a educação superior cumpriu sua função de mercado proposto no Governo Fernando Henrique Cardoso através das políticas públicas propostas para esse fim. Como pode notar Cunha (2003), e fazendo uma alusão aos dias de hoje, parece que o quadro se repetirá.

Se, de um lado, as IES federais padeceram de recursos para continuarem a operar nos termos que antes faziam, e, de outro, as IES privadas recebiam os benefícios visíveis, como deixar de pensar que o sucateamento do setor público do ensino superior correspondia a um intento deliberado? Sem outra referência empírica, esse foi o pensamento dominante naquelas instituições durante o octonato FHC. (CUNHA, 2003, pag. 58)

1.5 A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR TECNOLÓGICA

A construção de uma educação tecnológica também se pautou nas transformações econômica e políticas e teve participação como forma de preparação para o mercado de trabalho.

Para Furtado (1982), desde que a modernização entrou em pauta no Brasil através da fase do desenvolvimento para fora e as demandas por importados para uma determinada parcela da sociedade, o que se verificou foi que, a sociedade se pautou em imitar os padrões de consumo de uma pequena parcela detentora de alta renda. Com o tempo e ainda hoje se perdura esses padrões, ou seja, muitos com pouco e poucos com muito, em uma sociedade voltada para o consumo em

que a questão dialética trabalho-renda se sobrepôs e se tornou mais importante do que a educação-desenvolvimento de um país. É nesse contexto que o autor chega a concluir que a minoria detentora dos meios de produção capitalista sempre se sustentou e continua a crescer apoiado pelos que não possuem poder para se sustentar sendo explorados pela mão-de-obra baixa e funcional para o processo de acumulação do capital. Essas relações de poder e de classes que foram construídas com o modelo fordista e no “milagre econômico” com práticas educativas voltadas para a reprodução social capitalista, fez com que a profissão de técnico de nível médio regulamentado através da Lei nº 5.524 de 1968, manteve-se entre o superior e a classe operária não qualificada. Após a mudança para o modelo tecnológico-informacional oriundo da abertura econômica e mundial que o Brasil passou, se intensificou uma crise não só estrutural como conjuntural que nossa história atravessou fazendo a educação ganhar compreensão neste contexto de formação histórica e econômica que se deu de forma dependente ao capital.

Após a Reforma Universitária em 1968 e como já mencionado no texto anteriormente entre outras definições, para a educação superior tecnológica a lei nº 5.540/68 propunha a instalação e o funcionamento de cursos profissionais de curta duração, destinados a alcançar grau superior com habilitação intermediária. Esses seriam ministrados em universidades e em outros estabelecimentos de educação superior em funcionamento no país. Nesse período surgem os cursos superiores de tecnologia (BRASIL, 1968).

De acordo com Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), o primeiro curso tecnólogo foi o de Engenharia de Operação autorizado pelo Decreto-lei nº 796 de 1969, com a criação nas Escolas Técnicas do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná. Contudo, esses cursos não foram bem aceitos pelas entidades de classe e acadêmicas que não reconheceram como engenheiros. Posteriormente, o curso de Engenharia de Operação foi transformado em Engenharia Industrial, em 1972 e sua duração passou para 3 anos. Todavia, sua criação também foi rejeitada pelas Universidades, pois sua questão não estava na duração e sim em sua identidade tecnológica. Assim sendo, as Escolas Técnicas Federais do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), pela Lei nº 6.545 de 1978, e é a partir daí que se começa no país uma concepção de educação superior tecnológica. Quatro anos depois é editado um Decreto nº 87.310 de 1982 que regulamenta a Lei nº 6.545/78, e de acordo com artigo 3º do Decreto:

Integração do ensino técnico de segundo grau com o ensino superior; ensino superior como continuidade do ensino técnico de segundo grau, diferenciado do sistema de ensino universitário; acentuação na formação especializada, levando-se em consideração tendências do mercado de trabalho e do desenvolvimento; atuação exclusiva na área tecnológica; formação de professores e especialistas para as disciplinas especializadas do ensino técnico de segundo grau; realização de pesquisas aplicadas e prestação de serviços; estrutura organizacional adequada a essas peculiaridades e aos seus objetivos. (BRASIL, 1982)

Esse Decreto demonstra o sentido que as escolas técnicas agora CEFETs e IFs se constituem, em instituições de ensino diferenciadas e, portanto, na elaboração de uma proposta de Universidade Politécnica. Mais tarde nos anos de 1990, toda essa discussão de educação tecnológica já se encontra enraizada a luz das tendências neoliberais.

Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) compreende que existe uma dualidade na educação tecnológica sendo mais expressiva no ensino médio que se revela com mais evidência na oposição entre o capital e o trabalho e como os referidos autores dizem, expressa no falso dilema entre a formação propedêutica ou a preparação para o mercado de trabalho. Nesse contexto, o dualismo

referido era a classe trabalhadora que formava seus filhos nas escolas técnicas enquanto a formação de nível superior ainda continuava para uma pequena parcela da sociedade.

Mais do que se falar nessa dualidade que a educação brasileira sempre passou é entender como a profissionalização do ensino médio foi traduzida por se tratar como um adestramento em técnicas produtivas. Em que pese todas as transformações institucionais sofridas da década de 1990 para a última reforma da educação superior e tecnológica, ainda assim Saviani (1997) trata muito bem do assunto quando diz que o modelo de profissionalização no Brasil não passa de um “adestramento” de uma determinada habilidade sem saber o real fundamento do conhecimento que leva essa habilidade profissional. Assim, de toda perspectiva que a LDB idealizou, o Decreto nº 5.124/2004 defende um ensino médio que integrasse ciência, cultura, humanismo e tecnologia e não se espelhasse pelos interesses do mercado, contribuindo para uma formação abrangente e integral sendo uma formação básica unitária e politécnica e aliada a isso uma formação integral do ser humano.

Toda essa discussão do ensino médio tecnológico serviu para demonstrar que os filhos da classe trabalhadora poderiam prosseguir no ensino superior que fosse direcionado para o mercado de trabalho. Na questão do ensino superior tecnológico a reforma universitária de 1968 trouxe uma diversificação do sistema universitário, com a criação de instituições de ensino superior com o intuito da formação profissional. E no curso dessa reforma do Governo Militar expandiram os cursos tecnológicos no setor privado, não só para atender os setores da economia, mas também e com maior intuito de conter a classe trabalhadora no ensino superior de qualidade, Saviani (1997). Dessa forma, surgem os cursos tecnológicos de menor duração do que uma graduação, voltados para o mercado de trabalho. Em 1969 com o Decreto nº 547 autorizou os cursos profissionais superiores nas escolas técnicas. A partir daí, os cursos técnicos são promovidos ao ensino superior.

Os cursos superiores de tecnologia foram reforçados com a nova LDB, que entrou em vigor em 1996, atendendo às demandas do mercado de trabalho e procurando adaptar as leis brasileiras às recomendações dos organismos internacionais. A intenção é que fosse criado no Brasil uma estrutura de oferta da educação superior com forte presença da iniciativa privada e com cursos superiores de curta duração, focados nas demandas dos setores da indústria e de serviços (PEREIRA, 2008), nos moldes da ideologia neoliberal dos anos de 1990 (SANTOS, 2005), portadora de novos padrões de produtividade e competitividade (MANFREDI, 2002). Esse foi um período em que as influências da globalização da economia se fizeram mais evidentes. E de acordo com Gadotti (2009), as transformações tecnológicas, políticas e econômicas atingiram diretamente o mundo do trabalho e geraram mudanças que implicaram na reestruturação produtiva, com forte influência da automação e informatização e vem exigindo maior capacitação do trabalhador nos setores da produção.

Assim, no Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) consolida a Reforma na educação profissional e tecnológica fundamentada na ideologia da pedagogia das competências que direcionando a educação para o mercado de trabalho foi na contramão de uma educação integral do ser humano, no sentido que tenta universalizar essa educação submetida ao mercado. Para tanto, no governo de FHC suas políticas da educação superior se caracterizavam na tentativa de parecer como um serviço público não estatal e assim, diminuir o financiamento estatal na manutenção das universidades federais. De certo, algumas características desse ciclo do capitalismo estiveram baseadas na mudança do papel do Estado, de financiador para regulador, de interventor ao ausente, tomando o princípio da privatização ampla e das parcerias público-privadas. Tais princípios determinaram projetos com propostas de privatização das universidades públicas e estatais, via inovação tecnológica, via transformação de universidades de “excelência” para cursos considerados científicos, criação de Institutos de formação profissional vinculado à OS (organização social) para cursos superiores considerados de área das humanidades e artes e por

último a concepção de formação para atender ao mercado de trabalho numa perspectiva produtivista. Nessa perspectiva, as universidades mudariam seu foco a partir de uma visão mais utilitarista e prestadora dos seus serviços, modificando taxativamente sua finalidade e relevância social.

As mudanças que a sociedade e a educação passaram por refletir transformações que o mundo e principalmente a economia passou a nos mostrar que todas essas mudanças ocorreram no sentido de se adequarem ao capitalismo, a globalização que interliga os mercados, os organismos internacionais e ao liberalismo econômico. Essas mudanças se fizeram porque num primeiro momento a educação foi usada como uma ferramenta de expansão de fins de mercado em uma sociedade que desde a sua colonização foi palco de grandes desigualdades. Essas desigualdades foram motivadas pela manutenção das estruturas de poder que o Brasil foi gerando através da extrema concentração de propriedade de terra, concentração de riqueza e com o tempo, grandes grupos econômico-financeiros detentores dos meios de produção e que até hoje perduram.

CAPÍTULO II - O GOVERNO LULA E AS POLÍTICAS DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Nesse capítulo objetivamos em dar continuidade ao momento histórico onde se situa o governo de Luís Inácio Lula da Silva por compreender que sua gestão foi o marco inicial da democratização e expansão do ensino superior. Muitas políticas nas últimas décadas têm sido adotadas no sentido de expandir o acesso à Educação Superior. Nesse cenário, o ensino superior tornou-se uma área de muitos debates sobre a necessidade de políticas visando democratizar e minimizar as desigualdades no campo educacional superior.

Para tanto, nesse momento da pesquisa torna-se fundamental o debate sobre o conceito de democratização do ensino superior onde a massificação desse ensino ao longo das últimas décadas não representou a igualdade de acesso das camadas mais populares que compõem a sociedade brasileira. Por conseguinte, faremos a apresentação da reforma da educação superior no governo Lula e políticas educacionais para universalização do ingresso dessas classes. Tais ações visam assegurar a transformação social e a promoção dos indivíduos como sujeitos de direitos (cidadãos).

Neste capítulo será feita uma breve revisão sobre o conceito de democratização, os aspectos que produzem uma efetiva democratização desse nível de ensino; funcionamento das políticas públicas, no que concerne a sua implementação, e, por fim, uma ênfase especial sobre o programa REUNI.

2.1 DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

O debate sobre expansão e democratização da Educação Superior envolve aspectos políticos e ideológicos. Dessa forma, conhecer os sentidos e concepções atribuídas a democratização nas políticas educacionais foi de extrema importância para este estudo. Para tanto, os sentidos atribuídos à democratização são diferentes para cada sujeitos e grupos sociais. Esses sentidos são produzidos em decorrência ideológica da forma como compreendem a realidade política e social onde estão inseridos.

Na história da legislação brasileira a educação evoluiu em direção a ser firmado como um direito, partindo de todas as Constituições Brasileiras até chegar a última como um direito social fundamental. De acordo com Cezne (2010), a história de nossas constituições mostra a importância que a educação veio conquistando ao longo do tempo. A Constituição Política Imperial de 1824, sendo a primeira no Brasil Imperial, mas conhecida como Constituição de 1824, estabeleceu a gratuidade da instrução primária para todos e previu a criação de colégios e universidades. A Constituição Republicana de 1891 atentando ao princípio federativo, colocando a educação não privativa a União, mas cumulativas com os Estados, ou seja, preocupou-se com a competência legislativa da União e dos Estados a educação, deixando ambos os responsáveis pela criação e manutenção de instituições de ensino superior.

A Constituição Federal de 1934, conforme explica Souza (2016 p. 1367), trazia um caráter mais social, não só pelo fato de ser pelo Governo de Getúlio Vargas que demonstrou mais apelo por esse setor, mas também por uma atenção internacional “voltada à chamada democracia social”. Foi a Constituição Federal de 1934 que ainda de acordo com o autor, a constitucionalização de

direitos econômicos, sociais e culturais se fez presente, apresentando dispositivos que regulavam a educação nacional através do Conselho Nacional de Educação.

Na Constituição de 1937 houve um retrocesso na política e na educação por causa do Golpe de Estado em que não se registrava a preocupação com o ensino público (TEIXEIRA e VESPÚCIO, 2010). Ainda de acordo com os autores a Constituição de 1946 retoma os princípios de 1891 e 1934. A educação volta a ser definida como direito de todos, além de outras matérias de proteção ao trabalhador. A Constituição de 1967, por sua vez, mantém a estrutura organizacional da educação nacional, direito de todos e dever do Estado, sendo oferecida no lar e na escola e preservando os sistemas de ensino dos Estados. De acordo (TEIXEIRA e VESPÚCIO, 2010), no Título IV – Da Família, Da Educação e Da Cultura daquele ano, a legislação dizia que o ensino médio e superior seria aos poucos substituídos da gratuidade para o sistema de bolsas de estudo. Com isso, os autores dialogam no sentido que o acesso à educação seria exclusivo para os anos do sete aos quatorze, sendo o ensino médio e superior substituídos gradualmente do regime de gratuidade. A CF de 1988, por fim, foi de grande importância ao instituir a educação como direito de todos e dever do Estado, da família e da sociedade, no rol dos direitos sociais.

Nesse primeiro momento, foi importante definir um breve marco legal que a educação passou nas Constituições Brasileiras até alcançar como um direito social, para que a democratização do ensino superior permeado de desigualdades e diferenças pudesse constituir uma acessibilidade aos que buscam uma vaga no ensino superior ou um sonho que para muitos estudantes pobres ainda não se realizou.

O conceito de democratização do acesso ao ensino superior não é fácil de se definir, sendo possível a existência de várias visões sobre o assunto tornando o tema complexo.

No entendimento de Nogueira (2008), o conceito de democratização é ampla e pode ser dividida em visões diferentes. A primeira associa a democratização do acesso ao ensino superior a expansão de vagas, dessa forma, os conceitos de expansão e democratização são entendidos como associados; se existem mais pessoas com acesso, ocorre democratização. A expansão do acesso à educação superior no seu âmbito conceitual pode ser compreendida com a criação de vagas tanto no privado quanto no público. Essa primeira visão associa a um conceito com o qual se baseia no princípio liberal da universalidade, que diz que todos os níveis educacionais quando incorporados na agenda governamental passam a ser tema de democratização (FRANCO, 1985).

Na segunda visão considera que para que se concretize a democratização, é necessário que além de um acréscimo de vagas, as camadas sociais não incluídas possam ter acesso à universidade. Nogueira (2008), então considera que a democratização do acesso à educação superior efetiva quando não é reduzida na simples expansão, requerendo que os menos desprivilegiados possam ingressar no ensino superior.

Uma terceira visão considera que a democratização além das camadas sociais mais desfavorecidas, as questões raciais também devem ser levadas em questão (NOGUEIRA, 2008). De acordo com o autor, essa última análise considera que a democratização do acesso à educação superior não é apenas ampliação das vagas, somando a isso de que a democratização requer que camadas sociais mais desfavorecidas obtenham acesso à universidade e que a democratização não se refere apenas a níveis sociais. Portanto, o acesso ao ensino superior será democratizado quando aumenta o acesso das camadas desfavorecidas economicamente e ao ingressarem indígenas, pardos e negros.

A democratização do ensino superior perpassa por alguns desafios em uma sociedade onde os níveis básicos da educação formal, fundamental e médio, ainda não foram universalizados. A escolarização com qualidade ainda é privilégio e não um direito (SCALABRIN, PIAIA e FAVRETTO, 2014).

Outra visão é de Pascueiro (2009), democratizar significa oferecer iguais oportunidades ao alcance de todos para que representantes dos diversos segmentos da população, possam competir nas mesmas condições. Para o autor, o termo democratização produz várias visões e, neste sentido, pode comportar vários questionamentos que serão melhor resumidas em um quadro.

Quadro 2 - Democratização segundo várias perspectivas.

Democratização enquanto valor social e político	Parte do princípio que existe igualdade de acesso proporcionado pelo ingresso ao ensino superior, as condições melhores de trabalho, bens e serviços.
Democratização enquanto processo	Coloca dois níveis de análise. Sendo um otimista onde o acesso ao ensino superior é uma realidade para uma população mais desfavorecida. E o pessimista onde o processo de democratização do acesso ao ensino superior ainda não é visto como uma realidade e assim continuando a produzir desigualdade sociais.
Democratização enquanto conceito sociológico	<p>Construído por três vertentes onde:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) As oportunidades e as condições de acesso seriam democráticas se não fosse as dificuldades de entrada dos estudantes ao ensino superior. Sendo condicionado somente pelos entraves das motivações individuais. 2) Na formação prévia ao ensino superior a educação não for igualitária para toda sociedade, a sua entrada no nível superior continuará desproporcional. 3) O valor simbólico que o diploma de nível superior proporciona pelos projetos, estratégias escolares e motivação dos pais condicionam o sucesso dos resultados assim como o processo de democratização do ensino superior.

Fonte: Elaborado pela autora, baseada em Pascueiro (2009).

Então, democratização grosso modo significa dar igualdade de oportunidades aos que não possuíram por diversos fatores da desigualdade social, associada a acentuada má distribuição de

renda. Um autor que condiciona a igualdade de oportunidades ou pontos de partida como sendo a base da democracia social com aplicação da regra da justiça, onde os cidadãos não sejam prejudicados de disputar algo por sofrerem algum tipo de distinção como: renda, sexo, cor, religião etc. Bobbio (1996). O autor destaca que o princípio da igualdade de oportunidades tem o propósito de colocar as pessoas em pé de igualdade pela “conquista do que é vitalmente necessário”.

[...] princípio de igualdade, considerado como um dos pilares do Estado de democracia social (tal como o princípio da igualdade perante a lei representou um dos pilares do Estado liberal): o princípio da igualdade de oportunidades, ou de chances, ou de pontos de partida. [...]. Por si mesmo, o princípio da igualdade das oportunidades, abstratamente considerado, nada tem de particularmente novo: ele não passa da aplicação da regra de justiça a uma situação na qual existem várias pessoas em competição para a obtenção de um objetivo único, ou seja, de um objetivo que só pode ser alcançado por um dos concorrentes (como o sucesso numa corrida, a vitória num jogo ou num duelo, o triunfo num concurso etc.) (BOBBIO, 1996 p. 30 e 31.)

Para tanto, a democratização será efetiva quando unir igualdade de acesso, de modo que os alunos ingressantes tenham oportunidades igualitárias com um bom desempenho acadêmico, sendo garantida a permanência e concluam sua graduação no tempo regular do curso. Na abordagem de Pascueiro (2009), para que as Instituições de ensino superior não continuem a ser predominantemente elitista, a intervenção na educação se fez necessária para amenizar os efeitos do capitalismo.

De acordo com Santos Filho (1986, apud Sales, 2016), na democracia quando a igualdade de oportunidades seleciona os melhores, essa seletividade se torna incompatível com a democratização, pois democratizar não é apenas dar acesso aos estudantes ao nível superior, mas estabelecer condições sociais, políticas e econômicas para a permanência dos que estão muitas vezes fragilizados no sistema de ensino superior. Trata-se, portanto, de legitimar uma justiça social promovendo mudança de condição de vida e aumento na distribuição de renda com inclusão social e de trabalho.

É nessa democracia que seleciona os melhores que a palavra meritocracia legitima desigualdades sociais, por outro lado que justifica o fato de algumas pessoas alcançarem determinada posição social, econômica e financeira gerando uma posição de prestígio e acesso a bens sejam materiais e imateriais, tudo por consequência de seus atos. Essa palavra meritocracia tem como principal crítico Young (1958), no livro “The rise of the Meritocracy” (A Ascensão da Meritocracia). Valle e Ruschel (2010), afirmam que Young diz que, a democracia é apenas uma aspiração. Além disso, a meritocracia reforça as desigualdades sociais retratando um mundo de profundas injustiças e legitima o domínio da elite uma vez que são elas que definem como é feito o reconhecimento do mérito.

Nessa perspectiva, a meritocracia que possibilita a ascensão social em decorrência de esforço individual foi descaracterizada pelo neoliberalismo, criando um discurso falso em referência de que todos possuem iguais condições para alcançar as posições sociais, econômicas e de bens (DARDOT e LAVAL, 2016). Na visão dos autores, o neoliberalismo construiu uma enorme farsa, criando a ilusão de que todos são dotados de iguais condições para alcançar os bens da vida, sendo que o nascimento ou posição social desaparecerão dando lugar ao merecimento pessoal. No entanto, a igualdade de oportunidades, dita pela meritocracia, não passa de uma ideologia, justificando-se pela permanência das desigualdades sociais.

Por isso, que as políticas de democratização se consolidam, em tese, na igualdade de oportunidades. Segundo Walzer (2003, p. 271), “a justiça não se relaciona só com os resultados,

mas também com a vivência da educação”. Para o autor, uma política da igualdade de oportunidades deveria garantir os recursos necessários, de maneira que os resultados obtidos correspondessem unicamente ao esforço pessoal e não às circunstâncias existenciais de cada um. Para ele, isso supõe uma forte intervenção social.

Os mais pobres da nossa sociedade e os que são as principais vítimas da desigualdade social, não possuem condições para disputar por uma vaga no ensino superior, que serão ocupadas pelos mais privilegiados, que desde a infância, tiveram acesso a uma parcela de bens materiais e culturais, que farão toda a diferença na disputa pela vaga no ensino superior, tornando a meritocracia uma grande mentira. Fazendo com que a chance de um jovem pobre ingressar em uma Universidade seja através de políticas de democratização e equidade que se traduz em um imperativo da educação gratuita e isonômica.

Em outra discussão, Nogueira (2008), diz que existe outra divisão de convicções sobre a melhor escolha de uma esfera administrativa (pública ou privada) como vetor de crescimento do sistema de ensino superior. Ainda, segundo este autor, dentre os que defendem o crescimento via setor público, e como argumento defendem: as instituições de ensino superior público funcionam como uma lógica de Estado, e não de mercado; oferecem um ensino de melhor qualidade; desenvolvem atividades fundamentais à formação de seus estudantes e ao desenvolvimento do País, tais como pesquisa e extensão.

Na ótica do privado, segundo Nogueira (2008), dentre os autores que defendem a expansão pelo setor privado, alguns dos argumentos apontados são: o governo deve priorizar a educação básica porque os retornos são maiores; os investimentos, em ensino superior, são mais altos e, em geral, quem frequenta esse nível de ensino são pessoas com maior poder aquisitivo; a iniciativa privada seria mais eficiente na utilização dos recursos, com um custo menor que o setor público.

Segundo Ristoff (2008), não basta só expandir mais o setor privado, pois as vagas continuarão ociosas; e não basta aumentar as vagas no setor público, pois elas apenas facilitarão o acesso dos mais ricos, é preciso criar oportunidade para os jovens de baixa renda, os filhos de trabalhadores assalariados e os alunos de escolas públicas alcancem o acesso ao ensino superior. Para isso, as cotas e ações afirmativas visam correções para o acesso ao ensino superior.

As políticas de educação superior no Brasil, apontam a necessidade de ampliar o acesso dos jovens a esse nível de ensino, por causa do elevado contingente excluído do acesso para a universidade principalmente a partir dos anos 2000. Uma das formas de ampliar esse acesso, preconizadas por essas políticas, refere-se ao oferecimento de cursos de graduação noturnos (BITTAR et al., 2008). Em consonância, as instituições públicas tiveram no PNE (BRASIL, 2001), um destaque especial na expansão de vagas para absorver um maior contingente de pessoas de baixa renda e aquelas que só poderiam estudar no período noturno, como grande parte dos trabalhadores da iniciativa privada:

[...] reforço e ampliação do papel das universidades públicas, especialmente das federais, na oferta de maior número de vagas para cursos de graduação, sobretudo no período noturno, na formação de quadros profissionais, científicos e culturais, na investigação e pesquisa acadêmica, na busca de soluções para os problemas da sociedade brasileira e no desenvolvimento científico e tecnológico do País. (BRASIL, 2001)

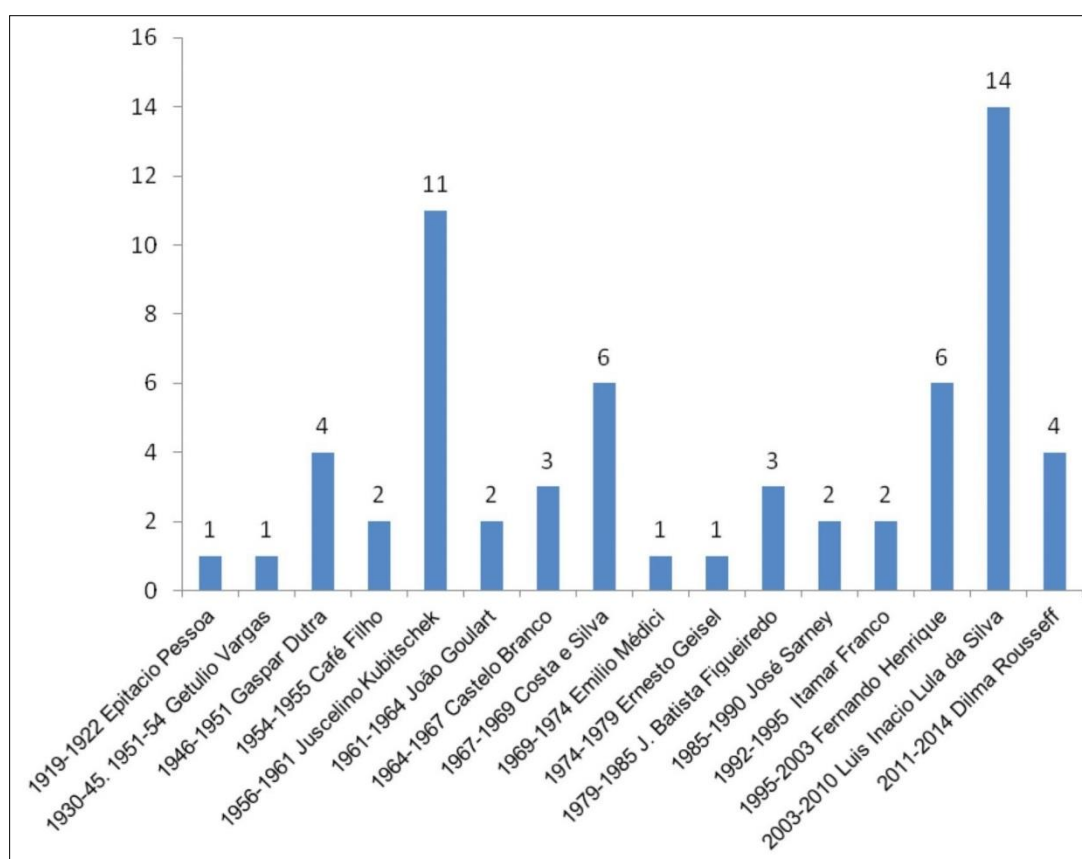
Para Araujo et al, (2004, p. 176), a oferta de vagas no turno noturno é um poderoso instrumento de inclusão social no ensino público brasileiro, pois a oferta da educação superior pública de cursos noturnos é obstáculo para os estudantes trabalhadores, abrindo portas para as

instituições privadas que oferecem essa modalidade com facilidade, pois representa, para elas, a possibilidade para ampliação de lucros.

Outra forma para democratização do acesso de estudantes no nível superior trata da interiorização das universidades públicas. Novas universidades federais foram criadas no interior dos estados brasileiros e novos campi se espalham em municípios distantes das capitais. Para Mello (2009), relacionado com essa questão, há que se reestruturar a universidade pública no Brasil, de forma que garanta o acesso para as camadas sociais mais excluídas economicamente e socialmente.

Na figura 1 temos uma linha do tempo em que foram criadas as instituições de acordo com os governos. Começando com o governo de Epitácio Pessoa até o primeiro mandato de Dilma Rousseff.

Figura nº 1 – Linha do tempo de criação de Univ. Federais por governos



Fonte: Maciel, 2014.

Nesta perspectiva, no período de 2003 – 2014, 18 instituições de ensino superior foram criadas corroborando para a democratização do acesso. A criação dessas 18 universidades demonstra também uma preocupação com a interiorização das universidades atenuando a concentração nas capitais e maiores possibilidades de acesso de estudantes em áreas mais regionalmente menos desenvolvida. De acordo com (Maciel, 2014) são elas: Universidade Federal do ABC (UFABC); Universidade Federal de Ciências da Saúde de PA (FUFCSA); Universidade Federal de Alfnas

(UNIFAL); Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM); Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM); Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA); Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); Universidade Federal do Tocantins (UFT); Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA); Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF); Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA); Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira (UNILAB); Universidade Federal do Cariri (UFCA); Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA); Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB); Universidade Federal do Sul da Bahia (UFESBA).

O significado da educação para organismos internacionais é incorporado pelos interesses do mercado. Porém, a educação tem função primordial na sociedade. O conceito de democratização é compreendido por Chauí (2003, p.12) sob a seguinte perspectiva: “É pela destinação do fundo público aos direitos sociais que se mede a democratização do Estado e, com ela, a democratização da universidade”.

Na perspectiva da autora que faz uma análise diferenciada entre democratização do acesso ao nível superior e massificação, que por sua vez apresenta como sendo uma alternativa de mudanças nas universidades públicas, pois a expansão de vagas, por si só, não garante a democratização do acesso. A autora traz outra discussão, que para democratizar o nível superior há a importância de “Colocar-se claramente contra a exclusão como forma da relação social definida pelo neoliberalismo e pela globalização: tomar a educação superior como um direito do cidadão” (CHAUI, 2003, p.12). Essa colocação da autora diz que o aumento de vagas apenas contribui para a divisão social que se correlaciona com a defesa dos movimentos sociais na luta pela garantia de seus direitos, dentro das condições atuais do desenvolvimento econômico.

No entanto, o sentido de democratização aqui discutido dialoga com as concepções de Mancebo (2008) e de Ristoff (2008), que afirmam que a democratização do acesso ao ensino superior, além da expansão da oferta de vagas, aborda mecanismos de inclusão de minorias sociais. Para tanto, não basta criar vagas e oferecer para todos, se fazendo necessário também garantir as condições de permanência dos alunos nas universidades, para o desenvolvimento acadêmico desses alunos.

2.2 O GOVERNO LULA E AS POLÍTICAS DE DEMOCRATIZAÇÃO

A democratização da educação superior adquiriu importância nestas últimas décadas e entrou fortemente na agenda das políticas públicas. Sendo considerada importante desde os meados do século passado, pela teoria do capital humano e por teorias econômicas associadas. Segundo essas teorias, o desenvolvimento econômico requer grandes investimentos em educação e de modo mais eficaz, propunham as políticas de expansão da escolaridade das massas, população em geral, para o desenvolvimento econômico.

No Governo de Luís Inácio Lula da Silva, alguns autores discutem a continuidade de políticas existente no Brasil de Governos anteriores, (LEHER, 2004; OTRANTO, 2006; CARVALHO, 2010; GREGÓRIO, 2012) e para auxiliar como se refletiu a reforma da educação superior nesse Governo para um passo inicial a democratização, cabe destacar algumas ações consolidadas na legislação e que serão discutidas na ordem cronológicas apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 3 - Ações normativas relativas à educação

Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004	Que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), em substituição ao ENC, e a avaliação das condições de oferta dos cursos de graduação do governo FHC.
Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004	A chamada Lei de Inovação Tecnológica, que tratou de incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo.
Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004	Que introduziu as normas gerais para licitação e contratação de Parceria Público-Privada no âmbito da administração pública, permitindo ao Governo Federal contratar parcerias público-privadas.
Decreto nº 5.225, de 1º de outubro de 2004	Que dispôs sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica, e, posteriormente, a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).
Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005	Que criou o Programa Universidade para Todos (ProUni) e normatizou a atuação de entidades beneficentes de assistência social na educação superior.
Decreto nº 5.205, de 14 de setembro de 2004	Que regulamentou as fundações de apoio privadas no interior das instituições federais de ensino superior.
Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005	Que normatizou a educação a distância, fortalecendo a abertura do mercado educacional ao capital estrangeiro.
Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007	Que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

Fonte: Ferreira, 2012. Adaptado pela autora.

O processo de reforma de educação superior no Governo Lula, segundo Martins & Neves, (2004), foi iniciado com a criação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), pelo Decreto de 20 de outubro de 2003. Com o propósito de construção de um plano para reestruturar, desenvolver e democratizar as Instituições Federais de Ensino Superior (BRASIL,2003). Segundo o Decreto, o grupo de trabalho foi composto por integrantes do Ministério da Educação; Casa Civil; Secretaria-Geral da Presidência da República; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério da Fazenda.

O GTI no mesmo ano publicou “Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades federais e roteiro para a reforma universitária brasileira” (BRASIL, 2003), e na visão de Martins & Neves, (2004), o documento anuncia o aprofundamento da crise financeira das instituições federais de ensino. E dentre as soluções estão para os autores o aumento do número de vagas, outras fontes de recursos e aumentar o ensino a distância.

No ano seguinte, a lei que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), com a missão do processo de avaliação do ensino superior brasileiro integrando três principais modalidades de avaliação: a) Avaliação de cursos de Graduação – com visitas in loco de comissões externas; b) Avaliação das Instituições de Educação – separadas em dois momentos: pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada Instituição de Ensino e avaliação externa realizada pelo INEP; e c) Avaliação de Desempenho dos Estudantes (ENADE), realizado no final do primeiro e último ano do curso previsto a utilização de procedimentos amostrais. Otranto (2006), considera que a avaliação dos cursos de graduação, das instituições de ensino superior e desempenho dos alunos formam um tripé de avaliação. Essa metodologia regulatória foi uma opção de continuidade de diretrizes adotadas pelo Governo FHC e na visão de Otranto (2006)

(...) isso reforça o papel assumido pelo Estado brasileiro no contexto das reformas dos anos de 1990, de ente avaliador e regulador das ações que se passam na esfera social. O governo Lula fortalece, desta forma, os mecanismos de controle sobre as instituições de educação superior, favorecendo a regulação das ações de vários órgãos que desenvolvem as políticas públicas e privadas. O SINAES atinge, então, o seu objetivo de regular e ajustar a educação superior brasileira às exigências de avaliação inseridas nos documentos emanados dos organismos internacionais, de forte cunho quantitativo e competitivo entre as instituições. (Otranto, 2006 p. 10)

No ano de 2004, a lei de Inovação Tecnológica permite a aproximação entre conhecimento e mercado, bem como entre universidade e setor privado, que na visão de Rodrigues (2007), funciona como a uma subordinação ao capital pelas Universidades através da pesquisa científica e Tecnológica.

Ainda no ano de 2004, a Lei de Parceria Público-Privada mais conhecido como PPP, fica evidente a quebra da fronteira entre o público e o privado quando insere as Universidades em uma lógica mercadológica com uma ruptura institucional da coisa pública e como referência Leher (2004) atribui o apagamento das fronteiras entre o público e o privado

As parcerias público-privado (Inovação e PROUNI) redefinem as instituições públicas, contribuindo para o apagamento da fronteira moderna entre o público e o privado, convertendo a educação em mercadoria e a universidade em lugar de capitalismo acadêmico. Com a erosão do conceito de "espaço público de produção do conhecimento", a crítica sofrerá severa restrição, sobressaindo o problema da liberdade acadêmica. (LEHER, 2004, p. 867)

Outra concepção sobre as PPPs é o que é apresentado por Otranto (2006), de a lógica que o Estado ganharia o papel de auxiliar na iniciativa privada e reservando o Estado com a função de

distribuidor e pagador enquanto o privado a função de fazer obras e serviços. Na visão de Gregório (2012), a delegação de competência ao setor privado onde era exclusiva do Estado direciona uma fonte de recursos para implementar políticas de ações afirmativas do governo Lula da Silva.

Em 2005 foi a vez do Programa Universidade para todos (ProUni), no qual institui o percentual de 50% ou 25% de bolsas de estudos integrais e parciais para estudantes de baixa renda (que não exceda um salário-mínimo e meio) de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas. Ao mesmo tempo, com o objetivo de atender uma demanda de vagas ociosas da educação superior privada que atraem as instituições privadas de menor qualidade e contam com um maior índice de inadimplência.

Hoje, o setor privado da educação superior conta com uma inadimplência da ordem de 35 a 40%, de acordo com as entidades patronais. Elas não têm mais como ampliar o número de estudantes, pois os jovens das classes mais baixas não têm poder aquisitivo para comprar serviços educacionais. Hoje, o número de vagas oferecido pelas instituições privadas já é mais ou menos semelhante ao número de concluintes do segundo grau; às vezes, alguns deles até fazem um sacrifício e ficam um, dois semestres, e depois evadem ou ficam inadimplentes. O PROUNI é uma operação de salvamento para o setor privado. As grandes empresas educacionais, que atendem as elites, não têm muito interesse no programa – não querem ofertar vagas para alunos de baixo poder aquisitivo que sequer vão poder pagar 50% das bolsas. No entanto, as instituições de menor qualidade, que contam com um alto índice de inadimplência, isso é uma espécie de bóia de salvação num setor que vive uma crise profunda. É razoável, porém que o Estado socorra instituições privadas em detrimento ao direito da juventude, do povo brasileiro, de acesso à educação pública e gratuita? Essa é a pergunta fundamental. (LEHER, p. 44, 2004)

As transferências públicas que constam na lei 11.096 que institui o ProUni através do financiamento de recursos públicos por meio de renúncias fiscais, que nada mais é do que a compra de vagas em faculdades privadas, trata-se de uma parceria público-privada que deixa evidente a substituição da responsabilidade por parte do Estado.

No entanto, para Gomes e Moraes (2012), o ProUni veio com uma finalidade de massificação das vagas que eram oferecidas, pois na visão dos autores a Universidade Brasileira precisava se acostumar a uma realidade que priorizasse a massificação do acesso a uma classe que desde a criação das Universidades sempre foram privadas.

No quadro 4 podemos ver grosso modo o resultado do ProUni no número de matrículas no ensino superior, em uma década mais próxima da época de implantação.

Quadro 4 - Matrículas de cursos de graduação (presenciais e a distância) por categoria Administrativa do Brasil 2007-2017

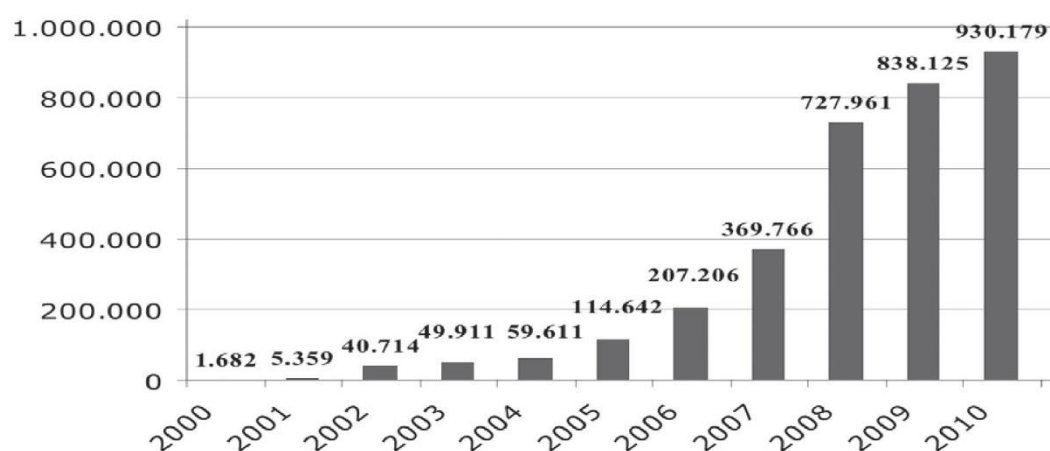
ANO	MATRÍCULAS				
	PÚBLICA	%	PRIVADA	%	TOTAL
2007	1.335.177	25,4	3.914.970	74,6	5.250.147
2008	1.552.953	26,7	4.255.064	73,3	5.808.017
2009	1.523.864	25,6	4.430.157	74,4	5.954.021
2010	1.643.298	25,6	4.736.001	74,4	6.379.299
2011	1.773.315	26,3	4.966.374	73,7	6.739.689
2012	1.897.376	27	5.140.132	73	7.037.508
2013	1.932.527	26,5	5.373.450	73,5	7.305.977
2014	1.961.002	25,1	5.867.011	74,9	7.828.013
2015	1.952.145	24,3	6.075.152	75,7	8.027.297
2016	1.990.078	24,7	6.058.623	75,3	8.048.701
2017	2.045.356	24,7	6.241.307	75,3	8.286.663

Fonte: INEP – Elaborado pela autora.

Apesar do crescimento numérico de 1.335.177 para 2.45.356 de matrículas nas Instituições Federais de Ensino Superior, a rede privada ainda continuava com predominância de matrículas passando de 74,6% em 2007 para 75,3% em 2017. Esse aumento progressivo ao longo dos anos reforça o Programa Universidade para todos (PROUNI) como manutenção de aumento das matrículas da rede privada.

A educação a distância também foi usada como política pública e como ferramenta para o aumento da expansão das matrículas no ensino superior. Instituído pelo Decreto nº 5.622 de 2005 e fortalecendo a abertura do mercado educacional ao capital estrangeiro, como apontado pelo Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) como uma alternativa para a ampliação da oferta da educação superior.

Na figura 3 verifica-se o crescimento da oferta da educação a distância no ensino superior. Esse crescimento da EAD se tornou com maior expressão a partir de 2008, onde seu crescimento teve um percentual de 97%.

Figura 2 - Matrículas na graduação a distância entre 2000 e 2010.

Fonte: Souza, 2016

Dentre as legislações citadas anteriormente no quadro nº 3, - e que foram desmembradas ao longo do texto -, formam um conjunto de reformas da educação superior e do Governo de Luís Inácio Lula da Silva. Nesse conjunto de reformas fica marcado o interesse dos Organismos Multilaterais (OM) nas políticas que foram direcionadas a educação superior Brasileira. Para Sguissardi (2006), os Organismos Multilaterais mais presente foram o Banco Mundial (BM), Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Para o autor esse interesse do OM passa pela reforma universitária de 1968 e aprofundou na reforma da educação superior no governo Lula.

As diretrizes impostas pelos organismos multilaterais foram um consenso tanto no governo de Fernando Henrique Cardoso como pelo governo Lula em relação as políticas da educação superior, onde a diferença entre o público e o privado não era uma contraposição; o Estado como regulador e controlador da prestação de contas das instituições de ensino superior em um papel de defesa, o conhecimento e a ciência em prol do mercado. Com isso, demonstra que o governo Lula optou pela continuidade de algumas diretrizes que foram adotados pelo governo FHC como apoiar parcerias público-privadas, centralidade aos sistemas de avaliação e regulação das IES e a inovação tecnológica.

Por outro lado, o Governo Lula cria o Programa REUNI com uma proposta de democratização do acesso ao ensino superior e com a proposta que o aumento nas vagas e a oferta ou ampliação dos cursos a noite nas instituições federais de ensino poderão representar uma possibilidade concreta de democratização para os estudantes trabalhadores, destacando também o incentivo a política de interiorização das universidades, o que permitirá o acesso de pessoas que estão fora das capitais e que não possuem condições de se deslocar para os grandes centros urbanos em busca do ensino superior.

2.3 O PROGRAMA DE APOIO DE EXPANSÃO E REESTRUTURAÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS (REUNI)

Antes de adentrar no que foi o programa REUNI, é importante saber que o programa sofreu influência do Plano Universidade Nova. Esse plano que foi lançado em meados de 2006 na Universidade Federal da Bahia (UFBA) tendo o professor Naomar Almeida Filho como palestrante e multiplicador desse projeto. Embora o projeto já tenha sido apresentado na UFBA em 2004 como Projeto UFBA Nova ganhou o apoio do MEC recebendo outro nome, “Universidade Nova”. Nessa mesma época o PL 7200/2006 em andamento de aprovação e mostrando sinais de implantação da “Universidade Nova” (LIMA; AZEVEDO & CATINI, 2008).

Esse plano e conhecido movimento defende que as universidades sejam ressignificadas e adequadas às reformas de Estado difundido em muitos países e com um sistema universitário europeu previsto no acordo de Bolonha⁸, onde o mesmo vem sendo criticado, por destacar a natureza economicista que as políticas de ensino superior na Europa e nos Estados Unidos se sustentam há algum tempo. E sob esse enfoque o Projeto Universidade Nova resultou na adequação aos ditames mundiais da desregulamentação e flexibilização do sistema universitário, conforme todos os tratados no universo do mundo globalizado social, cultural e economicamente propostos.

O Professor Naomar na apresentação do II Seminário Universidade Nova na UnB em Brasília – DF, defende que o projeto seria uma transformação da educação superior frente aos desafios de uma sociedade que demanda conhecimento em constante mudanças.

O processo europeu de Bolonha é um exemplo eloquente dessa concepção acadêmica que, por força das demandas da Sociedade do Conhecimento e de um mundo do trabalho marcado pela desregulamentação, flexibilidade e imprevisibilidade, certamente se consolidará como um dos modelos de educação superior de referência para o futuro próximo”. E que o Projeto Universidade Nova “implica uma transformação radical da atual arquitetura acadêmica da universidade pública brasileira, visando a superar os desafios, resultando em um modelo compatível tanto com o Modelo Norte-Americano (de origem flexneriana) quanto com o Modelo Unificado Europeu (processo de Bolonha). (LIMA; AZEVEDO & CATINI, 2008 p. 23)

Com isso, de acordo com a proposta da Universidade Nova ela absorveria a fonte desses modelos (flexneriano e europeu) transformando a arquitetura curricular do ensino superior. O modelo flexneriano, é formado por dois níveis pela pré-graduação e graduação. A pré-graduação são cursos de 4 anos de duração com conteúdo, gerais, básicos e terminais onde não são considerados de caráter não profissional, ministrados em *collegs*⁹. Com a conclusão recebem o título de Bacharel em Ciências, Artes ou Humanidades, e após dando continuidade tem a pré-condição para cursar a graduação que são compostos por “programas de graduação profissional ou estudos avançados para a formação científica ou artísticas de pesquisadores e docentes do ensino superior” (BRASIL. UFBA, 2007 p. 10).

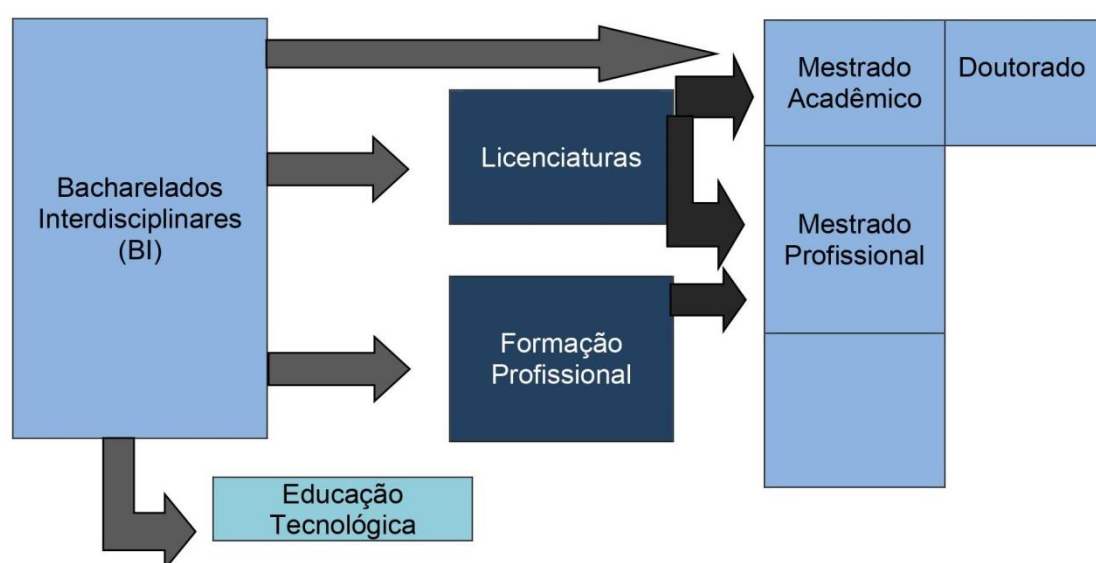
⁸O chamado Acordo de Bolonha, também conhecido Processo ou Tratado, foi firmado na cidade de Bolonha em 1999, durante uma reunião entre 29 países com ministros da educação de alguns países europeus. O Tratado tinha como princípio que “a constituição de uma Europa unida e forte dependia de uma educação superior voltada para a inovação, a competitividade e a produtividade”, conforme afirma Dias Sobrinho (2009, p. 132).

⁹São ministrados em unidades de escopo geral, isolada ou integrada em universidades.

O modelo europeu que foi unificado pelo processo de Bolonha, segue a arquitetura da educação superior em três ciclos. O primeiro ciclo de três anos de duração composto por Bacharelados gerais (não profissionais). O segundo ciclo é dividido em Master 1 acadêmico (duração de 1 a 2 anos) e Master 2 Profissional ou graduação profissional com foco nas áreas tecnológicas e serviços. E o terceiro ciclo com duração de três a quatro anos com o doutorado de pesquisa (BARRETO e MENDES, 2012).

De acordo com o projeto Universidade Nova a arquitetura curricular com influência desses modelos passaria a ser como a seguir:

Figura 3 - Arquitetura Curricular da Universidade Nova



Fonte: Maciel, 2014.

A partir da figura da arquitetura curricular da Universidade Nova, verifica-se que o primeiro ciclo chamado de Bacharelados Interdisciplinares com formação inicial e mais geral servido como base para os ciclos posteriores e pré-requisito. No próximo ciclo tem-se as formações profissionais, ou seja, as licenciaturas ou profissões específicas. E o terceiro ciclo temos a pós-graduação.

Cabe observar que esse desenho curricular da Universidade Nova está apoiado nos modelos de Bolonha, e americano e, de acordo com Cislighi (2010), o processo de reestruturação das Instituições Federais de Ensino no Brasil viabilizado através do REUNI, sendo uma das faces do projeto Universidade Nova. E nesse contexto o Projeto Universidade Nova foi duramente criticado e apoiado por alguns Reitores.

Foi nesse contexto que o REUNI nasceu, com sua origem no plano Universidade Nova e instituído através do Decreto nº 6.096/2007. Como Decreto é um instrumento unilateral que não passa pela aprovação do Legislativo e assim não é apreciado e discutido pela sociedade, houve muita resistência pela comunidade acadêmica, especialmente em prévia consulta ao REUNI.

Como política pública, nesse caso como uma política de governo Lula da Silva, contemplou de forma mais geral a necessidade de expansão do número de vagas da educação superior que também consta no Plano Nacional de Educação, que foi instituído pela Lei nº 10.172 de 2001, destacados no item 4.3.

4.3 *Objetivos e Metas*

1. Prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos.
2. (VETADO)
3. Estabelecer uma política de expansão que diminua as desigualdades de oferta existentes entre as diferentes regiões do País.
[...]
5. Assegurar efetiva autonomia didática, científica, administrativa e de gestão financeira para as universidades públicas.
[...]
11. Estabelecer, em nível nacional, diretrizes curriculares que assegurem a necessária flexibilidade e diversidade nos programas de estudos oferecidos pelas diferentes instituições de educação superior, de forma a melhor atender às necessidades diferenciais de suas clientela e às peculiaridades das regiões nas quais se inserem.
[...]
13. Diversificar a oferta de ensino, incentivo a criação de cursos noturnos com propostas inovadoras, de cursos sequenciais e de cursos modulares, com a certificação, permitindo maior flexibilidade na formação e ampliação da oferta de ensino.
14. A partir de padrões mínimos fixados pelo Poder Público, exigir melhoria progressiva da infraestrutura de laboratórios, equipamentos e bibliotecas, como condição para o recredenciamento das instituições de educação superior e renovação do reconhecimento de cursos.
15. Estimular a consolidação e o desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa das universidades, dobrando, em dez anos, o número de pesquisadores qualificados.
[...]
34. Estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico.
(BRASIL, 2001.)

No Plano Nacional de Educação de 2001, fazem parte objetivos e metas que totalizando somam trinta e cinco, porém foram supracitados apenas os que aparecem como objetivo geral do REUNI.

Além do objetivo geral de expandir o número de vagas da educação superior, o REUNI traz particularidades a sua implementação que são: elevação da taxa de conclusão dos cursos de graduação para noventa por cento (90%), elevação da relação de alunos por professor em sala de aula (na proporção de dezoito alunos por professor 18/1), diversificação das modalidades do curso de graduação através da criação de cursos de curta duração, flexibilização dos currículos e da educação a distância e incentivando a mobilidade estudantil entre instituições de ensino.

Para atender à demanda da expansão da educação superior aos alunos de classes desfavorecidas, o PNE-2001/2011 surge com a intenção de que sejam criados cursos noturnos nas instituições federais de ensino. E como esse era um dos objetivos do REUNI, os cursos que sofreram expansões além de terem o número de vagas ampliado, também tiveram, prioritariamente no período noturno.

Ressalta-se a importância da expansão de vagas no período noturno, considerando que as universidades, sobretudo as federais possuem espaços para este fim, destacando a necessidade de garantir o acesso a laboratórios, bibliotecas e outros recursos que assegurem ao aluno trabalhador o ensino de qualidade a que tem direito nas mesmas condições de que dispõem os estudantes do período diurno. Esta providência implicará a melhoria do indicador referente ao número de docentes por alunos. (BRASIL, 2001, p. 88)

Silva (2014), organizou um quadro em que explica as dimensões e os aspectos específicos contidos nas Diretrizes do artigo 2º do Decreto 6.096/2007.

Quadro 5 - Dimensões e aspectos específicos do REUNI (Continua)

DIMENSÕES	ASPECTOS ESPECÍFICOS
1) Ampliação da Oferta da Educação Superior	1. Aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
	2. Redução das taxas de evasão e;
	3. Ocupação de vagas ociosas.
2) Restruturação Acadêmica-Curricular	4. Revisão da estrutura acadêmica, buscando a elevação da qualidade;
	5. Reorganização dos cursos de graduação;
	6. Diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente com superação da profissionalização precoce e especializada;
	7. Implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos e,
	8. Previsão de modelos de transição, quando for o caso.

Quadro 5 - Continuação

3) Renovação Pedagógica da Educação Superior	9. Articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica;
	10. Atualização de metodologias e (tecnologias) de ensino-aprendizagem.
	11. Previsão de programas de capacitação pedagógica, especialmente quando for o caso implementação de um novo modelo.
4) Mobilidade Intra e Interinstitucional	12. Promoção de ampla mobilidade estudantil mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre cursos e programas, e entre instituições de educação superior.
5) Compromisso Social da Instituição	13. Políticas de Inclusão;
	14. Programas de assistência estudantil; e
	15. Políticas de extensão universitária.
6) Suporte da Pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação	16. Articulação da graduação com a pós-graduação: expansão quali-quantitativa da pós-graduação orientada para a renovação pedagógica da educação superior.

Fonte: Elaborado por Silva (2014, p. 79-80).

Para que o plano de expansão do número de vagas fosse viável, as universidades teriam a necessidade de contratação de profissionais, como docentes e técnicos, para o desempenho tanto nas funções de ampliação da estrutura acadêmica das universidades que já existiam como atender as universidades que seriam criadas. Para isso, houve uma projeção de verbas orçamentárias para serem liberadas às universidades e os valores que seriam repassados às IFES foram projetados dos dados da Plataforma de Integração de Dados das Instituições Federais de Ensino Superior (PingIFES), ano-base 2005. O valor de investimento se todas as universidades aderirem ao programa seria de 2 bilhões de reais no período de 2008 a 2011 e estariam condicionadas aos cumprimentos de metas (BRASIL, 2007b). Durante a implementação do programa, haveria o acompanhamento de Analistas “in loco”, para a verificação da verba destinada ao programa e

cumprimento de metas. No quadro a seguir, tem-se a projeção dos recursos repassados à IFES de acordo com o número de estudantes matriculados.

Quadro 6 - Previsão de acréscimo orçamentário a partir do Decreto nº 6.096/2007

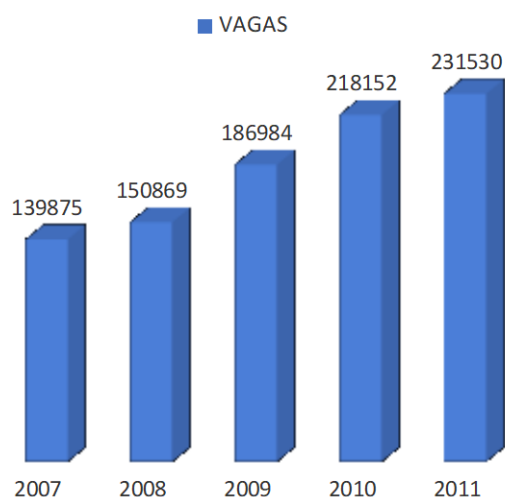
Previsão de acréscimo orçamentário a partir do Decreto nº 6.096/2007 (valores em milhares de reais)					
Ano	2008	2009	2010	2011	2012
INVESTIMENTO	305.843	567.671	593.231	603.232	
CUSTEIO/PESSOAL	174.157	564.247	975.707	1.445.707	1.970.205
TOTAL	480.000	1.131.918	1.568.938	2.048.939	1.970.205

Fonte: REUNI – Diretrizes Gerais – BRASIL (2007b)

De acordo com o documento Diretrizes Gerais do REUNI a expansão da educação superior pública apresenta como função ampliar as “políticas de inclusão e de assistência estudantil” aqueles e aquelas que não possuem condições econômicas para permanecer e concluir os estudos. No tocante, que se efetivará em políticas de inclusão, democratização do acesso e permanência fazendo com que se promova a igualdade de oportunidades, já que o aumento acelerado do ensino superior privado apresenta sinais de esgotamento, devido à “saturação de mercado em várias profissões e pela inadimplência de segmentos sociais incapazes de arcar com o alto custo da educação superior” (BRASIL, 2007b, p. 07).

De acordo com Jezine e Prestes (2012), 53 universidades aderiram ao programa REUNI e apenas uma não participou totalizando 54 universidades no final do ano de 2007, dentre elas a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. De acordo com os autores e dados do MEC (2010), desde 2003 até 2010 foram criadas mais 14 universidades e 100 campi possibilitando o aumento do número de vagas e a criação de novos cursos de graduação.

No primeiro ano de implantação do REUNI o MEC apresenta a expansão das vagas no relatório de 2012 demonstrado no gráfico a seguir:

Figura 4 - Vagas ofertadas na graduação presencial

Fonte: BRASIL. MEC, 2012, p. 12

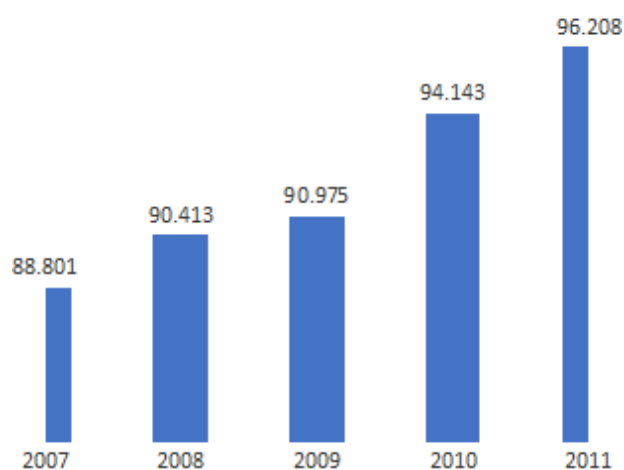
A figura 4 demonstra a evolução das matrículas de 2007 a 2011, onde há o crescimento exponencial de quase 90 mil vagas na educação superior. Com esses números constatamos que o REUNI se mostrou um importante programa do governo federal para aumentar o número de vagas e interiorizar as universidades. De acordo com Machado (2013), o número de vagas na educação superior mais que dobrou do governo FHC para o governo Lula.

Os dados oficiais divulgados pelo INEP (...), revelam a expansão quantitativa das matrículas, vagas e unidades das universidades federais. O número de vagas mais que dobrou de 2002 a 2011: o governo FHC deixou as UFEs com 124.196 vagas e em 2011, os governos petistas disponibilizaram 270.121 vagas. A taxa de crescimento foi de 117%. O número de unidades cresceu em 56% no interior: de 25 unidades em 2002, forma para 39 em 2011. Em 2002, apenas 34% das matrículas nas UFEs era no interior e, em 2011, chegaram a ser 45%. (MACHADO, 2013 p. 145-146).

Outro fator de relevância foi a ampliação dos recursos humanos para atender a expansão do acesso e permanência dos estudantes, particularmente no que diz respeito aos docentes e técnicos administrativos. Nas figuras 6 e 7 abaixo podemos ver essa evolução que demonstra um aumento considerável dos trabalhadores da educação superior. No caso dos técnicos administrativos de 2007 a 2011 esse aumento foi de 7.407 técnicos que ingressaram no serviço público para compor o quadro de apoio da educação superior. Os docentes também tiveram um aumento no número de contratações e verifica-se que houve uma redução ao longo do tempo da

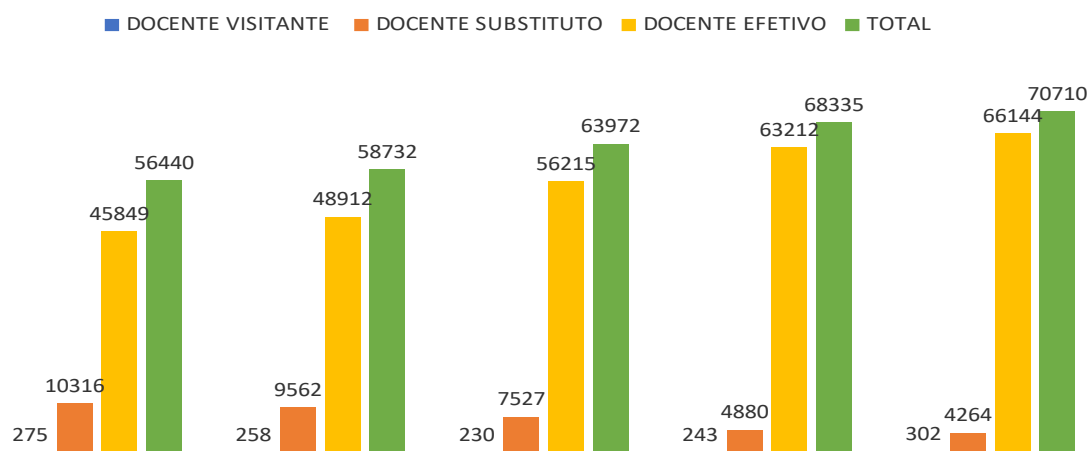
contratação dos professores substitutos e aumento de docentes via concurso público. A partir de 2010 podemos ver um considerável aumento de técnicos devido a publicação do Quadro de Referência do Servidor Técnico-Administrativo (QRSTA), “o qual permitiu às universidades a reposição automática das vagas originárias de vacâncias (aposentadorias, óbitos, exonerações, dentre outros). Além disso, também foram autorizadas novas vagas para concursos públicos” (BRASIL. MEC, 2012, p. 19).

Figura 5 - Número de Técnicos nas Universidades Federais de 2007- 2011



Fonte: BRASIL. MEC, 2012, p. 19.

Figura 6 – Número de Docentes nas Universidades Federais de 2007 - 2011



FONTE: MEC, 2012, p. 16.

No Art. 2º do Decreto 6.096/2007 que instituiu o programa REUNI, a mobilidade acadêmica é colocada como uma das diretrizes do programa.

Art. 2º O Programa terá as seguintes diretrizes:

(...)

II - Ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior (BRASIL, 2007).

A mobilidade estudantil se transforma em Programa de Mobilidade Acadêmica a partir de 2011 através da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais (ANDIFES) e os Reitores de Universidades Federais participantes. Como requisito para participar do programa os estudantes de graduação deverão ter concluído 20% de seu curso e com até duas reprovações nos dois últimos períodos que irão anteceder o intercâmbio. Não se trata de transferência de Universidade e sim o intercâmbio de conhecimentos entre os sujeitos participantes do programa. Para tanto, o Programa de Mobilidade Acadêmica vê a necessidade brasileira de acompanhar as dinâmicas internacionais para a educação superior ANDIFES (2012).

De acordo com o convênio ANDIFES (2012) em 2011 as universidades que aderiram ao programa foram: Universidade Federal do ABC (UFABC), Universidade Federal do Acre (UFAC), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Cariri (UFCA), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), Universidade Federal Rural do Semi-árido (UFERSA), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal de Lavras (UFLA), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Pelotas (UFPEl), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal do Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade Federal de Roraima (UFRR), **Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)**, Fundação Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal do Tocantins (UFT), Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e, por fim, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

A mobilidade acadêmica se fez essencial através do REUNI para que o desenvolvimento das potencialidades acadêmicas nacionais seja expandido, como diz o documento das Diretrizes Gerais do Reuni:

Nesse cenário, a mobilidade estudantil emerge como um importante objetivo a ser alcançado pelas instituições participantes do REUNI não só pelo reconhecimento nacional e internacional dessa prática no meio acadêmico, mas fundamentalmente por se constituir em estratégia privilegiada de construção de novos saberes e de vivência de outras culturas, de valorização e de respeito ao diferente. O exercício profissional no mundo atual requer aprendizagens múltiplas e demanda interseção com saberes e atitudes construídos a partir de experiências diversas que passam a ser, cada vez mais, objeto de valorização na formação universitária. Entretanto, a existência efetiva de programas de mobilidade impõe não só condições materiais para que os estudantes se façam presentes em outras instituições. É necessário, sobretudo, superar o problema do distanciamento entre as instituições de ensino, estimulando uma cultura de cooperação permanente e garantindo ao aluno o aproveitamento dos conteúdos. (BRASIL, 2007, p. 06)

Para viabilizar a mobilidade acadêmica, acordos assinados entre as Universidades Federais e Universidades Internacionais alinhados ao cenário de internacionalização do conhecimento se fizeram necessários, com isso, tenta-se proporcionar ao país visibilidade acadêmica internacional.

A expansão da Educação Superior teve como precedente o Programa de Expansão da Educação Superior Pública/Expandir (2003-2006), conhecido mais tarde como Pré-Reuni. O Programa Expandir permitiu que fossem criadas Universidades, novos campi com interiorização e faculdades que foram transformadas em Universidades. Para Gentil (2015), o Programa Expandir teve como principal objetivo a expansão e a interiorização da educação superior brasileira e como estratégia de levar o ensino para fora dos centros urbanos para assim contribuir com a democratização do ensino superior, diminuição das desigualdades sociais.

De acordo com Sousa (2011), quando se analisa os dados relativos a expansão da educação superior no Brasil entre 2001 e 2006, ano final do Programa Expandir, verifica-se que as Universidades Federais de ensino superior passaram de 40 para 53 e que algumas ações do programa se estenderam até 2010 onde o Reuni já estava em andamento.

Com isso, o Reuni representou a segunda expansão da educação superior que interiorizou as instituições e contribuiu para reestruturação e democratização do acesso dos estudantes e objetivamente a ampliação desse acesso. As Universidades e campi criados no Programa Expandir podem ser verificados no quadro abaixo:

Quadro 7 - Resultados Alcançados pelo Programa EXPANDIR (2003-2006)

QUANTITATIVO	UNIVERSIDADES
02 Universidades Federais Consolidadas	Universidade Federal do Tocantins – UFT (Maio/2003) Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF (Outubro/2004)
10 Novas Universidades Federais Implantadas (a maioria no interior)	1. Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD (julho/2005); 2. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB (julho/2005); 3. Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM (Transformação – agosto/2005); 4. Universidade Federal do Semi-Árido – UFERSA (Transformação – agosto/2005); 5. Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL (Transformação – agosto/2005); 6. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM (Transformação – setembro/2005); 7. Universidade Federal Tecnológica do Paraná – UTFPR (Transformação – outubro/2005); 8. Universidade Federal do ABC - UFABC (setembro/2006); 9. Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA (Transformação – janeiro/2008); 10. Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA (janeiro/2008)

FONTE: Sousa, 2011 p. 24.

A autonomia universitária durante anos foi palco de grandes discussões. E o Programa REUNI também trouxe essa temática quando respeita as IFES no sentido de indicar a estratégia para alcançar a meta estabelecida pelo programa, em seu artigo 4º expressa:

Art. 4º O plano de reestruturação da universidade que postule seu ingresso no Programa, respeitados a vocação de cada instituição e o princípio da autonomia universitária, deverá indicar a estratégia e as etapas para a realização dos objetivos referidos no art. 1º. (BRASIL, 2007a, p. 01)

Podemos verificar que essa autonomia universitária ganha nuances diferentes nos períodos históricos em que a educação superior foi tema de grande destaque. Sobretudo na década de 1960 e 1970 no qual os governos militares fizeram suas intervenções econômica, cultural, social e educacional. Na atual conjuntura a autonomia universitária é ameaçada por programas em que o governo federal tenta implementar como o Future-se.

Mesmo com esses ataques a autonomia universitária gerada pelos governos que foram instituídos pelo povo, exceto o Golpe Militar, parece que o ataque é muito mais enraizado pois vem de uma nova ordem mundial que se intensificou nos últimos 40 anos com a consolidação do

Neoliberalismo, onde o ensino Universitário passou a ser concebido como área de investimento no qual surgiram centenas de universidades privadas.

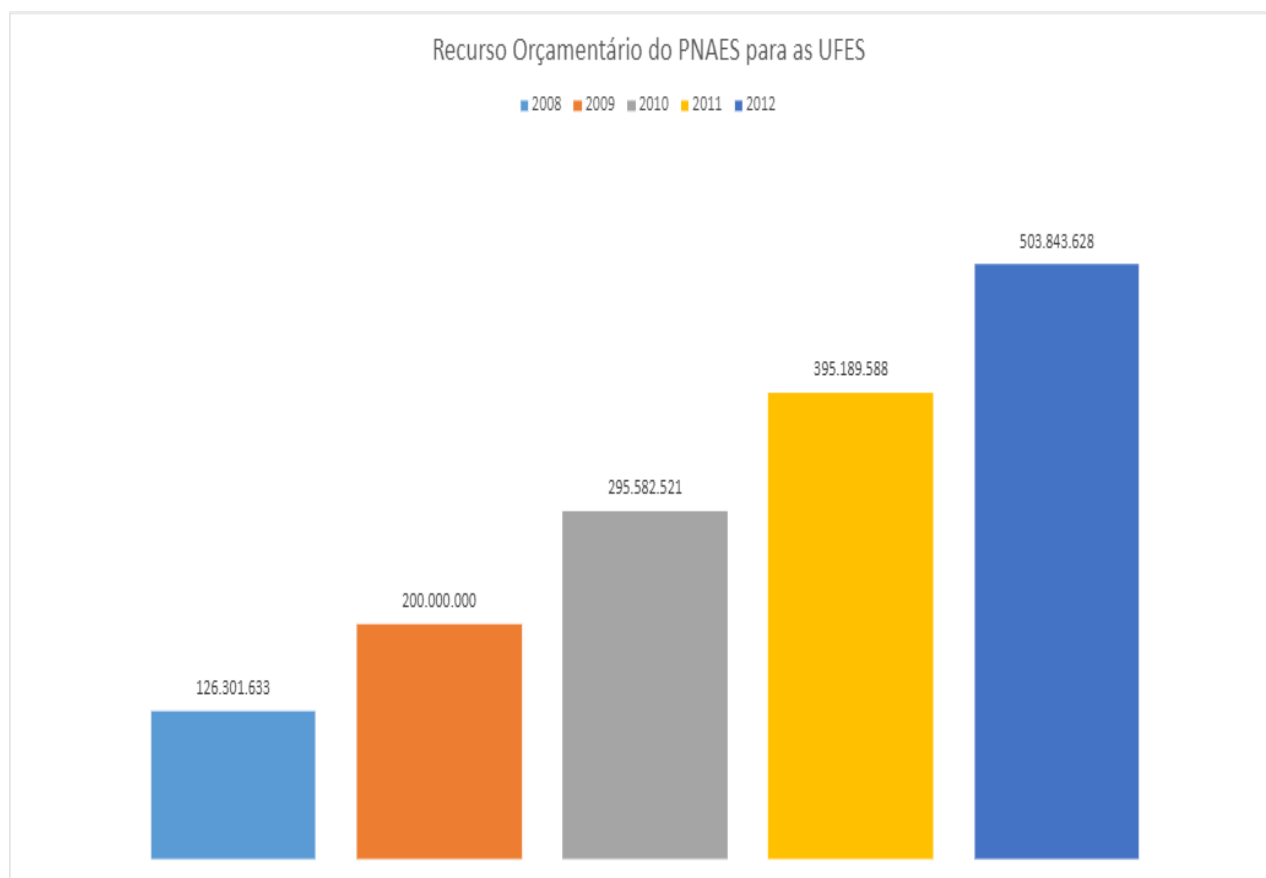
Nesse governo atual podemos ver não só a autonomia universitária ser ameaçada, mas como também os efeitos do Neoliberalismo serem multiplicados para deixar que as Universidades Públicas deixem de ser gratuitas e voltem a ser elitistas e altamente excludentes (racistas e sexistas). Outra questão seria de um governo de direita ultraliberal que se apoia em uma ideologia conservadora com ataques as Universidades que em sua visão produzem discursos ideológicos e marxistas, onde o pensamento crítico gera a “desordem social”.

Por tudo isto, que o pensamento do Neoliberalismo trouxe para a educação superior e a eleição de uma direita ultraliberal que se instalou no Brasil e em alguns países no momento, os atuais acontecimentos da educação superior têm se instalado um verdadeiro descrédito aos estudantes e profissionais da educação colocando a sociedade contra a esses grupos com discurso de ódio generalizado.

Os parágrafos anteriores foi apenas um parêntese para tentar elucidar ao momento atual que a educação superior atravessa. Como o objetivo desse capítulo é explicar o Programa REUNI que representou a expansão da educação superior, reestruturação e democratização do acesso, com apoio a interiorização do nível superior, voltaremos com se deu a questão da permanência dos estudantes.

Para a permanência dos estudantes foi criado o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) para dar apoio ao REUNI. Instituído em 2007, mas só tornado programa de governo pelo Decreto nº 7.234 em 2010. Em sua finalidade como aponta em seu artigo 1º, “visa ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal” (BRASIL, 2007). Com o propósito de inclusão social, melhorias do rendimento acadêmico e melhoria nas condições de vida dos estudantes, o PNAES aborda áreas estratégicas na vida dos estudantes como: moradia estudantil, transporte, alimentação, atenção a saúde, inclusão digital, cultura, esporte. Trata-se de um programa que contribui para subsidiar a permanência dos estudantes sem potencial econômico e contribuindo assim para uma expansão mais democrática.

Os recursos financeiros para esse programa foram crescentes durante os anos de 2008 até 2012 pelo governo federal demonstrando que a cada ano mais estudantes puderam ser alcançados, chegando a um aumento significativo de 300% nesse período. Verificado na figura abaixo.

Figura 7 – Recurso Orçamentário do PNAES para as UFES

Fonte: MEC, 2012.

É importante salientar que o Programa REUNI, antes da sua implementação foi alvo de muitas críticas devido à falta de debate para a implementação desse Decreto Presidencial o que levou a comunidade universitária e a sociedade a desconfiança e temor, porque poderia ferir o sentido da Autonomia Universitária. Com esse início de processo turbulento provocou a ocupação nas reitorias de universidades brasileiras por parte dos alunos das instituições, com reivindicações referentes à revogação da adesão ao Programa REUNI e a necessidade de um maior debate. Apesar desta mobilização, a adesão do Programa prosseguiu em todo o país.

Figura 8 – Revista Universidade e Sociedade



Fonte: Revista Universidade e Sociedade (ed. 41/2008) – Andes

Na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro não foi diferente essa mobilização, gerando críticas de boa parte da comunidade estudantil e dos sindicatos. Essa foto representa umas das discussões do Reitor Prof. Ricardo Miranda debatendo com a comunidade Ruralina sobre o REUNI.

Figura 9 – Debate com a comunidade Ruralina

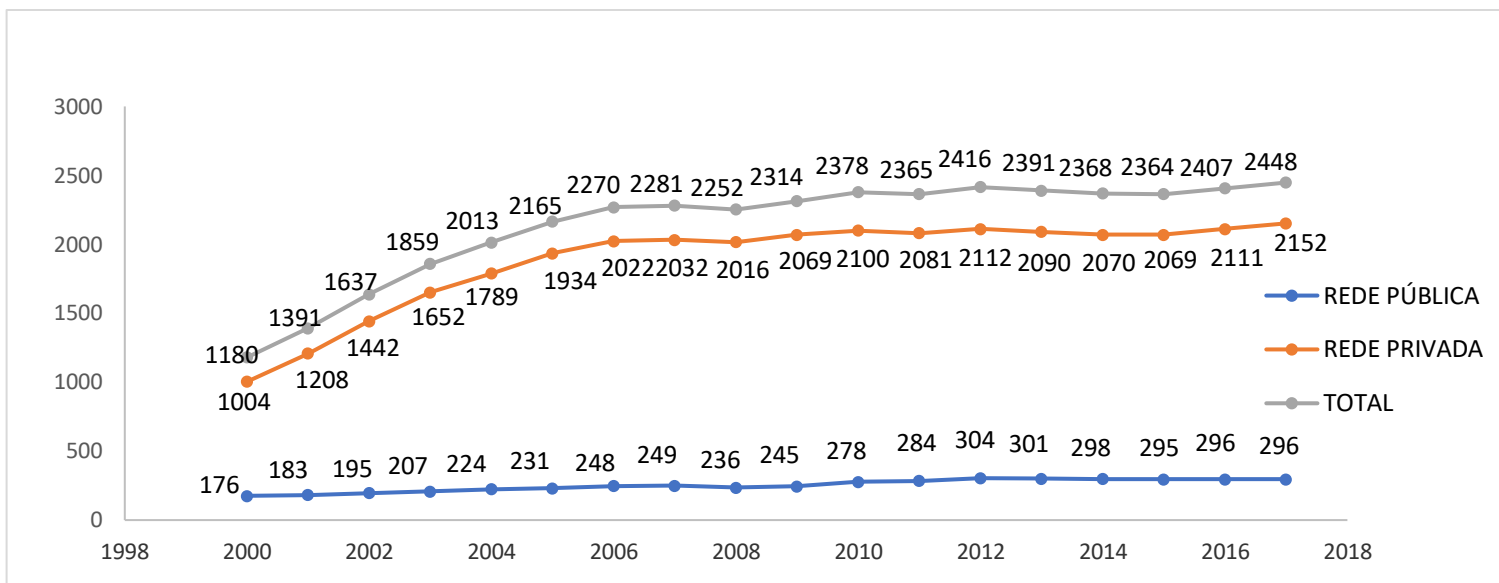


Fonte: ADUR-RJ imagem disponível no Google.

Assim, vimos que a segunda fase da expansão do ensino superior protagonizado pelo REUNI fez com que as IFES se remodelassem através de sua gestão para atender ao programa e assim contribuir para a democratização do acesso de estudantes às universidades, popularizando o ensino superior e fazendo cumprir a LDB/1996 que destaca a universidade na importância dessa em relação à qualificação para a ciência, trabalho e formação profissional. Sobre os principais objetivos do programa que foram o acesso e permanência dos jovens entre 18 e 24 anos, interiorização das universidades e redução da evasão fez com que o acesso à universidade fosse um sonho alcançável para muitos das camadas populares mais desfavorecida devido às desigualdades e injustiças sociais.

Nesse contexto, a educação superior que também é ofertado pela esfera privada passou por uma expressiva expansão. Porém, o objetivo dessa dissertação não é desmembrar as questões pertinentes que levaram a essa expansão da educação privada superior, no entanto cabe destacar que o ensino superior privado ao longo dos anos, na visão de Cunha (1997) esforçou-se para uma construção identitária, quando uma separação das entidades privadas em fins lucrativos ou não se fez presente na Lei de Diretrizes e Bases de 1996. E para elucidar os números mais recentes da expansão numérica das instituições de ensino público e privada trazendo para uma realidade mais próxima e delimitada no tempo dessa pesquisa, 2017.

Observamos na figura 11 que as Instituições de Ensino Superior Privadas aumentaram consideravelmente entre os anos de 2000 e 2017. Esse aumento foi de um percentual de 361%, enquanto as Instituições de Ensino Superior Públicas o aumento foi de apenas 68%. Essa expansão da educação superior que pelos dados demonstram que as IES privadas têm um crescimento contínuo ao longo dos anos, com boa parte financiada por auxílio e subsídios do Estado, especialmente sob a forma de financiamento estudantil como o Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para todos (PROUNI).

Figura 10 - Expansão Numérica de Instituições de Ensino Superior, Pública e Privada

Fonte: MEC, elaborado pela autora.

Com isso, vimos que mesmo com o crescimento das IES privadas, este ensino ainda é limitado e dissociado da pesquisa e extensão. Com interesses particulares, empresariais e essencialmente com fins lucrativos no campo da educação superior.

Para tanto, o modelo de ensino-pesquisa-extensão necessita de muitos investimentos públicos como na infraestrutura, manutenção e ampliação do quadro docente qualificado em dedicação exclusiva, sendo muito dispendioso para os objetivos do setor privado que no Brasil essencialmente visa o lucro mais rápido, comprometendo os investimentos para a formação cidadã e trabalho qualificado socialmente. Nesse pensamento, que se refere à configuração acadêmica, Durham (2002) comenta que:

(...) reconhecer que o ensino de qualidade associado à pesquisa é caro demais. Não pode ser praticado com recursos oriundos de mensalidades escolares, nem apenas com recursos públicos que são finitos. Esta é a razão porque o modelo único de ensino superior, que contempla apenas a universidade de pesquisa, é intrinsecamente elitista e inócuo. (DURHAM, 2002, apud PAULA, 2009, p. 117)

Contudo, sabemos que o debate da democratização do acesso à universidade ainda é algo polêmico e antigo. Mas que atualmente têm chamado atenção pelas políticas públicas em que são inseridas. E de fato não se pode confundir expansão da educação superior com democratização da educação superior, por ser esta uma questão que envolve muitos atores sociais que precisam de uma política pública e social que garanta seus direitos em busca de uma universidade cada vez mais acessível, igualitária e justa a sociedade.

Atenta-se ainda que a democratização do ensino superior também perpassa pela discussão do ensino infantil e básico no campo do acesso e qualidade destes, funcionando como uma trajetória que pelo caminho passa pelo ensino fundamental e médio, onde a continuidade, qualidade e acesso apontarão para um ensino superior. E valendo-se dessa discussão que a educação em nosso

texto constitucional se trata de um direito, a garantia desse direito limita-se apenas a educação básica fazendo com que o caminho percorrido até chegar ao ensino superior seja desigual.

O REUNI, por si só não foi capaz de democratizar o acesso à educação superior, mas uma série de medidas tomadas pelo governo que somadas ao aumento do investimento nas instituições federais de ensino superior para a reestruturação e expansão dessas instituições, em conjunto com as ações de gestões aliadas as políticas de ações afirmativas fizeram com que a universidade atendesse com mais isonomia as camadas populares e etno raciais. E isso porque todas essas políticas e programas de governo permitem que a isonomia nos dias de hoje trate os desiguais, “desiguais”, ou conforme Joaquim Barbosa Gomes (2003) – na medida das suas desigualdades - mas com a possibilidade de igualdade de oportunidades.

CAPÍTULO III – O REUNI NA UFRRJ E A PROPOSTA DE EXPANSÃO DAS LICENCIATURAS

Este capítulo trata de algumas particularidades do Programa REUNI na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro acerca da expansão da educação superior e especificamente destaca a expansão das licenciaturas, modalidade de curso de graduação com maior número no Programa institucionalizado na referida universidade. O capítulo foi estruturado objetivando pontuar sobre o Programa com dados e números de sua implantação de vagas, docentes, discentes e programas de extensão por constituir um conjunto que contribuiu para democratizar o acesso e a permanência ao ensino superior.

3.1 – A RURAL EM NÚMEROS E HISTÓRIA

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro é uma autarquia de direito público, com autonomia administrativa e didático-científica, que através do ensino, pesquisa e extensão trabalha para o desenvolvimento da sociedade para um ensino gratuito e de qualidade. Assim como outras Universidades públicas, é desafiada a promover uma formação mais humanística e democrática. Situada no Município de Seropédica à margem da antiga Rio-São Paulo, atual BR-465, fundada em 1910, por meio do Decreto nº 8.319 para ofertar as Escolas Superior de Agronomia e Escola de Medicina Veterinária (Esamv).

A UFRRJ atualmente é vinculada à Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e integra o sistema das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), possui multi campi e atuação nos municípios de Seropédica, Nova Iguaçu, Três Rios e Campos dos Goytacazes. De acordo com o Catálogo Institucional UFRRJ (2019), a Universidade possui:

- ◆ 4 Campus – Seropédica, Nova Iguaçu, Três Rios e Campos dos Goytacazes
- ◆ 56 Cursos de Graduação
- ◆ 2 Cursos de Graduação a Distância
- ◆ 25 Cursos de Mestrado Acadêmico
- ◆ 8 Cursos de Mestrado Profissional
- ◆ 14 Cursos de Doutorado
- ◆ 1.161 Docentes do Ensino Superior
- ◆ 1.209 Técnicos Administrativos
- ◆ 24.000 Estudantes de Graduação
- ◆ 2.011 Estudantes de Pós-Graduação

A UFRRJ conta em seu espaço físico com duas escolas, sendo o Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC) Paulo Dacorso Filho, com a educação infantil e ensino fundamental que em 1993, ano de sua inauguração, suas atividades consistia em uma parceria entre UFRRJ, Estado do Rio de Janeiro e Município de Itaguaí. Após a municipalização do ensino fundamental, atualmente o Município de Seropédica trabalha nessa parceria.

Outra escola é o Colégio Técnico da UFRRJ (CTUR), que oferece cursos de nível médio e técnicos pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica através de concursos públicos. As vagas oferecidas pelo CTUR anualmente são 350, divididos entre os cursos técnicos de Agrimensura, Agroecologia, Hospedagem e Meio Ambiente e Ensino Médio regular (Catálogo Institucional UFRRJ, 2019).

O campus de Seropédica é o maior da UFRRJ, atualmente oferece 2.600 vagas por ano em 41 cursos de graduação. Cercado de área verde e prédios históricos, o campus é um dos mais belos do mundo situando esteticamente, sobretudo, tem uma característica peculiar de relação entre ensino- pesquisa-extensão na medida em que tudo isso acontece próximos às moradias (alojamentos dos alunos, casas dos técnicos administrativos e docentes).

Quadro 8 - Cursos Campus Seropédica

CURSOS	
ADMINISTRAÇÃO – Integral e Noturno	ENGENHARIA QUÍMICA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	FARMÁCIA
AGRONOMIA	FILOSOFIA
ARQUITETURA E URBANISMO	FÍSICA
BELAS ARTES	GEOGRAFIA
CIÊNCIAS AGRÍCOLAS	GEOLOGIA
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	HISTÓRIA – Vespertino e Noturno
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	HOTELARIA
CIÊNCIAS ECONÔMICAS	LETRAS – PORTUGUÊS /LITERATURAS
CIÊNCIAS SOCIAIS	LETRAS - PORTUGUÊS/INGLÊS/LITERATURAS
COMUNICAÇÃO SOCIAL	MATEMÁTICA
DIREITO	MEDICINA VETERINÁRIA
EDUCAÇÃO DO CAMPO	PEDAGOGIA
EDUCAÇÃO FÍSICA	PSICOLOGIA
ENGENHARIA AGRÍCOLA E AMBIENTAL	QUÍMICA – Integral e Noturno
ENGENHARIA DE AGRIMENSURA E CARTOGRÁFICA	RELAÇÕES INTERNACIONAIS
ENGENHARIA DE ALIMENTOS	SERVIÇO SOCIAL
ENGENHARIA FLORESTAL	SISTEMA DE INFORMAÇÕES
ENGENHARIA DE MATERIAIS	ZOOTECNIA

Fonte: Catálogo Institucional UFRRJ, 2019.

O Instituto Multidisciplinar (IM), Campus Nova Iguaçu, localizado no Município de Nova Iguaçu, inicialmente teve suas atividades no Colégio Municipal Monteiro Lobato em 2005 oferecendo seis cursos de graduação (Administração, Economia, Matemática, Turismo, História e Pedagogia). De acordo com Souza (2016), todo um conjunto favoreceu para uma universidade pública na Baixada Fluminense, entre eles, as reuniões realizadas na Secretaria de Desenvolvimento da Baixada Fluminense com a participação de professores da UFRRJ, vereadores, lideranças locais, comerciantes etc. Com essas discussões, a criação da Escola de Governo da Baixada Fluminense (EGBF) foi viabilizada se tornando um núcleo de estudos formado por um consórcio de instituições do Rio de Janeiro (UFF, UFRRJ, UERJ, ENCE, IBGE, CPDOC, PUC e Fundação CIDE do Estado do Rio de Janeiro) e professores para o ponta pé inicial de uma Universidade Pública na Baixada Fluminense, sendo o REUNI a concretização dessa realidade. Em 2019, o campus Nova Iguaçu, possuía 5.000 alunos matriculados divididos em 12 cursos de graduação e um curso a distância.

Quadro 9 – Cursos no campus Nova Iguaçu

CURSOS	
ADMINISTRAÇÃO	HISTÓRIA
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	LETRAS – PORTUGUÊS/ESPANHOL/LITERATURAS
CIÊNCIAS ECONÔMICAS	MATEMÁTICA
DIREITO	PEDAGOGIA
GEOGRAFIA	TURISMO

Fonte: Catálogo Institucional UFRRJ, 2019.

O Instituto Três Rios (ITR), está localizado no Município de Três Rios a 126 km da capital fluminense. A partir do Programa de Restruturação e Expansão da Universidades Federais (REUNI) em 2007, implantou uma unidade acadêmica transformando-se em Instituto em 2009. Possui quatro cursos de graduação: Administração, Ciências Econômica, Direito e Gestão Ambiental. Por ano oferece 190 vagas e até 2019 conta com 800 matrículas (Catálogo Institucional UFRRJ, 2019).

A interiorização do ensino superior no Estado do Rio de Janeiro pelo Instituto Três Rios, segue a linha de objetivo do REUNI, assim como a demanda da sociedade por uma educação gratuita de qualidade possa chegar de forma igualitária levando o ensino, pesquisa e extensão para fora das capitais.

Após a transferência da Praia Vermelha no Rio de Janeiro para a antiga Estrada Rio-São Paulo, em 1947, a Universidade Rural tinha o objetivo de criar um campus de escala gigantesca, para impulsionar a lavoura e a pecuária capacitando técnicos para mudar uma perspectiva de atraso (SILVEIRA, 2011). A UFRRJ com essa denominação em termos legais veio em 1965, com a Lei 4.759 com aprovação do seu Estatuto em 1970.

Ainda de acordo com Silveira (2011), a partir de 1967, quando a Universidade muda sua subordinação para o Ministério da Educação, tem um episódio marcante para a história da Universidade pois tratava de um Ministério urbano e não mais rural como sempre foi desde sua criação com apenas dois cursos de Agronomia e Veterinária alocados no Ministério da Agricultura. Essa mudança traz subordinações que o Ministério da Educação impõe seguindo já uma imposição de uma educação superior moldada, sobretudo em reformas com a qual o contexto histórico já analisamos no capítulo 1.

3.2 O REUNI E AS LICENCIATURAS NA UFRRJ

Diante de um histórico sobre a formação e organização atual da UFRRJ, partimos para o REUNI, após um contexto de convênios com municípios em torno de Seropédica, fazendo com que Volta Redonda, Paracambi, Nova Iguaçu e Três Rios fossem participantes da educação superior, principalmente Nova Iguaçu e Três Rios com a criação dos Institutos em 2006 e 2009 respectivamente, demonstrando um compromisso institucional para expandir o conhecimento a partir de ensino, pesquisa e extensão.

O REUNI foi apresentado a comunidade da UFRRJ em 2007 e no mesmo ano foi aprovado pelo Conselho Universitário através da Deliberação nº 043, de 30 de novembro de 2007. O Plano de Reestruturação e Expansão da UFRRJ teve como documento base o Plano de Desenvolvimento Institucional 2006 – 2011 que se fundamentou:

- a) Ampla debate da comunidade acadêmica;
- b) Entendimento de que não se pode expandir sem uma sólida base de reestruturação;
- c) Compreensão de que somente se pode expandir com contratação efetiva de pessoal docente e técnico-administrativo, como também, sem a exploração e sobrecarga de trabalho das categorias em questão;
- d) Perspectiva de melhoria e ampliação de qualidade das atividades: acadêmico-científicas e administrativas;
- e) Garantia dos aportes financeiros necessários e incluídos na matriz orçamentária da UFRRJ, para além de 2012;
- f) Ampliação da Inserção nas regiões geográficas sob sua influência de modo a contribuir para o desenvolvimento sócio, econômico e cultural. (BRASIL, Projeto UFRRJ-REUNI, 2007, p. 3-4)

Todos os entrevistados apontaram que a implantação do REUNI na UFRRJ causou muita controvérsia e discussão principalmente em âmbito político pois toda a comunidade universitária foi envolvida. De acordo com o entrevistado E2:

A adesão da UFRRJ ao REUNI foi um processo difícil e polêmico devido à desconfiança de parte importante da comunidade acadêmica de que seria mais uma iniciativa do governo federal a criar encargos sem a devida contrapartida, sem sustentabilidade. Mesmo porque, naquele momento o nível de sucateamento das IFES era algo insuportável, depois de 8 anos gestão neoliberal e privatizante do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Estava presente na memória coletiva a expansão 10 % de vagas proposta aos Reitores das IFES pelo governo FHC sem que tivesse ocorrido a prometida contrapartida. Ao contrário, a redução orçamentária teve continuidade, chegando a níveis críticos, e a proibição de concursos para docentes foi mantida. Na ocasião, mais da metade dos docentes do

Departamento de Matemática era constituída por substitutos. Neste contexto é que surgiu o Programa Reuni.

Ainda que a proposta tenha sido levada a fóruns de discussão abertos e no próprio projeto de adesão ao Reuni estivesse proposto que o ano de 2008 seria utilizado para finalizar o Plano da UFRRJ de forma coletiva, a oposição dos movimentos docente, discente e técnico-administrativo era muito significativa. Em 2007, dois Institutos decidiram ficar fora do REUNI em 2007. O Instituto de Educação e de de Tecnologia. Alguns institutos tradicionais ficaram academicamente inertes frente ao Plano da UFRRJ (IA, IV, IF, IZ). O Plano de Reestruturação e Expansão da UFRRJ PRE/UFRRJ 2007), que marcava a adesão da Universidade ao REUNI, foi aprovado pelo Consu ao final de 2007 num ambiente de grande tumulto.

Contudo, o Programa REUNI previa um período de 2008-2012 de duração e no documento PRE UFRRJ como citado no item (e) estimava que os recursos financeiros fossem além de 2012. Fato que se colocaria que a Universidade esperava do Governo Federal que os aportes financeiros fossem incluídos na matriz financeira de modo que a expansão fosse contínua. Isto posto, o documento PRE UFRRJ apontava como direcionamento:

Assim, a UFRRJ, em decorrência da sua localização geográfica, possui um papel estratégico na interiorização da educação e no papel da universidade pública na promoção da qualificação profissional. Enfim, a oferta de novas vagas na Universidade, dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Projeto de Reestruturação e Expansão da UFRRJ, passa necessariamente pela abertura de novos cursos de graduação. E o que se pode perceber nesse breve diagnóstico é que a Universidade apresenta reais potencialidades de crescimento nas áreas de Saúde e Humanidades (esta principalmente na licenciatura - Noturna). Abre-se então a oportunidade para que o processo de expansão concentre suas ações no fortalecimento e crescimento das áreas já existentes. (BRASIL, Projeto UFRRJ-REUNI, 2007, p. 8)

Partindo de uma das bases do Programa REUNI que era o aproveitamento da infraestrutura existente das IFES e a demanda social que a universidade recebia pelos cursos de licenciaturas, principalmente, de acordo com alguns entrevistados que os professores de séries iniciais e trabalhadores com ocupação do horário integral demandavam as licenciaturas noturnas e que na ocasião buscavam em instituições privadas. O PRE UFRRJ foi inicialmente estruturado em um tripé com as áreas: Saúde, Humanidades e Engenharia, e de acordo com o entrevistado E2:

A concepção inicial do PRE/UFRRJ/2007 era de que ele seria construído com base no tripé humanidades, engenharias e saúde. O IT, locus das engenharias, não aceitou participar. Da área da saúde, apenas o Curso de Farmácia foi adiante. Cursos como Biomedicina, Nutrição, Terapia Ocupacional e Fisioterapia não tiveram adesão da comunidade acadêmica para a sua elaboração. Por outro lado, o Instituto de Ciências Humanas e Sociais se engajou ativamente à proposta de expansão das humanidades, principalmente para a formação de professores para a educação básica. Havia uma aspiração de que a UFRRJ ampliasse os seus campos de atuação acadêmica e social na concepção do PRE/UFRRJ/2007. A área de humanidades era incipiente até então.

No entanto, no documento oficial do PRE UFRRJ somente as áreas de saúde e humanidades foram apresentadas como potenciais para a expansão com destaque para as licenciaturas que atualmente possui uma demanda maior pela sociedade, como relata o entrevistado E3:

As licenciaturas são cursos fortemente demandados pela sociedade – formação de professores para a educação básica – e são, também, mais baratos, pois requerem menos laboratórios e equipamentos.

Também é relevante a possibilidade de ocupar o período noturno com cursos de licenciatura – que não são ofertados em horário integral – e que tradicionalmente tem estudantes que trabalham, muitos já como professores das series iniciais, e não podem estudar durante o dia.

Para uma melhor leitura sobre o contexto de criação das licenciaturas convém exemplificar em uma linha do tempo o marco inicial, representado na figura 12. De acordo com Silveira (2011), os primeiros cursos de licenciatura criado na UFRRJ foi na década de 1960, com os cursos de Educação Familiar (1962) e após foi chamado de Economia Doméstica (1975), Licenciatura de Ciências Agrícolas que num primeiro momento era chamado de Escola de Educação Técnica (1963), Ciências Biológicas inicialmente chamado de História Natural (1968) e Química Integral (1969). De acordo com a autora, esses cursos foram criados para a formação de professores seguindo a Lei de Diretrizes e Bases de 1961, com foco nas disciplinas do ensino médio agrícola.

Seguindo com Silveira (2011), com a Lei da Reforma Universitária e a vinculação ao MEC administrativamente, os cursos do fim da década de 1960 e criados na década de 1970 seguiam a determinação da Lei da Reforma Universitária de reconhecimento de status “Universidade”, pois deveriam ter em seu quadro, cursos de todas as áreas de conhecimento (biológica, humanas e sociais, exata e tecnológica); os cursos de Educação Física, Física e Matemática tiveram início nesse período.

Os cursos que foram criados a partir da década de 2000 como Química (noturno), História (noturno) ambos do campus Seropédica seguem a determinação da Lei de Diretrizes e Bases de 1996, com a oferta de cursos noturnos e a exigência para docentes da educação infantil a licenciatura como formação mínima.

Figura 11 - Linha do Tempo Licenciaturas UFRRJ



Fonte: Baseado em Silveira, 2011. Adaptado pela autora.

Seguindo uma análise cronológica de expansão da UFRRJ e consequentemente das licenciaturas, convém apontar que no primeiro mandato do Presidente Lula da Silva e já seguindo um plano de expansão das Universidades Públicas, - aqui já estudado no capítulo 2 como Programa Expandir -, considerado Plano de Expansão I do seu Governo. A baixada fluminense consegue recursos após muito trabalho e mobilização popular para a implantação do Consórcio Universidade para a Baixada (UPB), um convênio entre UFRRJ, UFF e CEFET que ofereceu os cursos de administração, economia e engenharia de produção respectivamente. Devido à falta de estrutura tanto física (instalações próprias) como humanas (docentes e técnicos) não conseguiu permanecer com o convênio que atendia uma pequena parcela da população da Baixada Fluminense. Para tanto, acabado o Consórcio UPB em 2005, o apelo popular de oito municípios da baixada que não possuíam um campus federal de ensino superior fez com que se iniciasse um Convênio entre UFRRJ e Governo Federal para a implantação do Instituto Multidisciplinar (IM) no município de Nova Iguaçu – RJ, Souza (2016).

Grosso modo, o início do funcionamento do campus em Nova Iguaçu, de acordo com Souza (2016, p. 42), “(...) representou um aumento em aproximadamente em um terço das vagas oferecidas pela Universidade no ano de 2006.” As licenciaturas do IM inicialmente ofertadas foram História no horário Noturno, Matemática no horário Noturno e Pedagogia no horário Noturno.

O REUNI tem início em 2008 e a partir daí dez cursos de licenciaturas entram no quadro de oferta de cursos da Universidade. Em 2009 são criados os cursos de História (vespertino), Belas Artes (noturno), Ciências Sociais (vespertino), Filosofia (noturno), Letras – Português, Letras – Inglês (ambos noturnos) e Geografia (vespertino) no campus Seropédica. Em Nova Iguaçu no

Instituto Multidisciplinar em 2009 foram, Letras - Português (manhã), Letras - Espanhol (manhã) e Geografia (manhã) em 2010.

Concomitante ao ano de 2009, a entrada da Universidade no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM/SISU). Um divisor de águas na seleção como forma de democratização do acesso ao ensino superior, que somada a ação afirmativa de egressos de escolas públicas com o acréscimo de 10% sobre a nota final do ENEM e cotas para professores da educação básica pública, (RELATÓRIO DA GRADUAÇÃO/UFRRJ, 2012).

De acordo com o relatório de Gestão da Graduação, a tabela 2 demonstra o perfil de ingresso do discente da Universidade mudou com o aumento de estudantes oriundo de escolas públicas do ensino fundamental e médio. O mesmo aconteceu com a verificação da renda familiar, que de acordo com o documento, dobrou os ingressantes na faixa de 1 a 3 salários-mínimos através do acesso ao SISU.

Tabela 2 - Percentual de Escolaridade Pública e Renda Familiar

Semestre Letivo de Ingresso	Forma de Acesso	Escolaridade Pública Integral (%) e nº	Renda Familiar 1 a 3 salários-mínimos (%) e nº
2008-1	Vestibular	26,4%	24,9%
2008-2	Vestibular	26,1%	28,4%
2009-1	Vestibular	24,8%	25,9%
2009-2	Vestibular	26,3%	32,3%
2010-1	SISU	57,3%	43,8%
2010-2	SISU	57,1%	46,1%
2011-1	SISU	59,4%	51,3%
2011-2	SISU	56,1%	50,8%
2012-1	SISU	62,2%	51,3%

Fonte: PROGRAD/UFRRJ

Para as classes sociais e grupos étnicos mais economicamente vulneráveis o acesso à educação superior quando recebidos por incentivos de políticas de ações afirmativas e cotas tem a função de promovê-los e inseri-los nesse nível de ensino, ampliando as oportunidades educacionais amplia-se a redução das desigualdades. Para Joaquim Barbosa Gomes (2003), o Estado com a percepção que possui das desigualdades sociais e econômicas realiza instrumentos para tentar atingir a justiça social, pois cabe a ele tanto garantir os direitos de o cidadão quanto criar recursos para efetivar o exercício desses direitos. É nessa visão que o autor afirma:

Assim, nessa nova postura o Estado abandona sua tradicional posição de neutralidade e de mero espectador dos embates que se travam no campo da convivência entre os homens e passa a atuar ativamente na busca da concretização da igualdade positivada nos textos constitucionais (Gomes, 2003, p.21).

Estes instrumentos do Estado conferem validade legal às ações afirmativas e cotas na educação superior e ajudam fomentar políticas que democratizem o acesso. Essa observação no ingresso dos estudantes da UFRRJ permite perceber a principal característica dos sistemas de políticas afirmativas e cotas para acesso à educação superior: medida emergencial que visa restabelecer a igualdade de oportunidades comprometida por questões históricas, sociais e econômicas.

No ano final de 2009, conforme o Relatório de Gestão da Graduação, a UFRRJ adotou o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) instituído pelo MEC, oferecendo vagas em cursos de licenciaturas e turmas especiais de 1ª e 2ª licenciaturas exclusivamente para professores da rede pública da educação básica, com acesso pela plataforma Paulo Freire da CAPES (RELATÓRIO DE GESTÃO DA GRADUAÇÃO, 2012). Com o objetivo de oferecer educação superior a todos os professores da rede pública em parceria com as IEs públicas, secretaria de Estados e Municípios esse programa de extensão tem o compromisso de ampliar/facilitar as oportunidades de acesso para professores que exerciam a docência sem a formação específica e se adequar à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.

Segundo dados do Relatório de Gestão da Graduação (2012 p. 14), na UFRRJ o PARFOR “abrange duas turmas de 1ª Licenciatura em Pedagogia, uma de Letras, uma de Matemática, uma de História e duas de 2ª Licenciatura em Filosofia do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), todas oferecidas no Campus Nova Iguaçu”. De acordo os dados extraídos na Pró-Reitoria de Graduação, e demonstrado no Quadro 10, 822 docentes da educação básica pública ingressaram na UFRRJ por cotas no SISU e PARFOR entre 2010 e 2017, a coordenadora que implantou o PARFOR na UFRRJ foi a Profa. Gabriela Rizzo (DES/IM/UFRRJ).

Para garantir a democratização de uma sociedade que, especificamente, se dá através da educação, a escola precisa cumprir sua função social. Portanto, sua “[...] contribuição se consubstancia na instrumentalização, isto é, nas ferramentas de caráter histórico, matemático, científico, literário etc., cuja apropriação o professor seja capaz de garantir aos alunos”. (SAVIANI, 2005, p. 89). Por isso, precisamos de professores com formação para a garantia das necessidades formativas da sociedade, com educação sólida e de qualidade.

Não é novidade que a formação de professores sempre encontrou dificuldades na sociedade brasileira, de acordo com Gatti (2019), a formação de professores acompanhou o mesmo processo que a educação básica no Brasil, ou seja, lenta e desinteressada do Governo. Por isso, é que mesmo com as políticas de ações afirmativas e programas de extensão ainda se vê dificuldades na permanência dos professores nos cursos e na formação continuada.

Quadro 10 – Número de professores da educação básica que ingressaram nos cursos de Licenciaturas da UFRRJ ente 2010 e 2017 por cotas e pelo PARFOR/CAPES/MEC

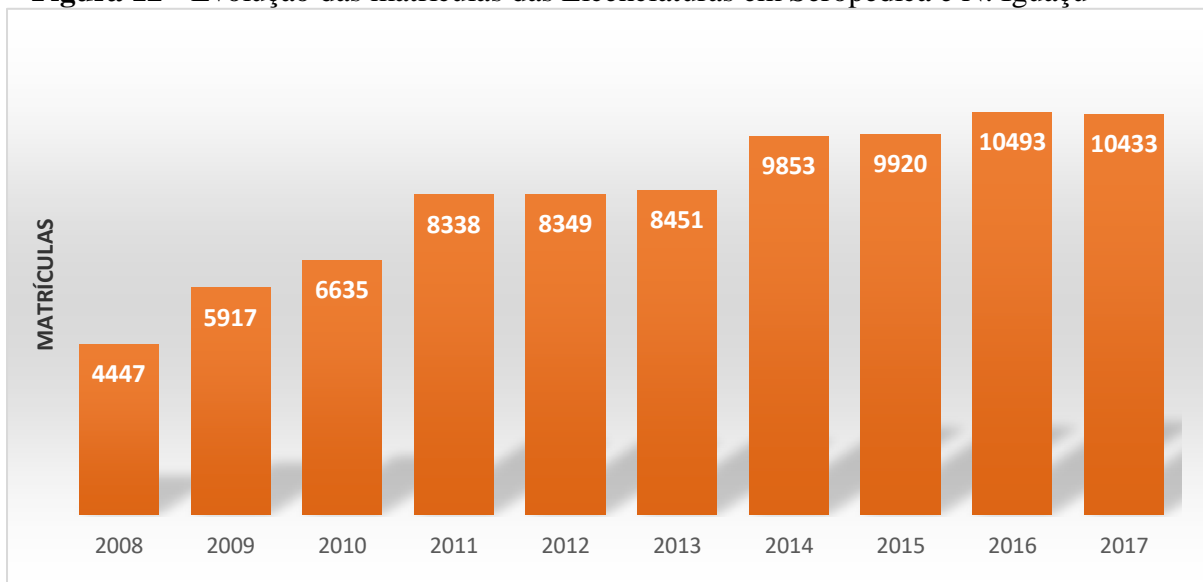
ANO	COTAS	PARFOR	TOTAL
2010	85	212	297
2011	57	99	156
2012	47	80	127
2013	22	46	68
2014	29	27	56
2015	23	0	23
2016	21	58	79
2017	16	0	16
TOTAL	300	522	822

Fonte: PROGRAD/UFRRJ

A figura a seguir demonstra a evolução anuais das matrículas das licenciaturas nos períodos Pré Reuni, Reuni e Pós Reuni da UFRRJ. Em 2008, as licenciaturas dos campi Seropédica e Nova Iguaçu contavam 4.447 matriculados, em 2017, o número de matriculados era de 10.433, representando um aumento de 135%. As licenciaturas com mais expressão foram: História Vespertino (Seropédica) com evolução desde sua criação em 2009 de 435% de aumento

e Pedagogia Noturno (Seropédica) que num comparativo de 2008 a 2017 teve uma evolução de 68% nas suas matrículas.

Figura 12 - Evolução das matrículas das Licenciaturas em Seropédica e N. Iguazu



Fonte: Relatório de Gestão, UFRRJ. Elaborado pela autora

No quadro 11 verificamos as vagas de cursos de licenciaturas que foram de reestruturação e vagas oriundas de cursos novos de 2009 e 2010. As licenciaturas já existentes na UFRRJ com o REUNI obtiveram 100 vagas oriundas de reestruturação nos cursos de Ciências Biológicas, Química e História todas do campus Seropédica. Os cursos novos tiveram um total de 2.113 vagas entre os campis Seropédica e Nova Iguaçu. Verifica-se no quadro, que os cursos de reestruturação alcançaram 100% da meta estabelecida enquanto os cursos novos de História turno vespertino em Seropédica ultrapassou a meta estabelecida no documento com o dobro de vagas. Ciências Sociais também ultrapassou a meta com 158%, já Filosofia e Geografia ambos os cursos de Seropédica tiveram 94,4% e 88,9% respectivamente não atingindo a meta estabelecida no PRE/UFRRJ.

Quadro 11 - Meta de Vagas PRE/UFRRJ X Vagas Criadas no PRE/UFRRJ

Licenciaturas	Turno	Campus	Meta Vagas/Ano	Vagas PRE/UFRRJ 2009-2012	%	Tipo
Ciências Agrícolas	I	S	-	-		-
Ciências Biológicas	I	S	10	40	100	Reestruturação
Química I	I	S	-	-		-
Educação Física	I	S	-	-		-
Física	I	S	-	-		-
Matemática	I	S	-	-		-
Química	N	S	5	20	100	Reestruturação
História	N	S	10	40	100	Reestruturação
Pedagogia	N	S	-	-		-
História	N	NI	-	-		-
Matemática	N	NI	-	-		-
Pedagogia	N	NI	-	-		-
Total Vagas de Reestruturação			25	100	100	
História	V	S	40	320	200	Curso Novo
Belas Artes	N	S	45	198	110	Curso Novo
Ciências Sociais	V	S	45*	285	158	Curso Novo
Filosofia	N	S	45	170	94,4	Curso Novo
Letras - Português	N	S	90	190	106	Curso Novo
Letras - Inglês	N	S		190		Curso Novo
Geografia	V	S	45**	160	88,9	Curso Novo
Letras - Português	M	NI	90	190	106	Curso Novo
Letras - Espanhol	M	NI		190		Curso Novo
Geografia	M	NI	***	120	-	Curso Novo
Total de vagas de Cursos Novos			400	2.013		
Total de Novas Vagas			425	2.113		

Fonte: Adaptado pela autora do Relatório de Gestão, 2012.

*No documento PRE/UFRRJ aprovado em Deliberação nº 043 de 30/11/2007, o curso de Ciências Sociais inicialmente previsto para o turno noturno.

** Idem

*** O curso de Geografia em Nova Iguaçu inicialmente não estava proposto no documento PRE/UFRRJ de 2007.

De acordo com o documento PRE/UFRRJ tinha-se uma meta de 3.645 matrículas novas dentro do intervalo (2008-2012) de todos os cursos contemplado pelo programa. De acordo com o Quadro 11 as licenciaturas tiveram um total de 2.113 vagas exercendo um percentual de 58% da meta, ou seja, mais da metade das vagas novas foram de cursos de licenciaturas.

Quadro 12 – Evolução de matrículas por turno das Licenciaturas

Turno	2008				2017			
	Nº Licenciaturas	%	Nº de Matrículas	%	Nº Licenciaturas	%	Nº de Matrículas	%
Integral	7	53,8	2917	65,6	7	27,3	3.183	30,5
Matutino	0	0	0		3	13,6	1.185	11,4
Vespertino	0	0	0		3	13,6	1.475	14,1
Noturno	6	46,2	1530	34,4	10	45,5	4.590	44,0
TOTAL	13	100	4.447	100	23	100	10.433	100

Fonte: Elaborado pela autora, de acordo com Relatórios de Gestão, UFRRJ.

O Quadro 12 representa a evolução de matrículas por turno das Licenciaturas na UFRRJ. Em um primeiro momento e início do REUNI em 2008 verifica-se que a universidade possuía sete (7) cursos no turno integral e 6 cursos no turno noturno, com 65,6% das matrículas no turno integral. No segundo momento em 2017, os cursos no turno integral não tiveram alteração e como apresentado no quadro nº 9, somente obtiveram vagas de reestruturação, ou seja, não foi criado nenhuma licenciatura no turno integral.

Isto posto, três (3) licenciaturas foram criadas no turno matutino e vespertino e mais quatro (4) no turno noturno, representando 45,5% das licenciaturas oferecidas no turno noturno. Com as matrículas verifica-se que 44,0% ou 4.590 matrículas ocupam o turno noturno, demonstrando que a meta/compromisso dos cursos noturnos e de formação de professores se fez presente na UFRRJ.

De acordo com Predes (2012), a ampliação das vagas do REUNI, e em particular as licenciaturas são pontos centrais do REUNI. Destaca-se, que mais da metade dos cursos criados foram de bacharelado, sendo que na área de Humanas o maior número de cursos fora de licenciaturas. Com isso Silveira (2011), diz que para o MEC como justificativa para aumentar as licenciaturas o mercado de trabalho foi o diferencial, pois a baixada e a zona oeste demandam por licenciaturas.

Para a maioria dos entrevistados, a importância da adesão das licenciaturas no Programa REUNI para uma Universidade que ao longo do tempo muda sua característica agrária passando para uma característica humanista e comprometida com a formação do educador foi atender as camadas mais excluídas, além de, na história da UFRRJ por sua característica essencialmente agrária sempre subalternizou a área pedagógica. Na fala do entrevistado E1:

Propiciou à Rural abrir seus espaços a populações historicamente excluídas e houve um enorme cuidado em se criar fóruns de discussão, estruturação e acompanhamento de uma política de formação de professores, com um olhar cuidadoso para o significado desses cursos para a nação, no geral e, no particular, para a região onde se localiza a Universidade – a Baixada Fluminense.

Por sua vez, para outro entrevistado a importância da adesão das licenciaturas no Programa REUNI, caracteriza um movimento que a sociedade brasileira fez ao longo da década de 1980, modificando-se, transformando-se e refletindo o que se passa na política, na economia e na cultura. Sendo a opinião do E2:

A Universidade se insere e reflete o que se passa na política, na economia e na cultura do país. A ênfase agrária e tecnicista na UFRRJ encontra as suas bases na história institucional. Foi criada e mantida até 1967 no Ministério da Agricultura, quando foi transferida para o MEC. A ditadura militar por sua vez, banuiu as lideranças acadêmicas docentes e estudantis, alinhadas com um projeto de país

voltado para os interesses da população e da classe trabalhadora. Portanto o caráter humanista e comprometido com a educação emerge deste movimento da sociedade brasileira, que resultou da organização e fortalecimento dos movimentos sociais a ponto de termos um operário na presidência da república.

De acordo com o Projeto PRE UFRRJ, para o alcance dos objetivos de novos cursos e de novas vagas, fazia-se necessário o aumento dos docentes, técnicos administrativos e ampliação da infraestrutura. Para os anos de duração do Programa REUNI 2008-2012 previa-se a contratação de 367 docentes para atender todos os cursos que sofreram reestruturação e cursos novos. O Quadro 13 mostra o planejamento de contratações das licenciaturas, que previam a contratação de 133 docentes equivalente a 36% do plano total. Os cursos com mais docentes planejados foram de Letras (23) nos campi Seropédica e Nova Iguaçu, seguido do curso de História (15). O de menor expressão foi o de Ciências Biológicas com (5) vagas para docente, até porque o curso sofreu reestruturação.

Quadro 13 - Plano de Contratação de Docentes

Curso	Local	2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL
Ciências Biológicas	Seropédica	2	2	1	-	-	5
História	Seropédica	5	4	3	2	1	15
Ciências Sociais	Seropédica	4	4	2	2	1	13
Química	Seropédica	-	3	5	2	-	10
Filosofia	Seropédica	4	4	2	2	1	13
Letras	Seropédica	6	6	6	3	2	23
Educação/Licenciaturas	Seropédica	4	4	4	-	-	12
Educação Artística	Seropédica	-	5	4	2	1	12
Geografia	Seropédica	5	4	2	1	1	13
Letras	Nova Iguaçu	-	7	7	6	3	23
Educação/Licenciaturas	Nova Iguaçu	-	3	3	-	-	6
Total		30	46	33	20	10	133

Fonte: PRE/UFRRJ, 2007, p. 4

Para o entrevistado E2, a principal dificuldade de implantação os cursos REUNI no geral incluindo todo o programa foi a contratação de professores, pois toda a demora de criação de vagas pelo Legislativo fez com que os concursos atrasassem. De acordo com o entrevistado E2:

Inicialmente, a principal dificuldade para implantar os cursos Reuni foi contratação de professores. A abertura de concursos que teve de aguardar uma autorização legislativa para a criação de novas vagas docentes e de técnico-administrativos atrasando concursos, além da falta de espaços físicos para as novas demandas. Muito difícil lidar com estas situações.

No quadro 14 temos o quantitativo dos docentes contratados na educação superior entre 2008 e 2017 na UFRRJ. Os docentes efetivos tiveram um aumento 69%. Já os professores substitutos ao longo desses anos tiveram uma queda de 14,9%.

Quadro 14 - Quantitativo de docentes de 2008 a 2017 da educação superior/UFRRJ

Anos	Docentes Efetivos	Docentes Substitutos
2008	626	134
2009	755	138
2010	955	74
2011	1.022	66
2012	1.041	52
2013	1.010	91
2014	1.099	89
2015	1.137	114
2016	1.154	107
2017	1.057	114
Total	9.856	979

Fonte: Relatórios de Gestão, 2009-2017. Elaborado pela autora

Separando os docentes efetivos por unidades¹⁰ no quadro 15, podemos ver ao longo desses anos que a contratação foi crescente em alguns cursos como Letras, Química e área de Educação. O curso de Química teve um aumento de 43,2% e o de Letras com as contratações chegou a 88,9% de aumento. Até 2010 os docentes estavam alocados no Departamento de Letras e Ciências Sociais. Com a criação do curso de Ciências Sociais os docentes foram separados para esse curso e a unidade passou a ser Letras e Comunicação Social.

Na área de Educação, a posição dos docentes efetivos foi o maior percentual na comparação do início do Programa Reuni em 2008 até 2017 ultrapassando o dobro de professores nessa área com o percentual de 105,3%.

¹⁰ Nessa análise somente foram computados os dados de Seropédica, pois os relatórios de gestão apenas citam o número total de professores de Nova Iguaçu e Três Rios.

Quadro 15 – Número de docentes por unidades

UNIDADES	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Física	14	17	22	22	22	19	22	22	24	22
Matemática	23	32	47	51	51	46	48	48	51	36
Química	37	42	56	56	60	57	61	61	55	53
*Letras e Comunicação Social	18	49	80	26	32	30	34	34	38	34
História e Relações Internacionais	-	-	18	22	23	23	26	26	27	25
Filosofia	-	-	-	15	15	13	15	15	16	15
Artes	-	-	-	12	12	12	12	12	14	14
Ciências Sociais	-	-	-	32	26	24	29	29	31	29
Educação	38	47	57	68	68	68	78	78	85	78

Fonte: Relatório de Gestão, UFRRJ. Elaborado pela autora.

O quantitativo de técnicos administrativos no período do Reuni e pós Reuni demonstra que no ano de 2010 o número de técnicos teve um pequeno aumento, como já mencionado no capítulo 2 onde as Universidades foram permitidas a repor vagas automaticamente de aposentadorias, vacâncias etc. Ao longo dos anos esse quantitativo foi oscilante entre pequenos aumentos e diminuições. Com isso, demonstra que as contratações de técnicos administrativo não foram expressivas, pois além de esbarrar na legislação para criação de vagas, muitos cargos foram extinguidos sendo substituídos por trabalhadores de empresas terceirizadas. De acordo com Predes (2012), a UFRRJ possuía em 2009, 413 empregados terceirizados passando para 720 empregados em 2012. Tal fato analisado pela autora foi a dura crítica do sindicato do Técnicos Administrativos da Universidade Rural (SINTUR), que em críticas ao programa Reuni e se posicionando contrariamente pelo fato do Decreto não mencionar concursos públicos para os técnicos administrativos em educação.

Outros trabalhadores compõem a força de trabalho da universidade como apoio administrativo onde nos últimos anos possuem um expressivo número como os anistiados de diversos órgãos: CBTU, Ministério dos transportes, Casa da Moeda etc. Estagiários e bolsista também contabilizam para um apoio administrativo reforçando o fato de não haver técnicos administrativos concursados suficientes para a demanda, UFRRJ (2016).

Quadro 16 - Quantitativo de Técnicos Administrativos da educação superior

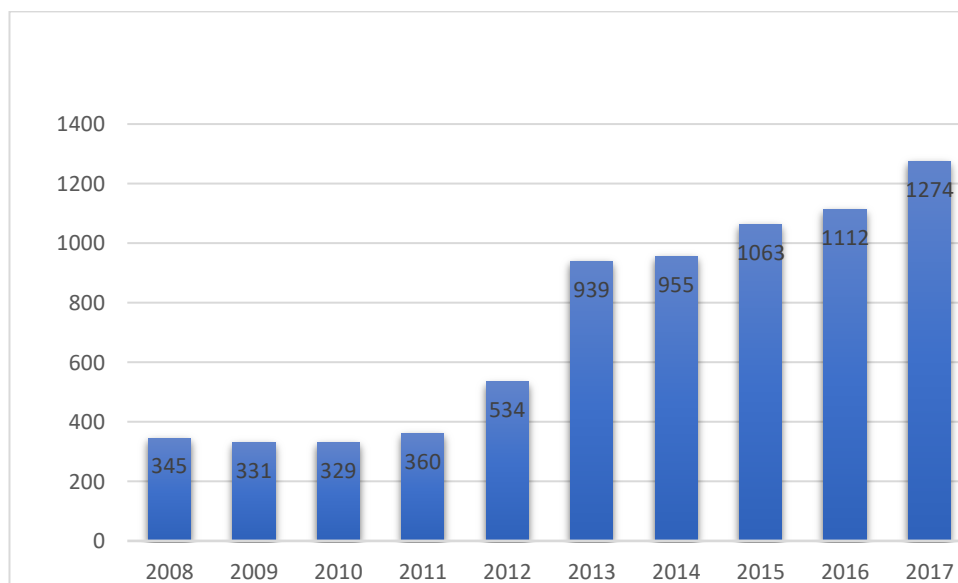
ANO	TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS
2008	1.080
2009	1.067
2010	1.226
2011	1.217
2012	1.190
2013	1.199
2014	1.200
2015	1.192
2016	1.195
2017	1.085

Fonte: Relatórios de Gestão, UFRRJ 2008-2017. Elaborado pela autora

De acordo com o documento PRE/UFRRJ, através do compromisso social da instituição por estar localizada na Baixada Fluminense, com crescente interesse na igualdade de oportunidades e assim participar a comunidade as políticas de inclusão para que sejam um facilitador de acesso e permanência da educação superior, o documento aponta uma série de metas para “construir, na melhor das hipóteses, um sistema de ensino compatível com as demandas sociais e educacionais do excluído” (PRE/UFRRJ, 2007 p.25). Como metas foram propostas: ampliação do curso Pré-Vestibular comunitário, ampliação de projetos de extensão e ampliação de programas de assistência estudantil.

Como já estudado no capítulo 2, a meta e objetivo geral do programa Reuni era ampliar o acesso e permanência dos estudantes na educação superior, os programas de assistência estudantil servem justamente para ajudar a garantir a permanência dos estudantes que são mais desfavorecidos economicamente. Na UFRRJ existem algumas ações de assistência estudantil, denominado como ação 4002 da verba de Assistência ao Estudante do Ensino de Graduação verificados nos relatórios de gestão, ou seja, verba que possui como objetivo geral apoiar os estudantes de graduação com assistência alimentar, auxílio alojamento, auxílio transporte etc. Na universidade essa verba é traduzida aos programas de bolsa permanência e moradia, alimentação pecuniária e não pecuniária, creche, didático pedagógico, auxílio acessibilidade, auxílio financeiro ao transporte, bolsa apoio técnico. Essas bolsas atualmente estão sob a gestão da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, e o acesso a essas ações de assistência ocorre mediante a avaliação socioeconômica dos estudantes que são verificadas por comissões designadas em cada campus.

A figura abaixo demonstra os números das licenciaturas no intervalo de 2008 a 2017 de uma modalidade de auxílio com a finalidade de oferecer alimentação gratuita aos estudantes de graduação presencial dentro do período letivo através dos restaurantes popularmente conhecido como bandeirão. São Bolsas concedidas para estudantes com renda per capita igual ou inferior a um salário-mínimo e meio. No ano de 2017, 1.274 estudantes receberam o auxílio alimentação para realizarem refeições (desjejum, almoço e jantar) nos restaurantes universitários de Seropédica e Nova Iguaçu.

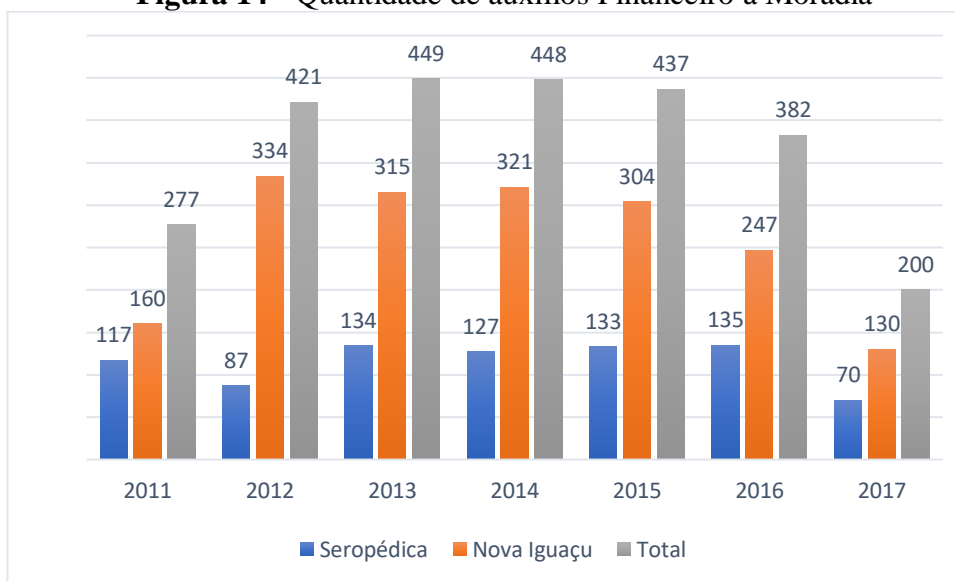
Figura 13 – Quantidade de bolsa auxílio alimentação

Fonte: Elaborado pela autora. Dados dos Relatórios de Gestão, UFRRJ 2008-2017

A figura 13 mostra os números de bolsas concedidas as licenciaturas de Seropédica e Nova Iguaçu, onde podemos ver um crescimento a partir de 2012 e sendo crescente desde então. A manutenção do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) - abordado no capítulo 2 - é sem sombra de dúvida, uma das ações que o Governo Federal idealizado no Governo PT somou ao Programa Reuni para permitir a permanência de estudantes oriundos de classes sociais socioeconômicas desfavorecidas, em condição de igualdade. A aplicação dos recursos vem sendo utilizada de forma conjunta na universidade, envolvendo as Pró-Reitorias, UFRRJ (2012).

Outra forma de bolsa concedida para a permanência é com auxílio financeiro chamado bolsa moradia. Esse tipo de bolsa tem a função de auxiliar as despesas de moradia com valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) para estudantes matriculados nos cursos de graduação presencial nos campi Seropédica, Nova Iguaçu e Três Rios. E mesmo que o principal campus da universidade possua alojamento não tem a capacidade de atender a toda demanda de cursos existentes e que foram criados no Reuni, pois os alojamentos não tiveram ampliação e ainda sofrem com problemas de infraestrutura.

A figura 14 representa o número de auxílios moradia concedidos entre os anos de 2011 e 2017 dos cursos de licenciaturas dos campi Seropédica e Nova Iguaçu. De acordo com a figura, podemos ver que o campus de Nova Iguaçu possui um número maior de auxílios em relação a Seropédica, explicado pelo fato de não possuir alojamentos. Verificamos também que o total de auxílios foi crescente até 2014 e tendo queda a partir de 2015 o que pode ser explicado pelo contingenciamento orçamentário de 2015 pelo Governo Federal, grosso modo, logo após o golpe que resultou no *impeachment* da Presidente Dilma.

Figura 14 - Quantidade de auxílios Financeiro à Moradia

Fonte: Relatórios de Gestão, 2011-2017. Elaborado pela autora.

Antes de iniciar o Programa Reuni na UFRRJ, os cursos de licenciaturas presenciais eram no total de 13 (treze). Com o início do programa em 2008 e até a sua finalização em 2012 como programa de governo, a universidade contava com 23 cursos de licenciaturas presenciais. De acordo com o Relatório de Gestão da Graduação (2012), todas as licenciaturas criadas através do Programa Reuni tiveram um amplo debate através vários Fóruns das Licenciaturas no ano de 2008, conduzido pelo Projeto Pedagógico de reestruturação das matrizes curriculares de todas as licenciaturas. Em 2012 o curso de licenciatura de educação do campo se tornou regular na universidade sendo inicialmente oferecido em 2010 para assentados da reforma agrária e comunidade da UFRRJ, além de ofertarem 10 vagas para indígenas e quilombolas com financiamento do PRONERA/MDA.

Ainda de acordo com esse documento, após vários debates nos fóruns foi aprovado a Deliberação nº 138 de 2008, instituída como Política de Formação de Professores para a Educação Básica da UFRRJ. Com essa Deliberação algumas ações foram previstas através propostas pedagógicas para que os cursos de licenciaturas ao longo do tempo se tornassem profissões docentes capacitadas que desde a formação dos licenciados prepara para:

- Compreender a escola em toda a sua complexidade;
- Buscar continuamente o conhecimento, contextualizando-o no nexos da realidade global local;
- Propor novas soluções para os problemas de ensino-aprendizagem, observando as especificidades da área do saber e;
- Desenvolver uma atitude colaborativa e solidária nos seus espaços de atuação, (UFRRJ, 2008, p. 3)

De acordo com a Deliberação, uma Comissão Permanente de Formação de Professores da Educação Básica (CPFB) foi instituída com o “objetivo geral de acompanhar, articular, formular, promover, interagir com todas as ações previstas para implantar e estabelecer a Política de Formação de Professores da Educação Básica”, dentre elas foi a organização de Fóruns das

Licenciaturas que acontecem periodicamente com a participação de Coordenadores de cursos, estudantes e técnicos (UFRRJ, 2008, p. 4).

O entrevistado E1 aponta que considerando todos os movimentos que a UFRRJ fez quanto a expansão das licenciaturas para atender o desenvolvimento da educação Básica no estado do Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense em especial, sobretudo, e por se tratar de um compromisso institucional de levar mais conhecimento qualificado a partir da produção local a favor da maioria da população. As diretrizes legais determinam que:

[...] até 2005 só ofertávamos 8 cursos de Licenciatura, a abertura da instituição para abranger a maioria das Licenciaturas necessárias ao desenvolvimento da Educação Básica, por si só significa uma perspectiva institucional na direção de cumprir a missão para a qual os documentos legais que suportam as políticas educacionais, quais sejam, a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e os Decretos, Resoluções e Pareceres que lhe sucedem, deixavam claro no momento de institucionalização do Programa REUNI.

Para o entrevistado E2, diz que a Política de Formação dos Professores implantada pela Comissão foi muito importante para o empoderamento da própria formação de professores que se deu pela expansão das licenciaturas pois com o trabalho da CPF, “todas as coordenações de Curso de Licenciatura, discutindo a implantação das novas componentes curriculares, ao tempo em que trocavam experiências importantes”.

De acordo com o Relatório de Gestão da Graduação (2012), outros programas do Governo Federal da época como o Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência/CAPES) e o Programa de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES) fortaleceram a Política de Formação dos Professores instituído pela Deliberação nº 138 de 2008. Esses programas são importantes pois incentivam a formação de professores para a educação básica e valorização do magistério além de oferecerem bolsa como incentivo.

Para todos os entrevistados, o Programa Reuni e a expansão das licenciaturas representam um grande avanço na democratização do acesso e permanência não só pela própria expansão de cursos, mas por representar mais “pluralidade e diferença”. A oferta de licenciaturas demandadas pela comunidade junto com as políticas raciais e sociais e programa PNAES, trouxeram diversidade para a universidade e de acordo com a fala do entrevistado E1, “a cara de nossas instituições é muito diferente hoje do que era a 13/14 anos atrás. Nossa Rural é colorida, é marcadamente de maioria feminina e muito mais bela!”

De acordo com o Relatório da Comissão Própria de Avaliação (2017), as licenciaturas foram avaliadas pelo INEP no ano de 2014 e tiveram um bom desempenho, dentre elas, as que foram criadas no Programa Reuni. Dos 38 cursos que foram avaliados pelo Exame Nacional de Desempenho (ENADE) de 2014, as licenciaturas que receberam o maior conceito foram: Ciências Biológicas (L)¹¹, Geografia (L) (NI), Geografia (L) (SER), História (N) (SER), História (V) (SER), Letras – Português/Literatura (L) (NI), Matemática (L) (SER), Química (L) (I), Ciências Sociais (B e L), Filosofia (L), Letras – Português/Espanhol/Literaturas (NI), Letras – Português/Inglês (SER), Letras – Português/Literaturas (SER), Pedagogia (NI e SER), Química (L) (N).

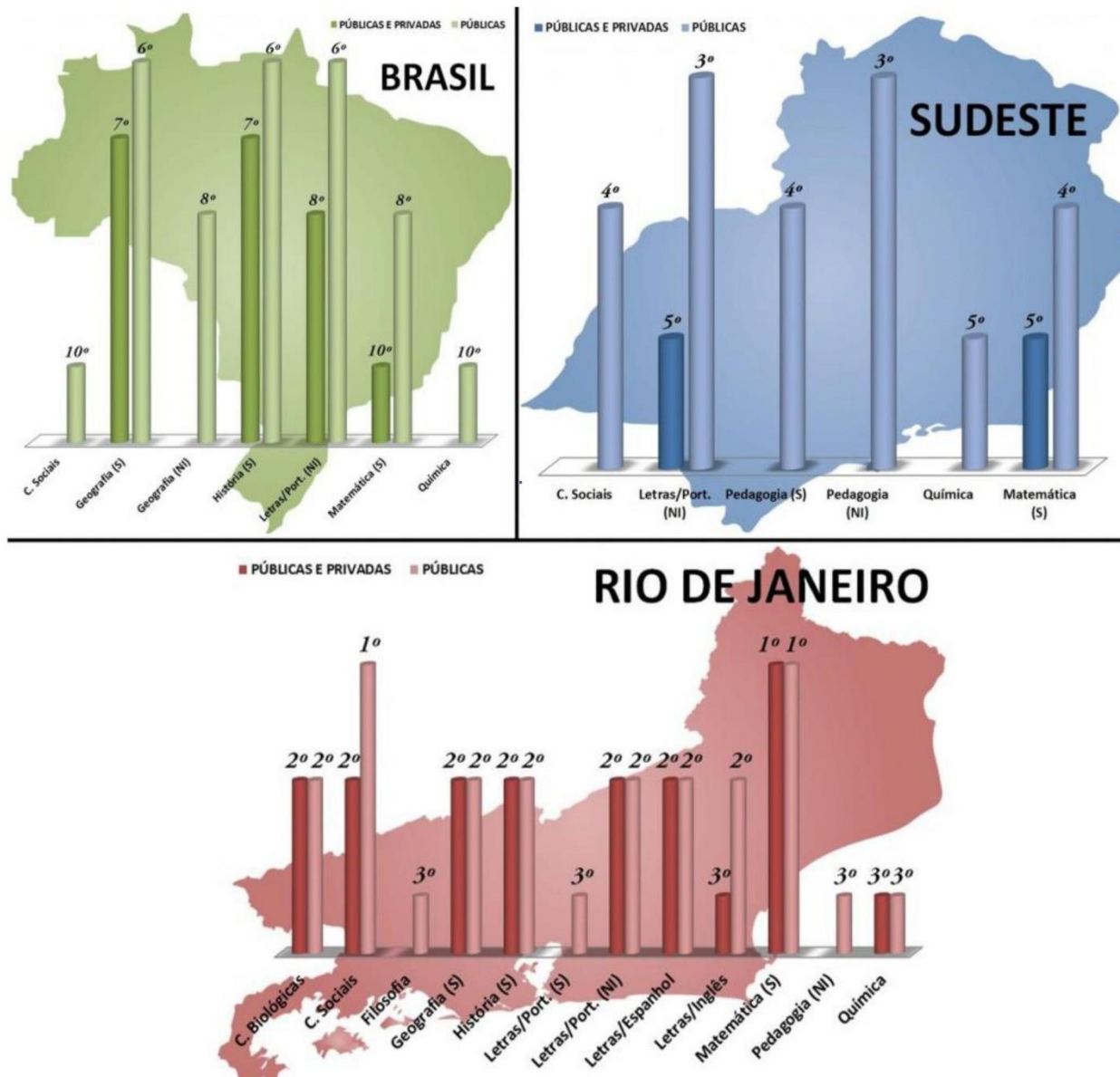
Demonstrando como esses resultados foram alcançados a nível regional, estadual e nacional as figuras abaixo trazem os resultados das licenciaturas. No plano Nacional as licenciaturas Geografias (S e NI), História (S), Letras/Português (NI), Matemática (S), Ciências Sociais (S) e Química; tiveram melhores colocações que instituições privadas e públicas. Isso foi visto também no plano regional com Letras/Português (NI), Ciências Sociais (S), Letras/Português

¹¹ Legenda: (L) Licenciatura / (I) integral / (N) Noturno / (V) Vespertino / (SER) Seropédica / (NI) Nova Iguaçu

(NI), Pedagogias (S e NI), Química e Matemática (S) onde algumas licenciaturas ficaram em 3º lugar em relação a outras instituições privadas e públicas.

No resultado Estadual Ciências Sociais e Matemática (SER) alcançaram o 1º primeiro lugar, Letras/Português (NI), História (SER) e Geografia (SER) continua com um bom destaque elevando sua posição a nível Estadual.

Figura 15 - Resultado das Licenciaturas no ENAD/2014



Fonte: Comissão Própria de Autoavaliação, 2017.

O REUNI como programa do governo federal teve sua conclusão em 2012. A partir desse momento houve cortes de recursos para o ministério da Educação deixando as universidades em corrosão. No entanto, o REUNI volta como política de Estado quando surge como meta do Plano Nacional de Educação 2014-2024.

O PNE traz 20 metas e 254 estratégias, três metas estão diretamente ligadas ao REUNI. As metas principais do REUNI estão agora no PNE para a educação superior, ênfase da capacidade instalada da infraestrutura; o aumento do índice de conclusão média dos cursos para 90%; o aumento da relação professor/aluno (BRASIL, 2007).

Todavia, a respeito de todo processo de expansão da educação superior o conjunto de programas de ações afirmativas, com a ampliação de bolsas estudantis tiveram um papel importante no movimento de democratização e permanência no Ensino Superior Público, pois permitiram um maior acesso a estudantes pobres e negros. Nesse contexto o Programa REUNI como política de governo só foi concretizado pelo conjunto dessas políticas públicas que modificaram o acesso permitindo que mais vagas fossem oferecidas para classes de estudantes menos desfavorecidos na rede pública de ensino, pesquisa e extensão socialmente referenciada e cientificamente qualificada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação discute dados construídos a partir da pesquisa que teve como perspectiva a temática da democratização do ensino superior considerando a expansão das licenciaturas por meio do REUNI na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Ao longo da análise a intenção voltou-se para descrever e analisar a natureza do programa REUNI, sua relação à proposta de democratização do acesso, por meio da interiorização e expansão de vagas e ofertas de cursos na Educação Superior, financiada com a política de aumento do investimento financeiro nas Instituições de Ensino Superior públicas.

Conforme vimos, a educação superior foi moldada pelas transformações que ocorreram no campo macrossocial no mundo e na sociedade brasileira. A globalização é um fenômeno irreversível que trouxe interdependências entre as economias, para tanto, determinaram uma nova organização do trabalho em um mundo mais globalizado e informatizado. Como fenômeno social e econômico tem suas consequências na educação superior quando impõem que cursos devem ser criados para atender a economia de mercados. Ideologicamente se insere em prática neoliberal que alimentam o poder do capital longe de representar uma equidade social.

A revisão da literatura trouxe um recorte histórico, mas também social e pedagógico de como a universidade foi criada para atender os interesses e para servir a uma minoria que representava a elite brasileira e, ao longo da história, o acesso a essas instituições foram sendo reivindicado por camadas sociais que não faziam parte da elite, daí a necessidade de expansão desse nível de ensino. Ocorre que mesmo com a expansão em alguns momentos não foi suficiente para atender toda a demanda e, com isso, veio a necessidade de políticas pública para democratizar o acesso ao ensino superior.

Para compreender melhor ao processo de políticas públicas no âmbito da democratização do acesso, realizamos uma revisão da literatura de políticas educacionais iniciando nas décadas de 1990 no governo de Fernando Henrique Cardoso. Nesse momento o país é inserido em medidas neoliberais e as políticas públicas passam a ser direcionada a partir dessa nova ideologia, em que o Estado sai de cena, e determina seus princípios fundamentado nos pressupostos dos organismos multilaterais e uma política macroeconômica de restrição de gastos econômicos.

De acordo com a revisão, observamos que as ações das políticas educacionais adotadas pelos governos brasileiros, desde a década de 90, vão ao encontro com as recomendações do Banco Mundial e de organismos multilaterais, onde toda organização de acesso e democratização do ensino superior foram construídos pelo pilar da privatização. No governo de Fernando Henrique ficou marcado por uma política de expansão de oferta do ensino superior por viés do mercado onde as instituições de ensino superior privadas foram as protagonistas. Como apresentado, a diversificação na oferta de cursos nesse governo foi ponto essencial de política educacional com a alegação de suprir demandas que não poderiam frequentar cursos convencionais, diga-se os filhos da classe trabalhadora foram inseridos em cursos não tradicionais (tecnológico), mais curtos com ênfase no mercado de trabalho.

A educação a distância também foi incentivada, após a aprovação da LDB nº 9.394/1996, a política de diferenciação institucional foi reorganizada para se estabelecer como verdadeiras empresas educacionais, assim, a visão economicista das políticas neoliberais, o governo como gerenciador dessas políticas, a educação se transformou em um produto comercial.

A principal política pública da educação superior do governo de Luís Inácio Lula da Silva observadas nessa pesquisa foi a expansão da educação superior sob a égide de crescimento de estudantes nas IES públicas. Dessa maneira, o foco da política governamental e estudo dessa pesquisa foi o REUNI. Em sentido contrário da diversificação de cursos e privatização da

educação, o governo Lula foi marcado pelo desafio que envolviam as dificuldades das camadas sociais pobres e negras de acessarem a educação superior. Além do acesso, a permanência de estudantes socioeconomicamente vulneráveis seria o grande dificultador para concluir os cursos nos tempos adequados.

Verificamos que o REUNI foi a maior política do governo federal para a educação superior, sob o tripé acadêmico, político e estratégico. Verificou-se que a política de expansão tinha além dos objetivos gerais, também reduzir distâncias geográficas e desigualdades regionais. Como resultado vimos novas universidades federais criadas em cidades localizadas no interior, e mesmo com a intenção de expansão e de reassumir o papel da função da Educação Superior ocorre também a força da economia capitalista, onde verificamos que o governo, para se inserir nesse modelo econômico, teve que submeter as suas políticas a essas concepções.

Ainda no governo Lula verificamos que novas ferramentas de acesso se fizeram presentes em seu governo. O ENEM virou protagonista para acesso às IES particulares como o Programa Universidade para Todos (Prouni), como principal critério de seleção de bolsistas. Mais tarde o ENEM se transforma em principal canal de seleção das IES públicas, por meio do Sistema de Informação Unificado (Sisu).

Em relação ao Programa Reuni, observamos que na elaboração política do Reuni havia uma intertextualidade marcada pelo debate e diretrizes internacionais, bem como pelo debate de grupo sociais sobre a ampliação das oportunidades educacionais no campo da educação superior brasileira, com isso o Reuni tornou-se a principal ação política de expansão das IFES nos últimos anos com a ampliação de vagas e descentralização das capitais mediante a instalação de campi no interior. Assim, o aproveitamento da infraestrutura e recursos humanos apontado pelo programa somados a alocação de recursos financeiros avalia-se que os benefícios também chegaram à sociedade.

A partir da pesquisa de revisão bibliográfica, podemos concluir que a democratização do acesso para a Educação Superior foi entendida como a chance da oportunidade do acesso de estudantes de classes sociais menos favorecidas e garantia da permanência e a inclusão de todas as classes e grupos sociais. Dessa forma, a concepção adotada ao longo da pesquisa, compreende as concepções de Mancebo (2008) e de Ristoff (2008) ao afirmarem que a democratização do acesso ao ensino superior envolve, além da expansão da oferta de vagas, a utilização de políticas de inclusão de minorias sociais na Educação Superior, para que, primeiro tem-se a questão do maior número possível, porém não é o suficiente, é preciso garantir as condições de permanência para que os estudantes consigam terminar os cursos.

Verificamos que o Programa PNAES foi o facilitador da permanência onde foi inserido por uma nova fase de assistência estudantil. Mesmo com a égide do neoliberalismo, que impõem uma diminuição dos gastos públicos, o PNAES ganha visibilidade no governo Lula de modo que a assistência estudantil ganha moldes de movimento de afirmação.

Quanto ao Reuni na UFRRJ verificamos de acordo com o documento PRE/UFRRJ e entrevistas que o programa em si foi amplamente discutido na comunidade ruralina. Sobretudo, sob o ponto de vista das licenciaturas foram discutidos através dos Fóruns das Licenciaturas. Observamos também através de dois estudos anteriores que o PRE/UFRRJ estavam muito aquém do desejado das metas do Reuni, pois a realidade de uma instituição federal onde sofre anos com problemas de investimento não foi considerado pelo programa do governo federal, (SILVEIRA, 2011 e PREDES, 2012).

No que se refere ao objeto de estudo dessa pesquisa sobre as licenciaturas da UFRRJ, verificamos que o Reuni tem início efetivamente na universidade em 2008 de acordo com o documento de Deliberação que o instituiu. A partir desse momento, 10 cursos de licenciaturas

foram criados na fase de duração do programa totalizando 23 cursos nos campi Seropédica e Nova Iguaçu.

Verificamos que a entrada do ENEM na universidade em 2009 foi uma forma de democratização do acesso quando permitiu que ações afirmativas de egressos de escolas públicas tivessem o acréscimo de 10% sobre a nota total do ENEM e cotas para professores da educação básica fossem permitidos na seleção. Com isso, através de Relatório da Graduação (2012), vimos que o ingresso de estudantes com escolaridade pública integral na seleção 2012-1 foi de 62,2%, o aumento de estudantes com renda familiar de 1 a 3 salários-mínimos passou de 50% no mesmo ano.

Quanto a programas externos, a UFRRJ em parceria com o MEC adotou o Plano Nacional de Professores da Educação Básica (PARFOR), com o objetivo de oferecer curso superior para professores da educação básica que exerciam a docência sem a formação específica, desde a sua criação na universidade vimos que até 2017, 522 vagas foram oferecidas para os docentes.

Observamos que as matrículas dos cursos de licenciaturas nos campi Seropédica e Nova Iguaçu em 2017, indicavam que 10.433 estudantes estavam matriculados e que os cursos de reestruturação como Ciências Biológicas, Química e História todos dos campi Seropédica receberam 100 vagas que corresponderam a 100% da meta estabelecida de vagas por ano do PRE/UFRRJ. Verificamos também, que alguns cursos novos de licenciaturas ultrapassaram a meta de vagas anuais descrita no PRE/UFRRJ, correspondendo no fim do programa com um aumento de 200% no caso do curso de História vespertino em Seropédica.

No documento PRE/UFRRJ havia uma previsão total de 3.645 matrículas novas dentro do período de duração do programa, para tanto, os cursos de licenciaturas obtiveram 58% da meta do total, constatamos que mais da metade das vagas novas foram de cursos de licenciatura.

A partir das entrevistas, verificamos que alguns entrevistados atribuíram a importância da adesão das licenciaturas no Programa Reuni por abrirem espaço para populações excluídas com o devido cuidado com a criação de fóruns de discussão principalmente onde a universidade se localiza. Atentamos para o fato que a principal dificuldade para todos os entrevistados estaria na contratação dos professores, assim como o aproveitamento dos espaços físicos com toda a demanda formada. A infraestrutura também foi um dificultador para implementação do programa pois dependiam da construção de novos prédios.

A questão dos técnicos administrativos também foi abordada na pesquisa, onde foi verificado que as contratações não foram expressivas tendo que contar atualmente com trabalhadores terceirizados para compor o quadro de apoio administrativo.

Quanto a questão da permanência analisamos duas modalidades de auxílio estudantil. O primeiro auxílio com a finalidade de oferecer alimentação gratuita aos estudantes de graduação presencial através dos restaurantes universitários. Os dados mostram que no ano de 2017, 1.274 estudantes receberam o auxílio. Outro auxílio analisado foi a bolsa moradia que no ano de 2014 ofertou 448 bolsas de R\$ 250,00 cada uma.

Verificamos ao longo da pesquisa que o debate dos fóruns de licenciatura é de vital importância para os cursos. Com a aprovação da Deliberação como Política de Formação de Professores para a Educação Básica da UFRRJ, ações, discussões e propostas pedagógicas foram abordadas colocando a formação docente com visibilidade e trazendo discussões de quão é importante a profissão é para a sociedade.

A presente pesquisa, não abordou peculiaridades de discussão sobre o REUNI no sentido de verificar a diminuição das desigualdades sociais, para tanto, se propôs a demonstrar a expansão do acesso e a permanência das licenciaturas na UFRRJ através do Programa Reuni como forma de democratização e universalização. Nesse sentido foram abordados quantitativos de matrículas e algumas bolsas de permanência num universo que daria para ser melhor explorado, no entanto,

abre precedentes para continuidade em relação a temática no aprofundamento do Doutorado e artigos que exploram as licenciaturas como cursos que formaram e formam docentes para alcançar uma educação de qualidade e mudanças sociais.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, M.A.S. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001 – 2009: questões para reflexões. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 112, p. 707-727, jul. - set. 2010.

ANDIFES. Programa de mobilidade acadêmica: relação de universidades participantes do programa Andifes de mobilidade acadêmica. Brasília, 2012a. Disponível em: http://www.andifes.org.br/wpcontent/uploads/2019/11/Convenio_de_Mobilidade_Andifes_2011.pdf. Acesso em: 07 jul. 2020.

ANDRADE, P. B. P. de. **História constitucional do Brasil**. 4ª ed. Brasília: OAB, 2002.

ARAÚJO, Antônio Emílio Angueth et. all. **Cursos Noturnos: uma alternativa para a inclusão social no ensino superior brasileiro (estudo de caso da UFMG)** In: PEIXOTO, Maria do C. de Lacerda (org.). Universidade e Democracia: experiências e alternativas para ampliação do acesso à Universidade pública brasileira. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

BITTAR, M.; ALMEIDA, C. E. M.; VELOSO, T. C. M. A. **Ensino noturno e expansão do acesso dos estudantes trabalhadores à educação superior**. In: BITTAR; M.; OLIVEIRA, J. F.; MOROSINI, M. (Org.). Educação Superior: 10 anos após LDB. Brasília: INEP, 2008, p. 89 -100.

BOBBIO, N. **Igualdade e Liberdade**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

BOGDAN, R. e BIKLEN, S.K. **Qualitative Research for Education**. Boston, Allyn and Bacon, Inc. 1982.

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 04 de nov. 2019.

_____. Decreto nº 6096, de 24 de abril de 2007. **Instituem o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI**. Brasília, 24 de abril de 2007. Disponível em: Reuni - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI (mec.gov.br). Acesso em 15 mar. 2019.

_____. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Brasília, DF: 2010. Disponível em: Decreto nº 7234 (planalto.gov.br). Acesso em: 20 jun 2020.

_____. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Plano de Expansão e Reestruturação da arquitetura curricular da UFBA**. 2007. Disponível www.twiki.ufba.br/twiki/bin/view/UniversidadeNova/Acesso em: 10 mar. 2019.

_____. Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968. **Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências**. Disponível em: L5540 (planalto.gov.br). Acesso em: 10 jun 2019.

_____. Lei n. 10.172, de 09 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Brasília. 2001. Disponível em: L10172 (planalto.gov.br). Acesso em 02 out 2020.

_____. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Brasília. 2014. Disponível em: L13005 (planalto.gov.br). Acesso em 02 out 2020.

_____. Ministério da Educação. **Lei n. 9394, de 20/12/1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília/DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 10 mar. 2019.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Reuni 2008**. Relatório de Primeiro Ano. Brasília, DF: MEC, 2009. Disponível em: Reuni - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI (mec.gov.br). Acesso em 20 mar 2019.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Reuni 2008**. Diretrizes Gerais. Brasília, DF: MEC, 2009. Disponível em: Reuni - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI (mec.gov.br). Acesso em 20 mar 2019.

_____. MISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais de 2003 a 2012**. Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012. Brasília, DF: MEC, 2012. Disponível em: Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012 (andifes.org.br). Acesso em: 14 jun. 2019.

_____. Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004. **Regula o parágrafo 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jul. 2004.

BULHÕES, M. G. P. **Plano de Nacional de Qualificação do Trabalhador – Planfor: acertos, limites e desafios vistos do extremo sul**. São Paulo em perspectiva, 18(4): 39-49, 2004.

_____. Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI**. Diário Oficial [da] União, Brasília, 25 abr. 2007a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em 04 jul. 2020.

_____. **Reuni: reestruturação e expansão das universidades federais: diretrizes gerais**. Plano de Desenvolvimento da Educação, ago. 2007b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em 04 jul. 2020.

CAMPOS, Francisco. **Reforma do ensino superior: exposição de motivos**. In FÁVERO, Maria de Lourdes de A. Universidade e poder: análise crítica e fundamentos históricos: 1930-1945. Rio de Janeiro, Achiamé, 1980.

CARVALHO, Elaci Costa Ferreira de. **A privatização/mercantilização da educação superior brasileira no contexto do sistema do capital e da sua crise estrutural**. 101 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, 2010.

CEZNE, Andrea Nárriman. **O direito à educação superior na Constituição Federal de 1988 como direito fundamental**. Educação (UFMS), Santa Maria, jul. 2010. ISSN 1984-6444. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/1532>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

CHAUÍ, M. (2001). **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: Editora Unesp. _____. (1978) “A reforma do ensino”. Revista Discurso, n. 8, pp. 148- 149.

CHAUÍ, Marilena. **A paciência do pensamento/Entrevista**. Revista Cult, São Paulo, ano 12, n. 133, 2009.

_____. **A Universidade Operacional**. Revista ADUNICAMP: desafios da Universidade Pública, Campinas, ano 1, n. 1, jun 1999.

_____. **A universidade pública sob a nova perspectiva**. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 26., 2003, Poços de Caldas. Anais... Conferência na Sessão de Abertura. Poços de Caldas: Anped, 2003.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. **Análise do Reuni: uma expressão da contra-reforma universitária brasileira**. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço, 2010. (187f)

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade crítica: o ensino superior na República Populista**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983.

_____. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **O Ensino Superior no Octênio FHC**. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 37-61, abr. 2003.

_____. **O Legado da Ditadura para a Educação Brasileira**. Campinas, Educ. Soc. Revista Unicamp, v. 35, n. 127, p. 357-377, Abr-jun. 2014.

_____. **O PÚBLICO E O PRIVADO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: FRONTEIRA EM MOVIMENTO?** . Avaliação: Revista Da Avaliação Da Educação Superior, 2(4).<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/976>

DORDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo** – Ensaio Sobre a Sociedade Neoliberal. Boitempo, 2016.

DIAS SOBRINHO, José. **O Processo de Bolonha**. In: ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar (Org.). Universidade contemporânea: políticas do processo de Bolonha. Campinas: Mercado das Letras, 2009. p. 129-152.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

FERREIRA, Suely. **Reformas na Educação Superior: de FHC a Dilma Rousseff (1995-2011)**. Linhas Críticas, v. 18, n. 36, p. 455-472, 2012.

FLORES, S. R. (2017). **A democratização do ensino superior no Brasil, uma breve história: da Colônia a República**. *Revista Internacional De Educação Superior*, 3(2), 401-416. <https://doi.org/10.22348/riesup.v3i2.7769>

FRANCO, M. A C. **Acesso à universidade: uma questão política e um problema metodológico**. Educação e Seleção, São Paulo, n. 12, p. 9-26, jul. /dez. 1985.

FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREY, Klaus. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Planejamento e Políticas Públicas. Brasília/DF, 2000.

FRIGOTTO, G., CIAVATTA, Maria, RAMOS, Marise. **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real. São Paulo: Cortez, 1996. 231p.

FURTADO, C. **Análise do “modelo” brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GADOTTI, M. **Educação e globalização neoliberal**: um olhar a partir da América Latina. *Educação & Linguagem*, São Paulo, v. 1, p. 62-78, 2009.

GATTI, Bernardete Angelina. **Professores do Brasil: novos cenários de formação** / Bernardete Angelina Gatti, Elba Siqueira de Sá Barretto, Marli Eliza Dalmazo Afonso de André e Patrícia Cristina Albieri de Almeida. – Brasília: UNESCO, 2019.

GENTIL, Viviane Kanitz. **Expansão, Interiorização e Democratização de Acesso a Educação Superior Pública**: o caso da UNIPAMPA/RS. 2015. 126 f. Projeto de Tese (Doutorado Educação). PUC - Pontífica Universidade Católica do Rio Grande do Sul

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Alfredo Macedo; MORAES, Karine Numes de. **Educação superior no Brasil contemporâneo**: transição para um sistema de massa. *Educação & Sociedade*, v. 33, n.118, p. 171-190, 2012.

GOMES, A. M.; MORAES, K. M. **A expansão da educação superior no Brasil contemporâneo**: questões para o debate. *Anais da 32ª Reunião Anual da ANPED*, 2009.

GOMES, Joaquim Barbosa. **O debate constitucional sobre as ações afirmativas**. In: SANTOS, Renato Emerson dos e LOBATO, Fátima (orgs.). **Ações Afirmativas: Políticas Públicas contra as Desigualdades Raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GREGÓRIO, José Renato Bez de. **Contrarreforma da educação superior no governo Lula da Silva**. *Revista Ver a Educação*, v. 12, n. 1, p. 29-64, 2012.

JEZINE, E.; PRESTES, E.M.T. **Democratização do acesso à educação superior no Brasil**. In: *Políticas de expansão na educação superior e a democratização do acesso*. Alemanha, Espanha, 2012.

KECK, ME. **PT – A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. pp. 37-63. A transição brasileira para a democracia.

LEHER, Roberto. **25 Anos de Educação Pública: notas para um balanço do período**. In: Guimarães, C., Brasil, I.; Morosini, M.V. (Org.). **Trabalho, Educação e Saúde - 25 Anos de Formação Politécnica no SUS**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2010, v. 1, p. 29-72.

_____. Para silenciar os campi. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.25, n.88, p.867-891, out. 2004.

LEMOS PRADO, Fabiane da Silva de. **A implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI):** consensos e dissensos na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). 2015. 161 p. Dissertação (MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS) - UFRRJ, UFRRJ, SEROPÉDICA, RIO DE JANEIRO, 2015.

LOPES, Eliane Marta T.; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 Anos de Educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica 2003.p. 153.

LÜDKE, Menga. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas / Menga Lüdke, Marli E.D.A. André. - São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, M. P. **O pacto neodesenvolvimentista e as políticas de expansão da educação superior no Brasil de 2003 a 2013.** Curitiba, 2013. Tese (Doutorado em Educação, 2018f) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

MACIEL, Danilo Alain Simões. **Políticas Públicas e Democratização Educacional:** Acesso e Permanência no Ensino Superior através do Programa Reuni. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia.

MANCIBO, D. **Reforma da educação superior:** o debate sobre a igualdade no acesso. In: BITTAR; M.; OLIVEIRA, J. F.; MOROSINI, M. (Org.). Educação superior no Brasil: 10 anos após LDB. Brasília: INEP. 2008. p. 55-70.

MANFREDI, S.M. Educação Profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

MAUES, Olgaíses Cabral. **Reformas internacionais da educação e formação de professores.** Cad. Pesqui. [online]. 2003, n.118, pp.89-111.

MARTINS, A. S.; NEVES, L. M. W. A proposta de autonomia universitária do governo Lula. In: NEVES, L. M. W. (Org.). **Reforma universitária do governo Lula:** reflexões para o debate. São Paulo: Xamã, 2004. p.47-72.

MELO, L. V. S. **Democratização do acesso à educação superior pública no Distrito Federal.** 2009. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

NOGUEIRA, J. F. F. **Reforma da Educação Superior no Governo Lula:** Debate sobre ampliação e democratização do acesso. 2008. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008.

OTRANTO, Célia Regina. **A reforma da educação superior do governo Lula da Silva: da inspiração à implantação.** REUNIÃO ANUAL DA ANPED, v. 29, p. 1-19, 2006.

_____. **Reforma da educação superior do governo Lula: da inspiração à implantação.** In: SILVA JÚNIOR, João dos Reis et al (Orgs.) Reforma universitária: dimensões e perspectivas. São Paulo: Alínea, 2006.

PASCUEIRO, L. **Breve contextualização ao tema da democratização do acesso ao ensino superior:** A presença de novos públicos em contexto universitário. In: Educação, Sociedade & Culturas, 28, pp.31-52, 2009. Disponível em: <http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC28/28_liliana.pdf> Acesso em 28 abr. 2020.

PAULA, Cristiana Maria de. **NEOLIBERALISMO E RESTRUTURAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL:** O REUNI como estratégia do governo Lula e da burguesia brasileira para subordinar a universidade federal à lógica do atual estágio de acumulação de capital. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, 2009. (246f.)

PEREIRA, F. **(Im) possibilidades da construção de uma educação emancipadora em cursos tecnológicos:** uma abordagem a partir de dois cursos localizados em Goiânia e Anápolis/ Francisco Pereira. 2008. 200f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

RISTOFF, D. **Educação superior no Brasil: 10 anos após LDB:** da expansão à privatização. In: BITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F.; MOROSINI, M. (Org). Educação superior no Brasil: 10 anos após LDB. Brasília: INEP, 2008. p. 39-50.

RODRIGUES, José. **Os empresários e a educação superior.** Campinas: Autores Associados, 2007b. 95 p.

SALES, Marcela de Melo Soares. **Políticas públicas de inclusão social:** a implantação do sistema de cotas na Universidade Federal de Pernambuco. Dissertação de Mestrado. UFPE.2016.

SAMPAIO, Helena. **Ensino Superior no Brasil:** o setor privado. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2000.

SANTOS, B.S. **A universidade do século XXI:** para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. Educação, Sociedade e Culturas, Porto, v. 23, p.137-202, 2005. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2020.

SANTOS, C. W. dos.; MORORÓ, L. P. **O desenvolvimento das licenciaturas no Brasil:** dilemas, perspectivas e política de formação docente. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 19, p. e019018, 2019. DOI: 10.20396/rho.V19i0.8652339. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8652339>. Acesso em: 2 mar. 2021.

SAVIANI, Demerval. **Trabalho e Educação:** fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro. Anped, nº 34, p.152-165, 2007.

_____. **Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional.** 3a. ed. Campinas: Autores associados, 2008. (Coleção educação contemporânea)

_____. **O Estado e a promiscuidade entre o público e o privado na história da educação brasileira.** In: _____. (Org.). Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira. Vitória: EDUFES, 2010b, p. 15-44. (Coleção horizontes da pesquisa em história da educação no Brasil; v. 2)

SAVIANI, Nereide. **Educação Brasileira em tempos neoliberais.** Discurso de qualidade=destruição da escola pública. Curitiba. Debates – Publicação do setor de Educação da UFPR, 1997.

SCALABRIN, I. S., PIAIA, C. C. e FAVRETTO, J. **O ensino superior e a democratização da educação.** In: X ANPED Sul, Florianópolis, 2014. Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1965-0.pdf> Acesso em 10/02/2016.

SCHULTZ (1961), Theodore. “Investment in human capital”. The American Economic Review. Vol. 51, March, pp. 1-17.

SGUISSARDI, V. **O desafio da educação superior no Brasil: quais são as perspectivas.** Avaliação, Campinas, v. 5, n. 2(16), p. 7-25, 2000.

SILVA, A. F. da. **O Reuni entre a expansão e a reestruturação: uma abordagem da dimensão acadêmica-curricular.** Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, USP, 2014. Dissertação (Mestrado). 183f.

SILVEIRA, Ana Lúcia da Costa. **A UFRRJ do tempo recente: relações entre a oferta de graduações e a sua vocação rural.** 2011. 223 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ: 2011.

SOLOW (1956), Robert. “A contribution to the theory of economic growth”. The Quarterly Journal of Economics. Vol. 70, No. 1, February, pp. 65-94.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** Revista Sociologias. Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006. P. 20-45.

SOUZA, Paulo. André de. **Avanços da educação brasileira garantidos pela Constituição Federal de 1934.** Disponível em: www.ppe.uem.br/xxivuniversitas/anais/trabalhos/e_6/6-005.pdf. Acesso em: 02 maio 2018.

SOUZA SARMENTO, Maria Páscoa. **Expansão da Educação Superior no Pará: programas EXPANDIR e REUNI e a composição dos quadros docentes do campi da UFPA – 2001 – 2010.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Pará, Faculdade de Serviço Social, 2011.

SOUZA, Renan Arjona de. **O significado Social dos Cursos de Licenciatura do Campus Nova Iguaçu da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro para a Baixada Fluminense**. 2016. 141 p. Dissertação (Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola) UFRRJ, RIO DE JANEIRO, 2016.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino Superior no Brasil: Análise e Interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1989.

TEIXEIRA, Diogo de Vasconcelos; VESPÚCIO, Carolina Rocha. O direito à educação nas Constituições brasileiras. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 19, n. 4117, 9 out. 2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/29732>. Acesso em: 28 abr. 2020.

TRINDADE, H. **Autonomia segundo o MEC: fragilidade política e ambiguidade conceitual**. In: TRINDADE, H. (organizador). **Universidade em ruínas na república dos professores**. Petrópolis, Vozes, 2004, p. 171-176.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ. **Programa Institucional de Formação de Professores para a Educação Básica**. Deliberação CEPE nº 138 de 11 de dezembro de 2008. Disponível em: http://r1.ufrj.br/graduacao/arquivos/docs_academico/delib_138_2008.pdf. Acesso em 03 jan 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ. **Projeto de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**. Seropédica, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ. **Relatório Comissão Própria de Avaliação 2017**. Seropédica, 2018. Disponível em: <https://institucional.ufrj.br/cpa/instrumentos-legais/relatorios-de-autoavaliacao/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ. **Relatório de Gestão 2008**. Seropédica, 2009. Disponível em: <https://portal.ufrj.br/institucional/relatorios-de-gestao/relatorios-de-gestao-da-ufrj/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ. **Relatório de Gestão 2009**. Seropédica, 2010. Disponível em: <https://portal.ufrj.br/institucional/relatorios-de-gestao/relatorios-de-gestao-da-ufrj/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ. **Relatório de Gestão 2010**. Seropédica, 2011. Disponível em: <https://portal.ufrj.br/institucional/relatorios-de-gestao/relatorios-de-gestao-da-ufrj/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ. **Relatório de Gestão 2011**. Seropédica, 2012. Disponível em: < <https://portal.ufrj.br/institucional/relatorios-de-gestao/relatorios-de-gestao-da-ufrj/> >. Acesso em: 10 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ. **Relatório de Gestão 2012**. Seropédica, 2013. Disponível em: < <https://portal.ufrj.br/institucional/relatorios-de-gestao/relatorios-de-gestao-da-ufrj/> >. Acesso em: 10 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ. **Relatório de Gestão 2013**. Seropédica, 2014. Disponível em: < <https://portal.ufrj.br/institucional/relatorios-de-gestao/relatorios-de-gestao-da-ufrj/> >. Acesso em: 10 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ. **Relatório de Gestão 2014**. Seropédica, 2015. Disponível em: < <https://portal.ufrj.br/institucional/relatorios-de-gestao/relatorios-de-gestao-da-ufrj/> >. Acesso em: 10 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ. **Relatório de Gestão 2015**. Seropédica, 2016. Disponível em: < <https://portal.ufrj.br/institucional/relatorios-de-gestao/relatorios-de-gestao-da-ufrj/> >. Acesso em: 10 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ. **Relatório de Gestão 2016**. Seropédica, 2017. Disponível em: < <https://portal.ufrj.br/institucional/relatorios-de-gestao/relatorios-de-gestao-da-ufrj/> >. Acesso em: 05 jan. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ. **Relatório de Gestão da Graduação 2012**. Seropédica, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ. **Relatório de Gestão 2017**. Seropédica, 2018. Disponível em: < <https://portal.ufrj.br/institucional/relatorios-de-gestao/relatorios-de-gestao-da-ufrj/> >. Acesso em: 05 jan. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ. **Relatório de Gestão da Graduação 2012**. Seropédica, 2013.

Lições perspectiva da economia política. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 12, n. 47, p. 3-23, dez. 2012. ISSN 1676-2584. <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640036/7595>>. Acesso em: 18 fev. 2019. doi:<https://doi.org/10.20396/rho.v12i47.8640036>.

<http://g1.globo.com/Noticias/Vestibular/0,,MUL159795-5604,00-ESTUDANTES+IMPEDEM+ADESAO+DA+UFRRJ+AO+REUNI.html>

WALZER, Michael. **Esferas da justiça**: uma defesa do pluralismo e da igualdade. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

APÊNDICE

APÊNDICE A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

Título do Projeto: DEMOCRATIZAR PARA RESISTIR: O IMPACTO DO PLANO DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS (REUNI) NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ), NA PERSPECTIVA DE EXPANSÃO DAS LICENCIATURAS

Pesquisador (a): Marcele Camargo Ramos

Este documento que você está lendo é chamado de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ele contém explicações sobre o estudo que você está sendo convidado a participar.

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.

Antes de assinar faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. O pesquisador deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo). O pesquisador declara que garantirá o cumprimento das condições contidas neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Natureza e objetivos do estudo:

Analisar o Projeto do Programa de Apoio a Planos de Restruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) no âmbito da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro no período de 2007-2017, como política de universalização do acesso ao ensino superior.

Justificativa:

Discutir a proposta do REUNI considerando as políticas públicas voltadas para a universalização do acesso e permanência das classes populares ao ensino superior

Procedimentos do estudo:

A pesquisa proposta tem caráter analítico-descritivo envolverá, portanto, uma pesquisa qualitativa através do método de estudo de caso que contém características que enfatizam a interpretação em contexto.

O estudo terá como fontes, obtidas por meio de pesquisa bibliográfica em bibliotecas e junto à rede global de informação, obras sobre educação, teses, dissertações, artigos científicos disponíveis em SciELO, CAPES, ANPED, biblioteca pessoal do orientador e da mestranda, dados disponibilizados por institutos reconhecidos de pesquisa como MEC, INEP dentre outros, dados e documentos disponibilizados pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, etc.

Será utilizado também entrevistas semiestruturadas e os sujeitos serão os que foram envolvidos diretamente ou indiretamente e como:

- 1- Administração Superior;
- 2- Coordenação da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD);
- 3- Coordenação da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES);
- 4- Coordenação de Planejamento, Avaliação e Desenvolvimento Institucional (PROPLADI).

Forma de acompanhamento e assistência:

Você será acompanhado pelo pesquisador durante todo o período da pesquisa, e será assistido pelo mesmo, antes, durante e depois da pesquisa.

Participação recusa e direito de se retirar do estudo:

Sua participação é voluntária. Portanto, você não é obrigado a participar.

Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.

Confidencialidade:

Os dados serão manuseados somente pelo pesquisador e o material e as suas informações (questionários) ficarão guardados sob a responsabilidade dos mesmos. Os resultados deste trabalho poderão ser utilizados apenas academicamente em encontros, aulas, livros ou revistas científicas.

Eu, _____ RG _____, após receber uma explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Após reflexão e um tempo razoável, eu decidi, livre e voluntariamente, participar deste estudo.

Seropédica – RJ, _____ de 2020.

Participante

Pesquisador (a)

Se persistir alguma dúvida, entre em contato com o (a) Coordenador (a) da pesquisa:

Nome: Marcele Camargo Ramos

Telefone: (21) 981663106 E-mail: marcelerjcg@hotmail.com



APÊNDICE B: ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

Prezado/a respondente

Esta entrevista, de questões abertas, é um instrumento que estou utilizando para informações sobre aspectos político-acadêmicos importantes para a minha pesquisa sobre o REUNI, como programa de universalização do acesso ao ensino superior, lançado como política de governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. A pesquisa que desenvolvo se intitula “DEMOCRATIZAR PARA RESISTIR: O IMPACTO DO PLANO DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS (REUNI) NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ), NA PERSPECTIVA DE EXPANSÃO DAS LICENCIATURAS”. Preciso da sua colaboração respondendo conforme é de seu conhecimento. Em anexo segue o Termo de Livre e Esclarecido para a sua leitura e estando de acordo, peço a sua assinatura. Agradeço imensamente a sua contribuição.

1. Como foi a adesão do Reuni pela UFRRJ, por parte da comunidade acadêmica ao Programa? A discussão foi descentralizada pela Gestão universitária?
2. Qual a sua participação no Projeto de Reestruturação e Expansão (REUNI) da UFRRJ?
3. No seu ponto de vista, qual a principal motivação da UFRRJ em expandir a modalidade de curso como as licenciaturas como sendo a maioria no processo via Reuni?
4. Quais as principais dificuldades enfrentadas pela UFRRJ para expandir ou criar os cursos de licenciatura?
5. Como você avalia o processo de implantação/expansão das licenciaturas na UFRRJ, nos aspectos relacionados ao planejamento, a elaboração das metas, indicadores, estratégias, resultados esperados de acordo com o Programa Reuni?
6. No processo de implantação/expansão das licenciaturas, teve algum curso que deveria ser criado e por algum motivo não foi? Por quê?

7. No seu ponto de vista, qual foi a importância da adesão das licenciaturas no Programa Reuni para uma Universidade que ao longo do tempo muda sua característica agrária passando para uma característica humanista e comprometida com a formação do educador?

8. Quais as mudanças que o Programa Reuni provocou na UFRRJ quando o empoderamento da formação de professores se dá pela expansão das licenciaturas?

9. No seu ponto de vista, o que gostaria de acrescentar sobre os objetivos e/ou resultados alcançados na política pública de democratização de acesso e permanência ao ensino superior do Programa REUNI na UFRRJ?

**ANEXO****UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS****DELIBERAÇÃO Nº. 043, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2007.**

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, tendo em vista a decisão tomada em sua 235ª Reunião Ordinária, realizada em 30 de novembro de 2007, e considerando o Projeto de Reestruturação e Expansão da UFRRJ,

RESOLVE:

Aprovar o Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, visando a inclusão da UFRRJ no Programa de Reestruturação e Expansão nas Universidades Federais – REUNI, do Governo Federal, conforme documento anexo.

RICARDO MOTTA MIRANDA
Presidente



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS**

ANEXO À DELIBERAÇÃO Nº 043, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2007.

**PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**

Comissão Consultiva:

Alden Peres de Oliveira da Silva (Secretária)
Prof. Alexandre Fortes
Prof. Alexandre Monteiro de Carvalho
Prof. Aléxis Rosa Nummer
Prof. Aloísio Jorge de Jesus Monteiro
Profa. Aparecida Cayoco Ikuhara Ponzoni
Prof. Antonio Assis Vieira
Prof. Mauro Antonio Homem Antunes
Profa. Miliane Moreira Soares de Souza
Prof. Ricardo de Oliveira
Profa. Solange Viana Paschoal Blanco Brandolini
Prof. Valdomiro Neves Lima

Seropédica
26 de Novembro de 2007

Apresentação

*O processo metodológico desenvolvido pela UFRRJ, no que diz respeito aos encaminhamentos do Programa de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro teve como base a própria manifestação de diferentes setores desta Universidade, que apresentaram como proposta, a formação de uma Comissão Consultiva, coordenada pela Administração Central.*¹²

Após a constituição da Comissão Consultiva por parte da Reitoria, as reuniões tiveram lugar na Sala dos Órgãos Colegiados, no terceiro andar do Prédio Principal. A primeira reunião geral teve como foco o debate ampliado sobre o *Programa de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro* e a conseqüente definição do cronograma e procedimentos metodológicos a serem adotados. Do ponto de vista da estruturação metodológica, a Comissão entendeu que os pontos centrais do Projeto podiam ser fundamentalmente identificados nos itens que contemplavam as diferentes dimensões propostas pelo MEC. A Comissão, neste sentido, optou pela divisão da mesma em grupos, que se responsabilizaram pelos trabalhos específicos de cada dimensão. Primeiramente, no que diz respeito ao levantamento diagnóstico nos setores competentes da UFRRJ e, em segundo lugar, as possíveis propostas de viabilização de cada item, sem, no entanto, perder a perspectiva global do trabalho, que se dava através do debate em cada novo encontro geral, em que as propostas particulares eram articuladas a uma visão mais geral e universalizada.

Compreende-se que o Documento Base tem um perfil e direção clara de atendimento das demandas e necessidade internas desta Universidade, onde nossa perspectiva foi a de elaboração de propostas que apontassem para: a construção coletiva, através de uma reestruturação de Projetos Políticos Pedagógicos de Cursos (presentes ou não no PDI), reestruturação de setores administrativos fundamentais, ampliação e reestruturações de infraestrutura, etc. Entendemos que a UFRRJ deve, cada vez mais, ser pensada na sua nova realidade, como uma Universidade presente em diversos espaços geográficos e que expande significativamente suas áreas de atuação. Portanto, sua estratégia institucional deve contemplar tanto o atendimento das exigências históricas de nossa sede (Campus de Seropédica), quanto o pleno desenvolvimento dos potenciais dos novos *Campi* (Nova Iguaçu e Três Rios). Partimos também da premissa de que o conceito de expansão, somente pode ser entendido, a partir de um sólido e conseqüente projeto de reestruturação universitária, tanto do ponto de vista quantitativo (pessoal, infra-estrutura, etc.) quanto qualitativo (qualidade acadêmica, produção científica, etc.).

O Documento Base proposto pela Comissão Consultiva tem como referência o Plano de Desenvolvimento Institucional 2006-2011, fundamentando-se em:

- g) Amplo debate da comunidade acadêmica;
- h) Entendimento de que não se pode expandir sem uma sólida base de reestruturação;
- i) Compreensão de que somente se pode expandir com contratação efetiva de pessoal docente e técnico-administrativo, como também, sem a exploração e sobrecarga de trabalho das categorias em questão;
- j) Perspectiva de melhoria e ampliação de qualidade das atividades: acadêmico-científicas e administrativas;
- k) Garantia dos aportes financeiros necessários e incluídos na matriz orçamentária da UFRRJ, para além de 2012;

¹² Esta Comissão Consultiva foi constituída pela Administração Superior a partir de proposta apresentada na Reunião de 10 de Agosto de 2007, realizada no IZ, com Diretores de Instituto, Chefes de Departamento, Coordenadores de Cursos de Graduação e Pós-Graduação e de representantes das Entidades Adur, Sintur e DCE .

- I) Ampliação da Inserção nas regiões geográficas sob sua influência de modo a contribuir para o desenvolvimento sócio, econômico e cultural.

Assim, a Comissão Consultiva, muito mais do que realizar um mero projeto de reestruturação e expansão universitária, com base nas diretrizes do MEC, entendeu este espaço, como uma dimensão de ação política institucional, no sentido de intervir de forma coerente, visando a busca e a garantia das demandas históricas da UFRRJ, preservando os devidos espaços de diálogo e democracia. O foco principal do documento proposto pela UFRRJ é o de entender que os lugares institucionais são também espaços de luta e construção contra-hegemônicas. Buscamos preservar, também neste campo, o conceito ampliado de autonomia e de garantia de manifestação política, em relação à defesa de uma universidade pública, gratuita, qualificada e referenciada socialmente.

Caracterização atual da Instituição:

A UFRRJ tem origem na criação, em 1910, da Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária, vinculada ao Ministério da Agricultura, pelo Decreto 8.319 de 20 de outubro, sendo inaugurada oficialmente em 10 de julho de 1912, entrando em funcionamento no ano seguinte com 60 alunos matriculados, dos quais 52 no curso de engenheiros agrônomos e oito no curso de médicos veterinários. Durante a Primeira República, a Escola esteve direcionada para a formação de quadros administrativos, com o objetivo de qualificar técnicos que integrariam a burocracia do Estado. Nas décadas seguintes, a Escola passou por sucessivas transferências de sua sede. Em 1943, foi efetivamente criada a Universidade Rural, englobando a escola Nacional de Agronomia e a Escola Nacional de Veterinária, desde 1938, subordinadas ao Ministério da Educação e Saúde. Em 1948, a Universidade foi transferida para o *Campus* definitivo nas margens da Antiga Rodovia Rio-São Paulo, hoje BR-465. Em 1963, pelo Decreto 1.984, a Universidade Rural passou a denominar-se Universidade Federal Rural do Brasil, integrando a Escola Nacional de Agronomia, a Escola Nacional de Veterinária, as Escolas de Engenharia Florestal, Educação Técnica e Educação Familiar, além dos cursos técnicos de nível médio, dos Colégios Técnicos de Economia Doméstica e Agrícola "Ildefonso Simões Lopes".

A partir dos anos 60, incentivou-se um lento processo de expansão dos cursos de graduação. Em 1969, foram criados os cursos de Licenciatura em História Natural, em Engenharia Química e Ciências Agrícolas. Em 1970, eram oferecidos os cursos de Geologia, Zootecnia, Administração de Empresas, Economia e Ciências Contábeis. Em 1976, foram criados os cursos de Licenciatura plena em Educação Física, Matemática, Física e o Bacharelado de Matemática. Em 1991, foi criado o curso de Engenharia de Alimentos. Em 1999 foram criados os cursos de Engenharia Agrícola, Engenharia de Agrimensura e Química (Noturno). Já em 2000, cria-se os cursos de Arquitetura e Urbanismo e de História. Em 2005, a Universidade foi incluída no Programa de Expansão do Ensino Superior, do Governo Federal e instala, a partir de 2006, um Campus em Nova Iguaçu, com a criação do Instituto Multidisciplinar, que passa a se constituir no décimo Instituto em sua estrutura acadêmica. São incorporadas as duas turmas de Administração, oriundas do Consórcio Universidade Pública da Baixada, que passam a integrar um dos seis cursos de graduação então criados: Matemática, História, Pedagogia, Ciências Econômicas e Turismo e Hotelaria, hoje curso de Turismo. Em 2007 é criado, na sede da Universidade, o curso de Licenciatura em Pedagogia. Com esse curso a Universidade passa a oferecer à comunidade 10 cursos com funcionamento

noturno, sendo 04 na sede (Administração e as Licenciaturas em História, Química e Pedagogia) e os demais em Nova Iguaçu, além das turmas de Três Rios e de Quatis.

Outro desafio que se coloca à Universidade é o de que, com a realização de concursos públicos para a contratação de novos docentes destinados a atuar em Três Rios, abre-se a possibilidade de uma outra Unidade de expansão da UFRRJ, em bases sólidas e na perspectiva de efetivar o pressuposto fundamental da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Assim se constroem as bases do campus do Vale do Paraíba, com ampliação de vagas docentes e técnicas, e recursos para construção de sede própria, incluída no Programa de Expansão do Ensino Superior, do Governo Federal. Cabe destacar que, ainda em 2006, começou a ser oferecido o Curso de Administração a Distância, junto ao Consórcio CEDERJ.

Em 1965, foram oferecidos os três primeiros cursos pós-graduação: Medicina Veterinária-Parasitologia Veterinária (atualmente mestrado e Doutorado em Ciências Veterinárias), Agronomia-Ciência do Solo e Química Orgânica, dando origem a cursos de doutorado nos anos de 1977, 1979 e 1993, respectivamente. De 1976 a 1988 foram implantados os cursos de mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos, Patologia Veterinária (Mestrado em Medicina Veterinária Patologia e Ciências Clínicas), Microbiologia Veterinária, Desenvolvimento Agrícola e Fitotecnia. Em 1993, entrou em atividade o curso de mestrado em Ciências Ambientais e Florestais. Em 1995, o curso de mestrado em Fitotecnia criou a área de Agroecologia. Foram criados em 1994 e 1995 os cursos de mestrado e doutorado em Biologia Animal, doutorado em Ciências e Tecnologia de Alimentos, doutorado em Sanidade Animal e mestrado em Zootecnia. Em 1999 foi criado o Mestrado em Engenharia Química e, em 2000, foi criado o Curso de Mestrado Profissional em Gestão e Estratégia em Negócios. Em 2003, foi criado o mestrado em Educação Agrícola. Recentemente, foram criados os Mestrados em Fitossanidade e Biotecnologia Aplicada (2005) e História (2007). Hoje, a UFRRJ oferece 29 cursos de graduação e 16 programas de pós-graduação *strictu sensu* (8 de mestrado e doutorado, 7 mestrados acadêmicos e 1 mestrado profissionalizante).

Súmula do plano: Justificativa, conceitos e fundamentos

A UFRRJ possui o seu Campus principal localizado em uma região bastante peculiar da geografia do Estado do Rio de Janeiro. Está situado, aproximadamente, a 80 km da Capital do Estado. Situado em terras que formaram no passado colonial a antiga Fazenda Jesuítica, o perímetro da Universidade compreende uma vasta região a partir do Município de Seropédica, recente desmembramento da antiga Vila, atual município, de Itaguaí. Todavia, com a criação de seus dois novos Campi, nos Municípios de Nova Iguaçu e Três Rios, a área de influência da Universidade abrange vastos e importantes setores do Estado do RJ, tanto na região metropolitana quanto no interior do Estado. Podemos dizer que a UFRRJ atualmente é a principal possibilidade de oferta de ensino superior público para regiões como a Baixada Fluminense, Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro, Vale do Paraíba, Costa Verde, Sul Fluminense e parte significativa da Região Serrana.

É significativo recordar que, há pelo menos quatro ou cinco décadas, essa a grande área poderia realmente ser considerada um "Sertão Carioca", pois eram zonas eminentemente rurais. No passado, essas regiões estiveram voltadas para o desenvolvimento das economias açucareira, cafeeira e, mais recentemente, no século XX, o chamado "ciclo da laranja". Entretanto, a realidade atual apresenta um quadro completamente diverso, pois a configuração econômico-social desses espaços tem sofrido intensas transformações. Hoje, os indicadores populacionais, apontam para uma população de aproximadamente 8 milhões de habitantes. Nos últimos anos, os investimentos na modernização do porto de Sepetiba, na Indústria Naval, em Energia Nuclear, a construção de indústrias siderúrgicas, como previsto para os próximos anos em Itaguaí e Santa Cruz, o pólo petroquímico localizado no município de Duque de Caxias, a modernização das estradas que atravessam a região a partir da construção do Anel Rodoviário que ligará o Recôncavo da Guanabara ao porto de Sepetiba, articulando a região onde será construída uma grande refinaria de petróleo no município de Sepetiba, o crescimento significativo do setor de serviços, dentre outros investimentos públicos e privados, evidenciam novo cenário para as regiões vizinhas à UFRRJ.

Entretanto, observamos que em quase todas essas regiões são constatados as menores taxas de desenvolvimento humano do Estado, sendo gravíssimos problemas como falta de saneamento básico, habitação, transporte de massas, educação de qualidade e segurança pública.

E, notemos que todo esse processo tem causado um extraordinário impacto. O primeiro fator que assinala essa mudança é a crescente e a intensa urbanização da periferia da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, que durante boa parte do século passado constituiu-se por bairros e municípios dormitórios, os quais viviam permanentemente o movimento diário dos caminhos entre a casa e o trabalho. Essa posição de periferia em relação ao centro da cidade do Rio de Janeiro, apesar de ser ainda uma realidade, apresenta, hoje, demandas notadamente novas, fruto do processo de acelerada e desordenada urbanização. Assim, as crescentes necessidades por serviços públicos básicos e por educação de qualidade são os principais pontos de uma agenda social para essas regiões. O panorama desse diagnóstico geral no setor educacional é a carência de professores e profissionais bem qualificados em diversas áreas. A procura pelo Ensino Superior é, sem dúvida, parte importante do compromisso de melhoria da qualidade de vida da população que habita a região em que Universidade está inserida.

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, a partir de sua missão expressa em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), qual seja: “Gerar, socializar e aplicar o conhecimento nos diversos campos do saber, através do ensino, da pesquisa e da extensão, indissociavelmente articulados, de modo a contribuir para o desenvolvimento do País, ressaltando o interior do Estado do Rio de Janeiro e a Baixada Fluminense, visando à formação de profissionais-cidadãos com autonomia para o aprendizado contínuo, socialmente referenciados para o mundo do trabalho e capazes de atuar na construção da justiça social e da democracia.”

E tendo como um dos seus princípios fundamentais, também destacados no mesmo documento: “compromisso com a formação de profissionais-cidadãos qualificados, críticos e socialmente engajados.”, a UFRRJ vem, através deste, afirmar sua iniciativa de inserção na Política de Expansão Universitária desenvolvida pelo Governo Federal, a partir da Secretaria de Educação Superior, do Ministério da Educação. Nesse sentido, cabe ressaltar que a UFRRJ, já vem desenvolvendo atividades acadêmicas de formação universitária, em seus novos campi, nos municípios de Nova Iguaçu e Três Rios.

Entretanto, todas estas ações enfrentam grandes dificuldades devido ao caráter precário de qualidade de estrutura e infra-estrutura em seu campus sede (Seropédica), não somente no que tange às atividades de ensino, mas principalmente, às de pesquisa e extensão universitárias. Sofremos um processo constante e cíclico de instabilidade e solução de continuidade das atividades acadêmicas. Uma ação no sentido da transformação desta lógica histórica se faz necessária, mas deve, concomitantemente, se apresentar e estar atenta para a garantia e manutenção da autonomia universitária.

Tal iniciativa, deve assim contemplar as possíveis demandas acadêmicas, sociais e políticas da UFRRJ, bem como a metodologia definida para a construção de seu projeto específico. Do ponto de vista do diagnóstico, a UFRRJ, em função do exíguo espaço de tempo para formulação do projeto, entende que a não realização de um processo de diagnose mais amplo, compromete diretamente, tanto as possibilidades reais de reestruturação e expansão de nossa universidade quanto a qualidade científico-acadêmica, já que a UFRRJ se fundamenta na defesa intransigente da articulação entre pesquisa, ensino e extensão, não cabendo, no entanto, uma perspectiva que se reduza estritamente ao campo do ensino.

Nesse sentido, a UFRRJ, propõe o ano de 2008, como o ano base para discussão e redefinição do projeto, a partir de:

- Levantamento diagnóstico amplo;
- Redefinição de estratégias e metas;
- Consolidação e ampliação da estrutura e infra-estrutura necessária;
- Definição ou reestruturação dos Projetos Políticos Pedagógicos dos diferentes cursos (atuais e de expansão), que ainda não estejam estruturados;
- Efetivação da abertura de concursos públicos para pessoal docente e técnico-administrativo;
- Avaliação dos índices de evasão gerais e específicos por curso.

A Universidade, em função de sua defesa histórica por uma gestão democrática e participativa, busca na construção de um processo qualificado e democrático (ano base 2008), apontar as direções possíveis de nosso desenvolvimento institucional. Tanto no que diz respeito a questão de infra-estrutura e ampliação das condições acadêmicas quanto na efetivação do quadro de pessoal necessário, a UFRRJ somente detalhará o Plano de Trabalho (PTA) conclusivo, nestas áreas, a partir da estruturação de um quadro diagnóstico conseqüente, a partir dos diferentes desenhos curriculares e projetos políticos pedagógicos específicos. No interior dessa lógica, a UFRRJ propõe o ano de 2008, como ano base de definição das dimensões estruturais e acadêmicas, em uma perspectiva participativa.

I. Ampliação da Oferta de Educação Superior Pública

I.1 Aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno.

Diagnóstico da situação atual

Até o ano 2000, a UFRRJ abrigava 17 cursos de graduação. Ao longo dos anos seguintes, foram criados 12 novos cursos de graduação. Ao mesmo tempo, alguns cursos já existentes ampliaram o número de vagas. Entre 1998 e 2004, a UFRRJ também expandiu vagas, de modo significativo, ao criar novas turmas do Curso de Administração, em cidades do interior do Estado do Rio de Janeiro, através de convênios com as prefeituras de Paracambi, Quatis, Três Rios, Volta Redonda e por meio do Pólo UFF-UFRRJ-CEFET, em Nova Iguaçu. Novas turmas do Curso de Ciências Econômicas também foram criadas em Três Rios. Em 2004, foram oferecidas 180 vagas nas turmas de Nova Iguaçu, Três Rios, Volta Redonda e Quatis. No total, a UFRRJ ofereceu 1.720 vagas em 2004. Todavia, esse processo de Expansão caracterizou-se pela precariedade e instabilidade Institucional devido ao modelo adotado. A criação do Instituto Multidisciplinar (IM), em Nova Iguaçu, dentro de um novo modelo de Expansão, significou uma grande transformação no processo de crescimento da Universidade, com seis novos cursos de graduação e entrada de 500 novos alunos/ano a partir de 2006. O IM, além de abrigar quatro cursos já existentes na UFRRJ (Administração, Ciências Econômicas, História e Matemática) conta com dois novos cursos: Pedagogia e Turismo. No ano de 2006, foi criado o curso noturno de Pedagogia no campus de Seropédica, com 40 vagas. Ainda em 2006, começou a ser oferecido o Curso de Administração à distância, junto ao Consórcio CEDERJ, em 05 Pólos no Estado do Rio de Janeiro (Angra dos Reis, Piraí, Saquarema, Itaperuna e São Fidelis), cada um deles com 40 vagas e entrada no primeiro e segundo períodos de cada ano.

Evidencia-se a partir dos dados apontados que o crescimento da oferta de vagas novas na Universidade deu-se, fundamentalmente, através da criação de novos cursos de graduação. Considerando a série histórica entre 1994 e 2006, verifica-se que a UFRRJ ampliou em 72% o número de vagas oferecidas e de ingressantes, e em 66,2% o número de alunos matriculados em seus cursos de graduação. Em 2005, o número de concluintes foi 147,5% maior do que no ano de 1994. Alguns cursos tradicionais ampliaram o número de vagas, com um total de 9,1% de expansão no período. É importante enfatizar que o maior potencial de crescimento da oferta se dará com a criação de novos cursos de graduação, distribuídos em seus três *Campi*. A crescente diversidade de áreas de conhecimento na UFRRJ aponta para alterações do contexto social em que a Universidade está inserida.

As transformações da sociedade brasileira, e especialmente, o impacto do ritmo do processo de globalização indicam novas configurações do rural e do urbano, do local e do universal. Esses processos de mudança indicam transformações abrangentes e importantes da modernidade tardia. Se a modernidade pode ser caracterizada como um processo ininterrupto de fragmentações e rupturas, a região em que se insere a UFRRJ apresenta uma geografia fortemente assinalada pela interiorização urbana do Rio de Janeiro, deslocando também a relação centro e periferias. Assim, a UFRRJ, em decorrência da sua localização geográfica, possui um papel estratégico na interiorização da educação e no papel da universidade pública na promoção da qualificação profissional. Enfim, a oferta de novas vagas na Universidade, dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Projeto de Reestruturação e Expansão da UFRRJ, passa necessariamente pela

abertura de novos cursos de graduação. E o que se pode perceber nesse breve diagnóstico é que a Universidade apresenta reais potencialidades de crescimento nas áreas de Saúde e Humanidades (esta principalmente na licenciatura - Noturna). Abre-se então a oportunidade para que o processo de expansão concentre suas ações no fortalecimento e crescimento das áreas já existentes. O diagnóstico mostra cursos que apresentam uma alta procura nos vestibulares e que oferecem um número reduzido de vagas, com possibilidade de viabilizar a sua expansão. Cursos como História, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Florestal, Geologia, Engenharia Química e Ciências Biológicas, todos em funcionamento na Sede, serão os primeiros a atender essa demanda. O aumento de novas vagas, dentro do projeto do REUNI, deve estar vinculado ao aumento do corpo docente, de técnicos-administrativos e ampliação e melhoria de infraestrutura.

Distribuição dos Cursos de Graduação por áreas

ÁREAS	Campus	Cursos
Ciências Agrárias	Sede	Agronomia, Engenharia Florestal, Medicina Veterinária, Zootecnia
Engenharias	Sede	Engenharia Agrícola, Engenharia de Agrimensura, Engenharia de Alimentos, Engenharia Química
Licenciaturas	Sede Nova Iguaçu	Ciências Biológicas (também Bacharelado), Ciências Agrícolas, Economia Doméstica (também Bacharelado), Educação Física, Física, História (noturno), Matemática (também Bacharelado), Química (diurno e noturno), Pedagogia (noturno) História (noturno), Matemática (também Bacharelado - noturno), Pedagogia (noturno)
Ciências Exatas e da Vida	Sede	Geologia, Química Industrial, Matemática Aplicada e Computacional.
Ciências Sociais Aplicadas	Sede Nova Iguaçu Três Rios (*) Quatis (*)	Administração (diurno e noturno), Arquitetura e Urbanismo, Ciências Econômicas, Administração (noturno), Ciências Econômicas (noturno), Turismo (noturno), Administração (noturno), Ciências Econômicas (noturno), Administração (noturno) .

(*) Turmas vinculadas à sede até 2007 e, a partir daí, ao Instituto Multidisciplinar, em Nova Iguaçu.

Quadro populacional das regiões sob a influência direta da UFRRJ

Regiões sob a influência da UFRRJ	Município	População
<i>Costa Verde e Sul Fluminense</i>	Mangaratiba	26.785
	Angra dos Reis	135.794
	Parati	32.105
<i>Baixada Fluminense/ Região Metropolitana do Rio de Janeiro</i>	Zona Oeste do Rio de Janeiro*	2.200.540
	Seropédica ¹³	66.072
	Itaguaí	83.861
	Nova Iguaçu ¹⁴	844.583
	Duque de Caxias	855.010
	Queimados	120.137
	Belford Roxo	489.002
	Mesquita	185.552
	São João de Meriti	466.996
	Nilópolis	145.998
	Magé	237.000
<i>Vale do Paraíba</i>	Japeri	85.758
	Paracambi	37.642
	Vassouras	32.343
	Valença	66.479
	Engenheiro Paulo de Frontin	12.577

¹³ *Campus Sede*

¹⁴ *Campus Avançado I - Instituto Multidisciplinar*

	Rio das Flores	8.086
	Paraíba do Sul	38.094
	Quatis	11.960
	Três Rios ¹⁵	71.252
	Comendador Levy Gasparian	8.319
	São José do Vale Rio Preto	19.035
	Sapucaia	16.657
	Miguel Pereira	23.240
	Paty do Alferes	25.146
	Mendes	17.165
	Duas Barras	10.335
	Itatiaia	25.665
	Pinheiral	19.905
	Rio Claro	16.001
	Barra Mansa	176.151
	Piraí	22.719
	Resende	108.919
	Barra do Piraí	86.548
	Volta Redonda	258.145
Região Serrana	Petrópolis	310.216
	Teresópolis	145.263
	Guapimirim	41.484
Total		7.584.541

Fonte: IBGE. 2007 – registrado em 14/09/07

<i>Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro</i>		População
*		
Região Administrativa	Bairros	
XVIII - RA - Campo Grande	Campo Grande, Cosmos, Inhoaiba, Santíssimo, Senador Vasconcelos	484.362
XVII - RA - Bangu	Bangu, Padre Miguel, Senador Câmara	420.503
XXVI - RA - Guaratiba	Barra de Guaratiba, Pedra de Guaratiba, Guaratiba	101.205
XVI - RA - Jacarepaguá	Anil, Curicica, Freguesia, Gardênia Azul, Jacarepaguá, Pechincha, Praça Seca, Tanque, Taquara, Vila Valqueire	469.682
XXIV - RA - Barra da Tijuca	Barra da Tijuca, Camorim, Grumari, Itanhangá, Joá, Recreio dos Bandeirantes, Vargem Grande, Vargem Pequena	174.353
XXXIII - RA - Realengo	Campo dos Afonsos, Deodoro, Jardim Sulacap, Magalhães Bastos, Vila Militar	239.146
XIX - RA - Santa Cruz	Paciência, Santa Cruz, Sepetiba	311.289
Total		2.200.540

Fonte: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, a partir de Censo Realizado em 2000.

Metas a serem alcançadas com cronograma de execução

Oferta de novas vagas de ingresso à Universidade, tanto com a criação de novos cursos de graduação quanto com o aumento de vagas em cursos que a Instituição já oferece, projeta-se que sejam criadas 1085 novas vagas de ingresso por ano.

QUADRO DE NOVAS VAGAS DE INGRESSO ANUAIS

Curso	Local	Turno	Modalidade	Novas vagas
Arquitetura e Urbanismo	Seropédica	Diurno	Bacharelado	20
Engenharia Química	Seropédica	Diurno	Bacharelado	20
Geologia	Seropédica	Diurno	Bacharelado	15
Engenharia Florestal	Seropédica	Diurno	Bacharelado	10
Ciências Biológicas	Seropédica	Diurno	Bacharelado	10

História	Seropédica	Diurno	Licenciatura	40
Comunicação	Seropédica	Diurno	Bacharelado	45
Biomedicina	Seropédica	Diurno	Bacharelado	40
Farmácia	Seropédica	Diurno	Bacharelado	40
Sistemas de Informação	Seropédica	Diurno	Bacharelado	25
Hotelaria	Seropédica	Noturno	Bacharelado	45
Química	Seropédica	Noturno	Bacharelado	5
Filosofia	Seropédica	Noturno	Licenciatura	45
História	Seropédica	Noturno	Licenciatura	10
Letras	Seropédica	Noturno	Licenciatura	90
Ciências Sociais	Seropédica	Noturno	Licenciatura	45
Relações Internacionais	Seropédica	Noturno	Licenciatura	45
Direito	Seropédica	Noturno	Licenciatura	50
Licenciatura em Belas Artes	Seropédica	Noturno	Licenciatura	45
Geografia	Seropédica	Noturno	Licenciatura	45
Ciências Contábeis	Seropédica	Noturno	Bacharelado	45
Ciências Econômicas	Seropédica	Noturno	Bacharelado	45
Administração Pública	Seropédica	Noturno	Bacharelado	45
Fisioterapia	Seropédica	Noturno	Bacharelado	40
Fonoaudiologia	Nova Iguaçu	Diurno	Bacharelado	40
Fisioterapia	Nova Iguaçu	Diurno	Bacharelado	40
Letras	Nova Iguaçu	Diurno	Licenciatura	90
Direito	Nova Iguaçu	Diurno	Bacharelado	50
TOTAL				1085

QUADRO GERAL DE NOVAS MATRICULAS

Curso	Local	Turno	2008	2009	2010	2011	2012	Novas Matrículas
Arquitetura e Urbanismo	Seropédica	Diurno	-	20	20	20	20	80
Engenharia Química	Seropédica	Diurno	-	20	20	20	20	80
Geologia	Seropédica	Diurno	-	15	15	15	15	60
Engenharia Florestal	Seropédica	Diurno	-	10	10	10	10	40
Ciências Biológicas	Seropédica	Diurno	-	10	10	10	10	40
História	Seropédica	Diurno	-	40	40	40	40	160
Biomedicina	Seropédica	Diurno	-	-	-	40	40	80
Farmácia	Seropédica	Diurno	-	-	40	40	40	120

Comunicação	Seropédica	Diurno	-	-	45	45	45	135
Ciências Sociais	Seropédica	Diurno	-	45	45	45	45	180
Sistemas de Informação	Seropédica	Diurno	-	-	20	20	20	60
Hoteleria	Seropédica	Noturno	-	-	45	45	45	135
Química	Seropédica	Noturno	-	5	5	5	5	20
Filosofia	Seropédica	Noturno	-	45	45	45	45	180
História	Seropédica	Noturno	-	10	10	10	10	40
Letras	Seropédica	Noturno	-	90	90	90	90	360
Relações Internacionais	Seropédica	Noturno	-	-	45	45	45	135
Direito	Seropédica	Noturno	-	-	50	50	50	150
Licenciatura em Belas Artes	Seropédica	Noturno	-	45	45	45	45	180
Geografia	Seropédica	Noturno	-	45	45	45	45	180
Ciências Contábeis	Seropédica	Noturno	-	-	45	45	45	135
Ciências Econômicas	Seropédica	Noturno	-	45	45	45	45	180
Administração Pública	Seropédica	Noturno	-	-	45	45	45	135
Fisioterapia	Seropédica	Noturno	-	-	40	40	40	120
Fonoaudiologia	Nova Iguaçu	Diurno	-	-	40	40	40	120
Fisioterapia	Nova Iguaçu	Diurno	-	-	40	40	40	120
Letras	Nova Iguaçu	Diurno	-	-	90	90	90	270
Direito	Nova Iguaçu	Diurno	-	-	50	50	50	150
SUBTOTAL	-	-	-	445	1040	1080	1080	-
TOTAL								3645

Estratégias para alcançar a meta

1. Realização de concurso público, para contratação de professores em Regime de Dedicção Exclusiva (DE 40 horas), para atender a execução plena do Projeto de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. A previsão inicial é que serão necessários 367 novos professores para atender execução plena do Projeto.
2. Contratação de servidores para o quadro técnico-administrativo, através de concurso público.
3. Construção e Reestruturação dos Projetos Pedagógicos de Cursos, com Coordenadores de Curso de Graduação e Pós-Graduação, Diretores de Instituto, representantes dos Departamentos, representantes estudantis e técnico-administrativos vinculados aos cursos.
4. Implantação do Fórum de Auto-Avaliação Institucional, com a finalidade de elaboração de políticas e ações institucionais.
5. Criação de Workshop no âmbito dos cursos para discutir e implementar o PPC de modo coletivo, estabelecendo um calendário para diagnóstico, levantamentos, debates e consolidação dos PPCs para os cursos existentes.
6. Construção de Pavilhões de Salas de Aulas Teóricas, Laboratórios de Informática, Laboratórios de Línguas, segunda etapa do programa de recuperação e modernização dos laboratórios de aulas práticas.
7. Reforma e Ampliação de Salas de Aula e Anfiteatros existentes.
8. Ampliação da oferta de vagas para cursos de graduação que efetivamente apresentam grande demanda no vestibular e possuam reais condições de atender às necessidades de aumento de ingressantes, sem o comprometimento da qualidade desses cursos e com contratação de Professores e pessoal Técnico-Administrativo.
9. Criação de novos cursos de graduação, fundamentalmente das áreas de Humanas e Saúde, a partir de 2009.

10. Aperfeiçoamento dos cursos de pós-graduação *strictu sensu*, principalmente, aqueles cursos de mestrado que atualmente estão classificados com Grau 3, que, obtendo melhora na avaliação, passarão a preencher os requisitos necessários à criação de cursos de Doutorado.

11. Melhoria na Biblioteca Central, tanto no em questões estruturais quanto a aquisição de acervos.

I.2 Redução das taxas de evasão

Diagnóstico da situação atual

A evasão universitária vem se impondo, ao longo do tempo, como uma realidade cada vez mais ostensiva no âmbito do ensino de graduação. Esta constatação, reafirmada por números alarmantes, torna necessário o esforço efetivo no sentido de entender e explicar as possíveis causas e conseqüências da evasão. A evasão de alunos dos cursos de graduação das universidades brasileiras ainda não foi tratada com o rigor e o empenho analítico necessários ao seu entendimento. A tendência dos estudos sobre evasão, de um modo geral, é buscar o dimensionamento ou quantificação da evasão. Existem poucos estudos que tratam, qualitativamente, a questão. Essa tendência norteou, por exemplo, a pesquisa conduzida pela Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras, instituída em 1995, pela Secretaria da Educação Superior do Ministério de Educação e Desportos - SeSu/MEC. É neste aspecto, fundamentalmente, que a orientação acadêmica contínua e sistemática ao estudante poderia ser vista em seus efeitos.

Analisando-se os números da evasão no ano de 2006, na UFRRJ, verifica-se que as taxas variam de curso para curso. A evasão média na Instituição foi de 7,4 %, enquanto que os trancamentos atingiram 12,5 % dos estudantes matriculados. Os cursos de Engenharia Florestal, Geologia, Medicina Veterinária, Ciências Econômicas, Administração (Diurno) e Engenharia Agrícola estão situados abaixo da média de evasão que a Universidade apresenta. Já os cursos com taxas de evasão acima da média neste período foram: Agronomia, Licenciatura em Ciências Agrícolas, Economia Doméstica, Arquitetura e Urbanismo, Física, Química, Matemática, Ciências Biológicas, Zootecnia, Administração (Noturno), História (Seropédica). Os principais fatores desta elevada evasão também diferem de curso para curso e precisam ser devidamente apurados no âmbito de cada um.

As causas da evasão são diversas, e estudos precisam ser aprofundados na UFRRJ. Porém sabemos que muitos estudantes evadem motivados por não vislumbrarem perspectivas futuras na profissão, por falta de afinidade as características do curso, devido ao insucesso em disciplinas chave, pela desmotivação em superar suas dificuldades, devido à distância e aos custos do deslocamento entre a sua moradia e a universidade, devido à incompatibilidade entre seus horários de trabalho e os horários do curso, devido a mudanças em suas condições sócio-econômicas ou porque optaram por cursos em outra IES.

No início do segundo período letivo de 2007 (agosto), durante a pré-matricula *on line* dos alunos do campus de Seropédica foi aplicado um questionário sócio-econômico. No campus de Seropédica, a maioria dos cursos é oferecida em turno integral. O perfil do estudante do campus sede apresentou as seguintes características: 84,5% das famílias têm renda de 1 a 10 salários mínimos e 12,3% das famílias têm renda entre 10 e 20 salários mínimos; 50,3% nunca exerceram atividade remunerada e 67,5% depende exclusivamente de recursos da família para a sua manutenção na Universidade durante a realização do curso; 61% vêm à Universidade de ônibus e 44,2% definem as localidades em que habitam como bairros populares em zona urbana e 28,3% como bairros de classe média. Quando perguntados sobre o motivo da escolha do curso, 47,4% se disseram motivados pela possibilidade de cursar algo que gosta e 16,9% foram motivados pelo mercado de trabalho e questões salariais. Com relação à possível organização dos cursos em turnos, 39,7% dos estudantes declaram preferir o turno da manhã; 17,5% o integral e 16,4% o noturno. Em relação ao tempo dedicado para estudos extraclasse 38,4% declararam estudar de 3 a 5 horas por semana e 24,9% de 1 a 2 horas. No que se refere ao fator que interfere negativamente no desempenho acadêmico, não se observou nenhuma tendência com relação às opções apresentadas, evidenciando-se que para cada

grupo de estudante existe um fator específico (Esses dados estão disponíveis no sítio da Graduação na página da Universidade). Tais dados indicam que o fator socioeconômico tem um peso decisivo na permanência do estudante na Universidade. As mesmas motivações interferiram no trancamento da matrícula no ano de 2006 que atingiu a 12,5 % das matrículas da graduação.

A evasão na UFRRJ pode ser reduzida com a ampliação da assistência estudantil (bolsas moradia, alimentação), exigindo investimento e recursos de custeio para os alojamentos e restaurantes universitários; com ações institucionais visando à melhoria do acesso pelo transporte público; com o desenvolvimento de ações de apoio didático pedagógico aos estudantes e aos docentes; com a implementação de práticas pedagógicas em que o aluno tenha maior participação nos processos de ensino-aprendizagem, com o uso de novas tecnologias da informação e da comunicação; com a racionalização dos horários das aulas em turnos; com o incentivo ao ingresso de estudantes da região circunvizinha à Universidade e ao Colégio Técnico da UFRRJ; por projetos acadêmicos em parceria com as escolas de ensino fundamental e médio da região.

Metas a serem alcançadas com cronograma de execução

Para redução dos atuais índices de evasão pretende-se fazer um estudo diagnóstico dos motivos, para subsidiar as ações a serem adotadas. Provavelmente, as causas irão variar de acordo com os cursos.

A) 2008 - Realizar estudos quali-quantitativos das causas de evasão por curso de graduação.

B) A partir de 2009 - Atuar de modo direcionado sobre as causas de evasão em cada curso, com a implementação das medidas, abaixo relacionadas:

1. Criar o Programa de Bolsas para estudantes de graduação (PROGRAD), onde se pretende desenvolver novas metodologias de ensino-aprendizagem no âmbito das disciplinas oferecidas para a graduação. Com esta medida busca-se reduzir a evasão, motivando o educando e o docente a executarem melhorias nas disciplinas de graduação.

2. Reorganização dos horários das disciplinas dos cursos preferencialmente em turnos.

3. Criação de um PROGRAMA DE TUTORIA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA (PRO-APRENDIZAGEM) em disciplinas que apresentem elevado índice de reprovação, utilizando tecnologias da informação e da comunicação com bolsas para alunos de graduação e pós-graduação.

4. Criação de espaços multimídia para o desenvolvimento das tutorias didático-pedagógicas.

5. Criação de Programa de Orientação e acompanhamento de estudantes com baixo desempenho geral nas disciplinas, em um trabalho conjunto das Coordenações de Curso e o Setor de Apoio Pedagógico do Decanto de Ensino de Graduação em fase de estruturação.

6. Implementação de Programas de apoio didático-pedagógico aos docentes e a sua capacitação para o uso das tecnologias da informação e da comunicação.

7. Implementação da avaliação docente e das disciplinas.

8. Implementação de projetos de extensão e acadêmicos, em colaboração com o corpo docente das escolas da região e convênios com as prefeituras, para contribuir com a melhoria da educação formal e complementar dos estudantes, bem como para a capacitação dos professores do ensino fundamental e médio.

9. Aumentar a mobilidade dos estudantes entre cursos de graduação da Universidade.

Cronograma de Execução

METAS	2008	2009	2010	2011
Primeira	X	X	X	X
Segunda	X	X	-	-
Terceira	X	X	X	X
Quarta	X	X	X	X
Quinta	X	X	X	X
Sexta	X	X	X	X
Sétima	X	X	X	X
Oitava	X	X	X	X
Nona	X	X	X	X

Estratégias para alcançar a meta

- Ampliação dos Programas de Assistência Estudantil.
- Criação de um Programa de Bolsas para estudantes de graduação (PROGRAD) com vistas ao desenvolvimento de projetos específicos para a melhoria da qualidade do ensino na graduação nas disciplinas ou grupo de disciplinas.
- Reorganização dos horários das disciplinas dos cursos preferencialmente em turnos.
- Criação de um PROGRAMA DE TUTORIA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA (PROAPRENDIZAGEM) em disciplinas que apresentem elevado índice de reprovação utilizando tecnologias da informação e da comunicação com bolsas para alunos de graduação e pós-graduação.
- Criação de espaços multimídia para o desenvolvimento das tutorias didático-pedagógicas (2008 e 2009).
- Criação de Programa de Orientação e acompanhamento de estudantes com baixo desempenho geral nas disciplinas num trabalho conjunto das Coordenações de Curso e o Setor de Apoio Pedagógico do Decanto de Ensino de Graduação em fase de estruturação (2008 e 2009).
- Implementação de Programas de apoio didático-pedagógico aos docentes e a sua capacitação para o uso das tecnologias da informação e da comunicação (2008 em diante).
- Implementação da avaliação das disciplinas pelos estudantes (a partir de 2008).
- Implementação da autoavaliação Docente (a partir de 2008).
- Implementação de projetos de extensão e acadêmicos em colaboração com o corpo docente das escolas da região e convênios com as prefeituras para contribuir para a melhoria da educação formal e complementar dos estudantes, e para a capacitação dos professores do ensino fundamental e médio (a partir de 2008).
- Implementação de Convênios com as Prefeituras do entorno a Universidade visando minimizar os problemas relacionados ao transporte.
- A ampliação a mobilidade dos estudantes entre cursos de graduação da Universidade deverá implicar em mudanças nas normas que regulam as transferências internas, tornando-as mais flexíveis.

I. 3 Ocupação de vagas ociosas

Diagnóstico da situação atual

Atualmente o preenchimento de vagas ociosas na Universidade, decorrentes da evasão e da ocupação incompleta das vagas ofertadas no concurso vestibular, é realizado, a cada período letivo, por meio de edital próprio, nas modalidades de transferência interna, externa e reingresso para diplomados. Em 2007, foi lançado um edital de vagas remanescentes para ocupação de vagas não preenchidas no processo seletivo do vestibular, apresentando resultados iniciais satisfatórios. A otimização da ocupação dessas vagas será alcançada pela alteração nas formas de preenchimento de vagas de ingresso, ampliação das modalidades de seleção de novos ingressantes e a implementação de políticas de ações afirmativas direcionadas ao ensino público da região. Já no vestibular de 2007 a Universidade adotou a medida de permitir que o candidato pudesse optar por um segundo curso.

A tabela abaixo apresenta o quadro de ocupação de vagas ociosas através dos processos de transferência interna e externa, e reingresso no período de 2000-2007.

Ano	Reingresso	Transferência Externa	Transferência-Interna	Total
2000	42	59	38	139
2001	34	35	40	109
2002	11	46	52	109
2003	23	57	101	181
2004	14	54	36	104
2005	2	23	57	82
2006	18	17	39	74
2007	44	18	26	88
Total	188	309	389	886

Metas a serem alcançadas com cronograma de execução

A partir de 2008, com vistas à otimização da ocupação das vagas ociosas, pretende-se implementar as seguintes ações:

1. Modificação da deliberação sobre as transferências interna e externa, permitindo maior flexibilidade na movimentação entre cursos de graduação.
2. Modificação da deliberação sobre as vagas de reingresso.

As medidas de ocupação de vagas ociosas através de transferência e reingresso são consolidadas no âmbito da UFRRJ. A partir do ano de 2007 foi implementado o edital de vagas remanescentes e a escolha de segunda opção de curso no vestibular, o que vem apresentando resultados satisfatórios.

Estratégias para alcançar a meta

Com vistas à ocupação das vagas ociosas, pretende-se implementar as seguintes ações:

1. Modificação da deliberação sobre as transferências interna e externa, permitindo maior flexibilidade na movimentação entre cursos de graduação.
2. Modificação da deliberação sobre as vagas de reingresso.
3. Estratégias para Ampliação das Formas de Acesso:
 - 3.1. Flexibilização das modalidades de ingresso na Universidade
 - 3.2. Ampliação do Pré-Vestibular Comunitário.
 - 3.3. Ação institucional junto poder público local para melhor as condições de acesso à Universidade.
 - 3.4. Ação institucional junto as Secretarias de Educação dos Municípios sob o raio de influência da Universidade.
 - 3.5. Maior e melhor divulgação da Instituição nos meios de Comunicação e nas Escolas.

II. Reestruturação Acadêmico-Curricular

I.1 Revisão da estrutura acadêmica buscando a constante elevação da qualidade

Diagnóstico da situação atual

A estrutura acadêmico-curricular deve assegurar a articulação entre o ensino, pesquisa e extensão, garantindo um ensino crítico, reflexivo e criativo, que leve à construção do perfil almejado, estimulando a realização de projetos de pesquisa, socializando o conhecimento produzido, utilizando diferentes cenários de ensino-aprendizagem permitindo ao aluno conhecer e vivenciar situações variadas de vida, da organização da prática e do trabalho em equipe multiprofissional. É necessária a implementação de metodologias no processo de ensino-aprendizagem que estimule o aluno a refletir sobre a realidade social e aprender a aprender; a definição de estratégias pedagógicas que articulem o saber; o saber fazer e o saber conviver, visando seu desenvolvimento integral. No entanto, observa-se, atualmente, que grande parte dos cursos apresenta currículos estruturados dentro de uma visão conteudista, trabalhando o conhecimento como produto e não como processo, valorizando a quantidade de conteúdo específico e especializado. Observa-se ainda que, algumas matrizes curriculares apresentam-se “envelhecidas” e “engessadas”. Outro aspecto preocupante nos cursos de graduação é a reprovação, muitas vezes maciça, em algumas disciplinas.

Verifica-se uma alta incidência de reprovações nos primeiros períodos letivos. Disciplinas-chave do ciclo básico, importantes para consolidar a formação científica e cultural dos graduandos passam a ser vistas como obstáculos a serem vencidos e não como oportunidades de aprendizado. Desmotivação, desencanto, ansiedade e baixa auto-estima são algumas das conseqüências do insucesso, com repercussões negativas sobre a formação cidadã e o desempenho geral no decorrer da graduação. Outro aspecto a ser considerado é a deficiência crônica de docentes, resultante da não reposição ao longo da última década, trazendo graves dificuldades para o adequado funcionamento e a qualidade dos cursos de graduação. Até 2004, o quadro docente efetivo sofreu redução de 15,4% e as demandas dos cursos de graduação passaram a ser crescentemente atendidas por professores substitutos, que tiveram seu número multiplicado por 5,9 entre 1994 e 2004. Em adição, detectou-se que parte do corpo docente não tem acompanhado o fluxo de renovação conceitual e metodológica, refletindo em pouca produtividade científica e desmotivação do corpo docente para com disciplinas obsoletas, tal fato não é privativo de uma área. É possível perceber pouca inserção da UFRRJ na comunidade do entorno, considerando especificamente o município de Seropédica e

adjacências, o que é notório pelo baixo índice de aprovação dos candidatos da região no concurso de acesso aos cursos da UFRRJ.

Metas a serem alcançadas com cronograma de execução

- 1- Consolidar e ampliar a inserção da UFRRJ no desenvolvimento sócio-econômico, cultural, político e científico em níveis local, regional e nacional, com ênfase no interior do Estado do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense.
- 2- Mudar a concepção pedagógica dos cursos de graduação, de modo a melhorar a qualidade do ensino em todos os níveis através do envolvimento de docentes e estudantes em processos e práticas pedagógicas, nas quais ambos se reconheçam como produtores de conhecimento no âmbito da experiência de ensinar-aprender-pesquisar.
- 3 - Privilegiar a formação de cidadãos qualificados para o trabalho e aptos a refletir e produzir novos conhecimentos acerca de sua prática profissional.
- 4 – Expandir o quadro de docentes efetivos.
- 5 – Valorizar as Coordenações de Cursos de Graduação, inserindo-as concretamente no planejamento, acompanhamento e avaliação da vida acadêmica da instituição. Fortalecimento do papel dos Colegiados de Cursos, através da reformulação de suas representações.

Estratégias para alcançar a meta

- 1 - Reestruturação dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) dos cursos de graduação, com dinamização e melhor planejamento das matrizes curriculares.
- 2 - Flexibilização curricular.
- 3 - Implantação de disciplinas de recuperação utilizando tecnologias de informação de comunicação (TIC) para estudantes com dificuldades de aprendizagem em disciplinas específicas, principalmente na área de formação básica.
- 4 - Estímulo a práticas de estudos que facilitem a aquisição de autonomia.
- 5 - Implantação das novas matrizes curriculares.
- 6 - Implementação de novo componente curricular para os cursos de graduação denominado “Atividades Acadêmicas”.
- 7 - Ampliação de ofertas das disciplinas de livre escolha.
- 8 - Introdução de disciplinas que estimulem o trabalho individual e em grupo, e que permitam o desenvolvimento da capacidade de expressão e do espírito crítico entre os jovens.
- 9 - Implantação de ciclos básicos comuns. Proposta piloto nos cursos da área de Engenharia.

10 - Adequação de espaços físicos e aquisição de equipamentos para o uso das tecnologias da informação comunicação (TIC) para fins didático-pedagógicos nos cursos presenciais

11 - Aumento no número de Monitorias, tivemos uma aumento real representando um percentual de 26,5% em relação ao número de 2004, mas ainda precisamos de ampliação do contingente.

12 - Implantação de oficinas de leitura, metodologia de estudo e pesquisa, línguas estrangeiras e disciplinas de recuperação, com a participação de tutores e docentes, para estudantes dos primeiros períodos dos cursos de graduação.

II.2 Reorganização dos cursos de graduação

Diagnóstico da situação

Ao fazer uma avaliação do perfil dos 31 cursos de graduação da UFRRJ é possível diagnosticar as seguintes situações:

1. Existem alguns cursos que apresentam uma baixa procura frente ao número de vagas ofertadas. Dentre os possíveis associados a esse fenômeno, identificamos: a) mudanças na sociedade que pressionam para o desenvolvimento de novas áreas do conhecimento; b) desconhecimento da população jovem por determinadas profissões vistas como "antiquadas" ou de difícil inserção no mercado de trabalho; c) os problemas que educação básico apresenta nas áreas de ciências biológicas, exatas e matemática. Faz-se necessária uma avaliação criteriosa dos motivos que levam a pouca procura por alguns cursos e a tomada de ações, no sentido de implementar as mudanças necessárias.

2. Outra realidade a ser destacada é a dos cursos que embora tenham boa relação candidato/vaga, e num primeiro momento preencham a oferta de vaga, apresentam elevado índice de evasão ao longo do curso. Entre os possíveis motivos apontamos: a) escolha precoce de carreira por parte de jovens ainda em processo de amadurecimento que constatam posteriormente a falta de vocação para a carreira escolhida; b) desconhecimento da natureza do curso antes do ingresso; c) a má formação que a educação básica no país apresenta, fator que dificulta o pleno acompanhamento dos cursos;

3. Detecta-se que a Universidade possui alguns cursos que apresentam oferta de vagas insuficiente frente à demanda da social. Alguns cursos mantém historicamente elevada relação candidato/vaga, como são os de Medicina Veterinária e Ciências Biológicas. Já outros cursos recentemente vêm apresentando substantivo aumento da procura, é o caso dos cursos de Geologia e Engenharia Florestal. Deve-se avaliar criteriosamente a possibilidade de ampliação de vagas, sem comprometer a reconhecida qualidade dos cursos, mas permitindo um melhor aproveitamento da infraestrutura disponível. A criação de novos cursos, com especial ênfase àqueles das áreas de humanidades, engenharia e saúde, é fator importante para o desenvolvimento humano da região, permitindo assim que a população do entorno tenha acesso a cursos de elevado interesse público, criados sob a filosofia da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

4. A UFRRJ abriga cursos quase centenários com forte tradição e reconhecimento acadêmico. Da década de 1970 em diante houve uma significativa ampliação de cursos em todas as áreas do conhecimento. Por sua localização, a 80 km do centro do Rio de Janeiro, uma significativa parcela dos docentes, técnico-administrativos e estudantes moram no Campus de Seropédica nos Próprios Residenciais Nacionais, na Residência Estudantil (2000 vagas) e nas cercanias da Instituição. Esta característica confere uma grande interação entre os segmentos da comunidade universitária e intensa participação na vida institucional,

fazendo da Universidade Rural um grande espaço de vivências acadêmicas, humanas e sociais, em muito contribuindo para a formação humana e cidadã dos estudantes, fato freqüentemente ressaltado pelos nossos concluintes no momento de sua formatura.

5. A partir de 2005, várias iniciativas do Decanato de Ensino de Graduação vêm sendo direcionadas para ampliar a participação das Coordenações de Curso na gestão acadêmica da graduação. O Fórum das Coordenações de Curso então criado é integrado por Coordenadores e representantes estudantis. Várias mudanças com vistas à flexibilização curricular e à maior inserção do discente em atividades formativas extraclasse foram debatidas, encaminhadas pelo Fórum e implementadas pelo CEPE. Neste sentido foram criadas as disciplinas de Livre Escolha, as Atividades Acadêmicas de diferentes naturezas (estágios, monografias, pesquisa e práticas pedagógicas nas Licenciaturas, tutoria em prática de ensino, trabalhos de final de graduação) bem como as Atividades Complementares. O desenvolvimento de temas transversais nas Licenciaturas é uma realidade na forma de atividades extracurriculares no âmbito do Programa PRODOCÊNCIA. Os cursos vêm sendo estimulados a formularem Projetos PET o que resultou na implantação do PET-Física em 2006 e PET-História em 2007.

6. A infra-estrutura do Decanato de Ensino de Graduação foi modernizada com uma reforma física e com a informatização integral do seu funcionamento. Em 2006 foi implantada a pré-matrícula *on line*, criado o quiosque do aluno e do professor, que representam interfaces *on line* amigáveis para uso didático-pedagógico. Estamos implantando a Ouvidoria *on line* da Graduação e um setor de pesquisa e apoio pedagógico ao discente e ao docente, em fase inicial de organização.

7. Com o objetivo de cumprir as diretrizes curriculares nacionais e às exigências da avaliação externa, alguns cursos sofreram mudanças nos últimos anos, porém, em sua maioria, as matrizes curriculares existentes são fortemente calcadas em disciplinas obrigatórias, com grande carga horária em aulas teóricas tradicionais, cadeias de pré-requisito e em disciplinas oferecidas em período integral o que significa que o aluno tem seus horários condicionados à oferta dos departamentos. Resulta desse quadro uma maior retenção do aluno na sala de aula, dificultando sua trajetória de autonomia e formação extracurricular e cultural.

8. Outro aspecto preocupante nos cursos de graduação é a reprovação, muitas vezes maciça em algumas disciplinas. Verifica-se uma alta incidência de reprovações nos primeiros períodos letivos. Disciplinas-chave do ciclo básico, importantes para consolidar a formação científica e cultural dos graduandos passam a ser vistas como obstáculos a serem vencidos e não como oportunidades de aprendizado. Uma das conseqüências do insucesso é a desmotivação, desencanto, ansiedade e baixa auto-estima, com repercussões negativas sobre a formação cidadã e o desempenho geral no decorrer da graduação. Tal situação colide com a tarefa fundamental dos educadores que é, segundo Paulo Freire¹, a de contribuir para a autonomia, liberdade e desenvolvimento daqueles que são educados. Por outro lado, há um desafio permanente, em todos os níveis de ensino, que é a busca do desenvolvimento da capacidade inata de aprendizado de todo ser humano. Dentre as inúmeras razões para o insucesso dos estudantes destacam-se, como referimos, as deficiências trazidas da educação básica, o não reconhecimento da existência destas lacunas pela instituição e docentes, a postura dos estudantes frente às dificuldades e a deficiências na metodologia de estudo e pesquisa adotada pelos alunos, dentre outras razões. Em estudo recente, constatamos que 1093 estudantes de graduação apresentam índice de aproveitamento acumulado (IAA) igual ou inferior a um, ou seja, um desempenho geral altamente insuficiente que encaminha para a evasão voluntária ou desligamento do curso

9. O Ensino de Graduação da UFRRJ vem sendo desafiado a se repensar por um turbilhão de demandas da sociedade, das políticas de Estado, do Governo Federal e do compromisso que temos com “a formação de profissionais-cidadãos com autonomia para o aprendizado contínuo, socialmente referenciado para o mundo do trabalho, e capazes de atuar na construção da justiça social e da democracia”¹. O Brasil precisa de profissionais socialmente responsáveis, capazes de atuar propositivamente e construtivamente num contexto social complexo e dinâmico do mundo contemporâneo, marcado pela vertiginosa geração de novos conhecimentos, tecnologias e pela alta velocidade de circulação de informações². Nossos egressos precisam ter formação social e humana para atuar numa realidade desigual, injusta, marcada por conflitos, e muitas vezes violência; precisam ter conhecimento e consciência sobre as questões ambientais que comprometem o futuro da humanidade. “A graduação deve deixar de ser apenas o espaço da transmissão e da aquisição de informações para transformar-se no *locus* da construção/produção do conhecimento, em que o aluno atue

como sujeito da aprendizagem”². Além destes enfoques de caráter formativo, os Cursos de Graduação da UFRRJ também precisam se repensar.

Metas a serem alcançadas com cronograma de execução

1. Reestruturação de todos os Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação, processo em que os respectivos PPCs serão adequados aos Parâmetros Curriculares Nacionais.
2. Elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos a serem criados, igualmente adequados aos Parâmetros Curriculares Nacionais e a uma nova filosofia formativa.
3. Implementação de Ciclo Básico Comum, na Área de Humanas, envolvendo os de Filosofia, História, Ciências Sociais, Letras, Geografia, Belas Artes e Relações Internacionais.
4. Flexibilização das Grades Curriculares visando oportunizar ao educando mais oferta de disciplinas optativas e de livre escolha.
5. Avaliar o perfil do egresso de hoje e do futuro.
6. Ampliar as possibilidades de mobilidade entre os cursos da universidade.
7. Ampliar a reflexão e a formação na área de humanidades nos cursos tecnológicos e de caráter científico.
8. Reorganizar a sua matriz curricular de modo a abrir espaço para que o discente possa alocar mais tempo em trabalhos de pesquisa e projetos associados à própria formação curricular, para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão junto ao corpo docente, para desenvolver vivências em estágios de diferentes naturezas, participar da vida institucional e para a sua formação cultural, artística e humanística.

CRONOGRAMA

METAS	2008	2009	2010	2011	2012
Reestruturação dos Projetos de Cursos de Graduação.	X				
Criação dos novos Projetos Pedagógicos de Curso.	X	X	X		
Ciclo Básico Comum nas Engenharias.		X	X		
Ciclo Básico Comum nas Ciências Humanas e Sociais.		X	X	X	
Flexibilização das Grades Curriculares.	X	X	X		

Estratégias para alcançar a meta

1. Reestruturação e atualização dos Projetos Pedagógicos de Cursos, com Coordenadores de Curso de Graduação e Pós-Graduação, Diretores de Instituto, representantes dos Departamentos, representantes estudantis e técnico-administrativos vinculados aos cursos.
2. Adequação de todos os PPCs aos Parâmetros Curriculares Nacionais.
3. Implantação do Fórum de Auto-Avaliação Institucional, com a finalidade de elaboração de políticas e ações institucionais.
4. Criação de Workshop no âmbito dos cursos para discutir e implementar o PPC de modo coletivo, estabelecendo um calendário para diagnóstico, levantamentos, debates e consolidação dos PPCs para os cursos existentes.
5. Criação de Ciclo Básico na área de Humanidades, a partir de 2009.
6. Aperfeiçoamento dos canais de diálogo entre a pós-graduação e a graduação.
7. O calendário de implantação de cursos novos entre 2009 e 2011, com o planejamento de suas demandas de infraestrutura acadêmica, corpo docente e técnico-administrativo, assistência estudantil, pesquisa e extensão deverá ser aprovado junto com o PPC e matriz curricular Dezembro de 2008.

III. Renovação Pedagógica da Educação Superior : *Articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica.*

O Projeto de Expansão e Reestruturação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro propõe como forma de unificar todas as dimensões do sistema educacional, articulando a educação básica, profissional e tecnológica à criação de um Colégio de Aplicação a partir da federalização do Centro de Apoio Integral a Criança – CAIC, e ampliação do Colégio Técnico da UFRRJ (CTUR). Esta medida permitirá a completa articulação entre estes níveis educacionais, criando um espaço importante para as ações das Licenciaturas e total integração da formação tecnológica de nível média com a educação superior.

IV. Mobilidade Intra e Inter-Institucional

IV.1 Promoção da ampla da mobilidade estudantil mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre cursos e programas, e entre instituições de educação superior

Diagnóstico da situação atual

Desde a sua criação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro recebe estudantes oriundos de diferentes regiões do país. A UFRRJ tradicionalmente realiza concursos Vestibulares em vários Estados brasileiros. Na atualidade, cerca de 15 % do corpo discente é oriundo de outros Estados da

Federação com contingente mais expressivo da região Sudeste. Pode-se também destacar a presença de estudantes originários de outros países conveniados ao Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G), com grande presença de estudantes africanos.

A mobilidade estudantil interna tem ocorrido por meio de editais de transferência interna, obedecendo a normas específicas estabelecidas pelo CEPE. As disciplinas de Livre Escolha foram implantadas a partir de 2005 permitindo ao estudante cursar disciplinas extra-curriculares de qualquer área do conhecimento na UFRRJ.

A UFRRJ tem recebido e enviado estudantes de graduação no âmbito do Convênio Mobilidade Estudantil da ANDIFES. Um fator limitante ao aumento do número de estudantes em mobilidade é a inexistência de apoio financeiro, sendo o custeio destes estudantes arcado pela família. Outro tipo de mobilidade, ainda restrita, é dada pela complementação da formação por meio de disciplinas específicas cursadas em outras IFES do Rio de Janeiro. A instituição também recebe alunos de outras IES por meio de editais de transferência externa como forma de ocupação de vagas ociosas. A UFRRJ mantém convênio para intercâmbio de estudantes de graduação, pós-graduação e docentes com Universidades da Alemanha, Estados Unidos, Argentina e Uruguai .

Metas a serem alcançadas com cronograma de execução

- a) Reestruturação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos colocando em destaque o aumento da flexibilidade curricular, viabilidade de um ciclo básico e mobilidade estudantil - 2008.
- b) Implementação de debates acadêmicos sobre a articulação entre disciplinas e áreas do conhecimento de modo a rever seus conteúdos e interdependências - 2008 no processo de autoavaliação institucional.
- c) Revisar e flexibilizar as deliberações que normatizam as transferências e mobilidade internas - 2008/2009.
- d) Estruturar um setor para estudo, estímulo e proposição de convênios de cooperação técnico-científico-cultural com Instituições de Ensino e Pesquisa nacionais e estrangeiras - 2008/2009.
- e) Propor a realização de um Seminário entre as IES Públicas do Estado do Rio de Janeiro para debater e estabelecer as bases para a ampliação da mobilidade estudantil inter-institucional – 2008/2009.

Estratégias para alcançar a meta

Ampliação da mobilidade interna:

- A) aumento da oferta e da diversidade de disciplinas optativas nas matrizes curriculares;
- B) realizar estudos sobre a pertinência dos pré-requisitos das disciplinas
- C) criação de ciclos básicos comuns dentro de áreas do conhecimento;
- D) revisão e flexibilização dos atuais critérios e modalidades de transferência interna;
- E) flexibilização dos currículos através da criação de eixos temáticos contemplando diferentes áreas da formação específica segundo o interesse e vocação do estudante.

Ampliação da mobilidade interinstitucional

- A) Criação de um setor na universidade destinado a estudar, propor e encaminhar convênios de cooperação técnico-científico-cultural com Instituições de Ensino e Pesquisa nacionais e estrangeiras.
- B) Proposição de Convênio entre as Instituições Públicas de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro para intensificar e ampliar o intercâmbio de estudantes de graduação com possibilidades de complementação curricular.
- C) Propor ao MEC a destinação de recursos adicionais para o custeio e deslocamento do estudante de mobilidade.

V. Compromisso Social da Instituição

V.1 Políticas de inclusão

Diagnóstico da situação atual

A UFRRJ está situada na Baixada Fluminense e por meio de seus projetos de pesquisa e extensão, vem crescentemente assumindo um papel relevante na inclusão social, no desenvolvimento regional e no resgate cultural e histórico de sua população. Inúmeros programas e projetos têm buscado uma interface com instituições públicas, organizações da sociedade civil, empresas públicas e privadas e com estabelecimentos de ensino da Educação Básica, objetivando estabelecer um diálogo proffcuo, capaz de viabilizar ações que garantam tanto a disseminação do conhecimento e a melhoria da qualidade de vida, quanto a atualização dos currículos dos cursos de graduação. No início do século XXI, entre as muitas concepções existentes sobre universidade, é preciso destacar que a instituição social universitária articula o ensino, a pesquisa e a extensão nos níveis mais elevados da política educacional de um país. O compromisso com a humanidade, com a construção de um conhecimento que inova e que possa trazer soluções para os problemas sociais, só pode ser cultivado em um ambiente de investigação e pesquisa. O documento editado pela UNESCO em 1998, com a Declaração Mundial sobre a Educação Superior no século XXI, considerou como missão da educação superior educar, formar e realizar pesquisas; e como funções a ética, a autonomia, a responsabilidade e a função preventiva. O desenvolvimento do espírito investigativo é de fundamental importância na busca permanente de uma educação de qualidade. Por meio do incentivo à pesquisa e às práticas inovadoras cotidianas, os docentes da UFRRJ procuram motivar o corpo discente a produzir e a buscar o saber, a desenvolver uma visão crítica das principais questões de sua área.

Neste sentido, a UFRRJ se compromete com a formação de profissionais comprometidos com os avanços, capazes de identificar as principais questões de seu campo de atuação e de buscar soluções que contribuam para o crescimento científico, que possibilitarão as transformações e os progressos necessários. Assumindo que o compromisso social implica na luta pela diminuição das desigualdades, pela extensão do acesso ao ensino, em todos os níveis, pelas melhorias das condições de ensino, a Universidade não tem se isolado da sociedade. O primeiro e talvez o maior compromisso social daqueles que atuam na Universidade é trabalhar no sentido de que seus esforços reflitam a luta pela justiça social almejada para a sociedade como um todo. O Brasil apresenta os maiores índices de desigualdade social da América Latina e, portanto, cresce cada vez mais a compreensão de que a Universidade pode e deve dar a sua contribuição para a inclusão social e redução das desigualdades; pode ter uma atuação mais fraterna diante de uma realidade social desigual que exclui talentos por absoluta falta de oportunidades e perspectivas. É através da adoção de políticas afirmativas, a partir de discussões que nascerão os rumos de muitas questões que hoje se colocam quase sem solução. Segundo Roland (2003) as profundas desigualdades raciais existentes no Brasil se expressam nos inaceitáveis números da desigualdade no acesso à Universidade. Políticas de inclusão não buscam apenas angariar novos alunos para a Universidade e consequentemente aumentar as taxas de ocupação dos cursos de graduação. A inclusão, também deve ser entendida, como uma forma de “incluir” pessoas no conhecimento gerado na instituição. Neste sentido, vários programas de extensão

desenvolvidos atualmente pela UFRRJ, proporcionam não só a “saída” do conhecimento, mas também trazem a população para o aprendizado de novas técnicas e aplicações práticas do “saber universitário”. A inclusão social conduz invariavelmente à introdução de novas demandas sociais na Universidade, que acabarão resultando em novos olhares sobre as instâncias sociais e políticas da sociedade. A inclusão implica também na democratização social da Universidade devido, entre outros aspectos, à presença dos excluídos, suas demandas e análise de suas necessidades, permitindo assim o reconhecimento social e institucional das competências dos excluídos sociais, gerando uma Universidade socialmente mais justa e democrática.

Na UFRRJ, dentre as atividades ligadas essencialmente à Inclusão, pode-se destacar o curso Pré-vestibular comunitário mantido pelo Decanato de Extensão. Atualmente, o projeto atende a 475 alunos da rede pública, através de aulas semanais em horário noturno, ministradas por aproximadamente 30 alunos de diversos cursos de graduação que recebem uma bolsa de auxílio. O objetivo do programa é proporcionar aos participantes o preparo necessário para os processos seletivos para ingresso no ensino superior, não somente através do vestibular da UFRRJ, com o também em outros estabelecimentos de ensino, que apresentem o curso de seu interesse. Outra iniciativa a ser citada como parte da política de inclusão da UFRRJ é o projeto “Caminhar”, de educação de jovens e adultos, destinado aos servidores técnico-administrativos. O “Caminhar” visa qualificar o servidor que frequenta diariamente o Campus, mas que, de certa forma, está excluído do processo de agregação de conhecimento. No ano de 2006, existiam 190 servidores com 1º grau incompleto, 137 com apenas o 1º grau, 459 com 2º grau e 298 com nível superior.

Metas a serem alcançadas com cronograma de execução

As políticas de inclusão da UFRRJ deverão ser incrementadas, valorizadas e diversificadas através de modalidades e procedimentos facilitadores para o ingresso dos excluídos sociais na Universidade. Neste sentido, será fundamental agregar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) ao processo atual de vestibular, reservando um percentual de vagas para grupos socialmente excluídos, que possuem grande dificuldade em enfrentar o “funil” do vestibular atual. São eles oriundos da população de baixa renda, os estudantes do ensino público, os negros, os indígenas. Devem ser adotadas estratégias de ingresso e apoio ao ensino semelhante às existentes para os estudantes estrangeiros. A inclusão social via universidade pressupõe reconhecimento de competências do excluído, sistema de ensino diferenciado, pedagogia apropriada e demais soluções correlatas. Todos esses mecanismos permitem construir, na melhor das hipóteses, um sistema de ensino compatível com as demandas sociais e educacionais do excluído. Como metas concretas para a ampliação da inclusão social na UFRRJ, podem ser listadas as medidas abaixo:

1. Ampliação do curso Pré-Vestibular comunitário proporcionalmente ao aumento no número de vagas ao longo dos próximos cinco anos.
2. Ampliação do Projeto: Caminhar, “Educação de Jovens e Adultos para Servidores Técnico-Administrativos da Universidade”, visando sensibilizar os Servidores para a crescente necessidade de qualificação.
3. Ampliar significativamente, conforme listado nos itens a seguir (programas de assistência estudantil) as condições de amparo e apoio, para a permanência no Campus, do estudante da UFRRJ.
4. Estreitar o contato com a rede pública de ensino da região do entorno da UFRRJ, através de “feiras de profissões”, organização de “semanas de ciências”, palestras, cursos e mini-cursos, dia da universidade aberta, organização de jogos esportivos escolares nas dependências da universidade com a participação de docentes e alunos da UFRRJ na organização. Tais atividades deverão ser discutidas pela comunidade universitária e Decanato de Extensão.
5. Ampliar o conhecimento dos estudantes de ensino médio sobre os cursos de graduação existentes na UFRRJ através da divulgação de folders, manuais e visitas à Universidade. Criar, em 2008, materiais informativos de cada curso e/ou Instituto da UFRRJ como parte de uma estratégia de estímulo ao ingresso de estudantes na Universidade Rural.
6. Aprofundar, em 2008, a discussão sobre a política de cotas no vestibular e na UFRRJ.
7. Iniciar, em 2008, a discussão interna propondo a incorporação do ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio, ao vestibular da UFRRJ.

Estratégias para alcançar a meta

Para que as metas propostas possam ser alcançadas deverão ser desenvolvidas estratégias específicas para cada uma delas:

- Ampliação do curso Pré-vestibular comunitário: para a ampliação das vagas oferecidas, proporcionalmente, o número de estudantes bolsistas da graduação, que participam como professores do pré-vestibular, também deverá aumentar. Da mesma forma, deverão ser criadas bolsas para os estudantes da pós-graduação, que poderão também ministrar aulas no curso, em seus horários vagos, em horário noturno, sem prejuízo para seus projetos de pesquisa. Deverá ser construído um pavilhão específico para o curso Pré-Vestibular, com salas adequadas e infraestrutura multimídia; a localização deverá ser estratégica, com fácil acesso por parte dos alunos. Esta infra-estrutura deverá promover o estímulo ao acesso à Universidade e ao ensino superior;
- Ampliação do Projeto: Caminhar, “Educação de Jovens e Adultos para Servidores Técnico-Administrativos”: com caráter social importante, e dentro da ótica da inclusão no conhecimento, o Projeto Caminhar deverá ser reestruturado com a oportunidade dos recursos advindos do Reuni. Deverá ser estruturada uma sala para o desenvolvimento do projeto, também dotada do suporte de materiais e equipamentos necessários. Deverão ser destinados recursos para o pagamento de bolsas-trabalho ou bolsas-monitoria, para estudantes da graduação ou pós-graduação envolvidos no ensino dos servidores;
- Ampliar os programas de assistência estudantil: conforme será tratado nos itens seguintes, as estratégias de aumentar a inclusão social na UFRRJ, deverão tratar, obrigatoriamente, a ampliação das condições de assistência ao estudante. Estas práticas envolvem resumidamente: o aumento de bolsas de custeio de todos os tipos (alimentação, trabalho, cultural, emergencial, monitorias, e outras); a melhoria das condições e do número de vagas nos alojamentos e no restaurante universitário; a melhoria das condições de assistência médica e odontológica; e a melhoria das condições de transporte dentro do Campus e em seu entorno;
- Contato com a rede pública de ensino: para o incremento da participação e visibilidade da UFRRJ dentro das instituições de ensino público localizadas no entorno do Campus, deverão ser programadas e estabelecidas atividades do tipo: feira de profissões; semana de ciências; palestras ilustrativas; cursos e mini-cursos; dia da universidade aberta; jogos esportivos que utilizem a infraestrutura para esportes da UFRRJ; atividades culturais para os alunos da rede pública; estímulo e apoio a iniciativas como o projeto “Jovens Talentos”, financiado pelo CNPq (bolsas para alunos do ensino médio que desenvolvem atividades junto a projetos de docentes da UFRRJ);
- Divulgação dos cursos de graduação: através do Decanato de Ensino de Graduação, dos Institutos e Coordenações de Cursos deverão ser elaborados materiais de divulgação e esclarecimentos sobre as profissões (tipo folders ou manual dos candidatos/estudantes), para distribuição junto as escolas da região. Também deverão ser estruturadas visitas orientadas em cada Instituto preferencialmente para os alunos da rede pública da Baixada Fluminense;
- Cotas: de forma ampla e democrática, ao longo do primeiro ano de implantação do PRE da UFRRJ, a política de cotas no vestibular e nas vagas da UFRRJ deverá ser discutida. A implantação deste sistema deverá acontecer ainda dentro do cronograma do Reuni e a sistemática de avaliação deverá ser estar montada e estabelecida nos próximos cinco anos.
- Incorporação do ENEM ao vestibular: ao longo do ano de 2008 uma comissão especial deverá discutir a incorporação dos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM ao concurso de vestibular para ingresso aos cursos da UFRRJ.

V. 2 - Programas de assistência estudantil

Diagnóstico da situação atual

As políticas de assistência ao estudante têm como finalidade garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes das IES públicas na perspectiva do direito social; proporcionar condições básicas para sua permanência na instituição; assegurar os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico; contribuir na melhoria do sistema universitário, prevenindo e erradicando a retenção e a evasão escolar, quando decorrentes de dificuldades sócio-econômicas (Gatti & Sangoi, 2000). A evolução promovida ao longo desses 30 anos levou a UFRRJ de uma Instituição de pequeno porte (cerca de 2 mil alunos no final dos anos de 1970), para uma Universidade de médio porte, com os atuais 8.000 alunos de graduação (em 30 cursos), 1.000 alunos de pós-graduação (em 15 cursos de Mestrado e Doutorado), 440 estudantes do Ensino Médio regular e Ensino Técnico, oferecido pelo Colégio Técnico (CTUR), 140 crianças na Educação Infantil e 380 no Ensino Fundamental, em seu Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC Paulo Dalcorso Filho). Quanto à assistência ao aluno da graduação, a UFRRJ possui um Decanato (DAE - Decanato de Assuntos Estudantis) específico para a coordenação da sistemática vinculada à moradia estudantil, oferta de refeições, apoio psicológico e social e demais atividades de suporte à manutenção do estudante dentro do Campus e atendimento das suas necessidades básicas. A melhoria da qualidade de vida no Campus da UFRRJ tem sido uma constante preocupação e visa oferecer condições de permanência à comunidade universitária. Inúmeros projetos voltados ao bem estar individual e coletivo já estão sendo desenvolvidos dentro dos respectivos setores, dentre os quais podem ser destacados:

Moradia Estudantil

Atualmente, a moradia estudantil da UFRRJ conta com onze prédios de alojamentos, sendo cinco femininos (F), com o oferecimento de 115 quartos e seis masculinos (M), com 222 quartos. O total de 337 quartos tem permitido acolher cerca de 2000 estudantes sem condições de arcarem com as suas despesas de moradia.

Desde março de 2005, profundas alterações foram realizadas nos processos de ocupação e de convivência no âmbito da moradia estudantil. Paralelamente, os alojamentos (masculinos e femininos) vêm passando por significativas melhorias nas suas instalações. Atualmente, o SERE (Setor de Residência Estudantil) conta com um pessoal altamente qualificado, uma secretaria bem estruturada, além de um setor de manutenção dos alojamentos com um bom estoque de peças e acessórios e devidamente equipado.

O cadastro dos beneficiários da moradia estudantil encontra-se totalmente informatizado, com fotos e demais informações relevantes dos estudantes agraciados com a bolsa-moradia. A partir de então, dentre inúmeras outras melhorias, foi possível a distribuição nominal de 650 novos leitos (camas e colchões) e a instalação de 48 boilers de 500 litros para aquecimento de água. Já se encontra na fase de licitação a compra de mais 1000 novos leitos (camas e colchões), para serem distribuídos aos beneficiários da Moradia estudantil.

Não há dúvidas de que a colaboração e a conscientização dos beneficiários da moradia estudantil foram fatores decisivos nas melhorias até então levadas a efeito. Sabe-se que muito ainda há por fazer, porém, as seguintes vitórias coletivas podem ser enumeradas: redução total do número de portas e janelas arrombadas; sensível diminuição do consumo de drogas lícitas e ilícitas nas dependências da moradia estudantil; não realização de festas nos corredores dos prédios; significativa redução do número de ocorrências envolvendo agressões verbais e corporais nos alojamentos universitários; diminuição da utilização de artefatos explosivos no âmbito dos alojamentos; diminuição da quantidade de lixo ao redor dos prédios; redução gradativa da necessidade de se retocar a pintura das paredes dos prédios e corredores; visível cuidado com os quadros de aviso; manutenção criteriosa e perceptível valor atribuído ao sistema de água potável; significativa redução do número de estudantes alojados de forma irregular; manutenção da limpeza dos banheiros e corredores internos; diminuição da prática de se ouvir sons em altos volumes; considerável redução do número de bicicletas roubadas; entre outras vitórias conseguidas por todos.

Restaurante Universitário

O Restaurante da UFRRJ disponibiliza aos estudantes, de segunda a sexta-feira, café da manhã, almoço e jantar e, aos sábados e domingos, café da manhã e almoço. O estudante não bolsista também tem o direito de usufruir do Restaurante Universitário, pagando os valores subsidiados de R\$ 0,70 pelo café da manhã e R\$ 1,45 pelo almoço ou jantar. Existem, atualmente, quatro modalidades de bolsas que permitem ao estudante a alimentação no Campus de Seropédica: carência/permanência (495 bolsistas), cultural (38 bolsistas), emergencial (8 bolsistas) e atividades no Restaurante Universitário (130 bolsistas), perfazendo um total de 671 bolsistas. Atualmente, o Restaurante Universitário conta com os préstimos de um pessoal altamente qualificado. Embora ainda esteja defasado em termos de infra-estrutura, as suas instalações e equipamentos vêm sendo renovados paulatinamente. Isto o torna habilitado para servir até 3000 refeições por dia. Recentemente, o sistema de abastecimento de gás do Restaurante Universitário foi reestruturado para trabalhar com 30 cilindros de 45 kg ao invés de 9 cilindros de 190 kg de gás liquefeito de petróleo (GLP). Tal procedimento gerou uma maior dinâmica nas atividades da cozinha que dependem do fogão industrial e uma significativa economia aos cofres públicos, em virtude da possibilidade da compra do gás via pregão eletrônico, na modalidade de registro de preços.

Nos últimos dois anos, como parte de um programa interno de modernização foram adquiridos os seguintes equipamentos: uma lavadora de bandejas, dois fornos industriais elétricos, duas refresqueiras, uma panela autoclavada, dois balcões refrigerados para salada, uma serra para açougue, uma bomba lava jato, uma balança digital de 500 kg, um liquidificador industrial, dois extratores industriais de suco, um balcão quente com cinco cubas, seis carrinhos isotérmicos, três carrinhos transportadores de alimentos, dois freezers, quatro moto serras, um gerador de energia elétrica, dois descascadores de tubérculos, uma máquina de massas (calandra), três computadores, duas impressoras, dois leitores ópticos, dentre outros. Também foram restaurados os seguintes equipamentos: um fogão industrial, uma câmara frigorífica, dois veículos (kombi e Gol), um trator Ford, uma carreta para transportar lenha, duas moto serras, uma lavadora de copos, uma caldeira a lenha, um boiler de caldeira, uma bomba lava jato, uma panela autoclavada, dentre outros equipamentos. No mesmo período foi adquirida uma grande quantidade de utensílios de cozinha, tais como: panelas, tachos, peneiras, talheres, latas de 50 litros e vasilhames em geral, etc. Atualmente, um elevado percentual dos alimentos consumidos no Restaurante Universitário é produzido pela própria UFRRJ (leite, ovos, carnes, verduras e legumes). Desta forma, além de uma considerável economia para os cofres públicos e da geração de pesquisas e estágios internos, há condições de se fornecer aos usuários do Restaurante Universitário alimentos de comprovada qualidade.

Setor de Atenção Especial ao Estudante

Inaugurado em 2006, o Setor de Atenção Especial ao Estudante está diretamente vinculado à DIASO/DAE - Decanato de Assuntos Estudantis. Até a presente data cerca de setecentos estudantes já foram atendidos na Sala 38 do P1, onde funciona o referido setor. Ali são disponibilizados aos estudantes apoio psico-pedagógico e terapias complementares (alternativas). Espera-se, para o ano de 2008, uma significativa aceleração das atividades do Setor de Atenção Especial ao Estudante que conta com a colaboração de estudantes voluntários e bolsistas e com profissionais (médicos, psicólogos, professores, assistentes sociais, psicopedagogos, fisioterapeutas, psicoterapeutas, etc.) que se oferecem para prestar os seus serviços de inestimável valor, de forma gratuita, à comunidade universitária.

Assistência Médico/Odontológica

Atualmente, para atender as necessidades gerais de assistência médico/odontológica existem no quadro do Ambulatório médico da UFRRJ, 9 médicos e 2 odontologistas. Os casos que demandam maiores cuidados têm sido encaminhados para os centros regionais de assistência médica, na maioria das vezes, vinculados à rede pública de saúde.

Assistência Cultural

Quanto à assistência cultural, o Decanato de Extensão tem amparado e apoiado grupos organizados de iniciativas culturais, embora as bolsas para este fim ainda sejam poucas. Na modalidade cultural existem 38 bolsas de alimentação, disponibilizadas pelo Decanato de Assuntos Estudantis, para alunos carentes vinculados aos grupos de atividades culturais.

Práticas Desportivas

O Campus de Seropédica possui uma boa infra-estrutura para as práticas desportivas. A UFRRJ conta com piscinas, plataforma de salto, ginásio de esportes, quadras poli-esportivas, quadras de tênis, campo de futebol e pista de atletismo. Todas estas, porém, necessitam de reparos emergenciais que deverão ser inseridos dentro do Plano de Expansão e Reestruturação da UFRRJ.

Metas a serem alcançadas com cronograma de execução

Uma avaliação realizada, no contexto das Universidades públicas do Brasil, demonstrou que a assistência estudantil oferecida pela UFRRJ representa uma estrutura enorme, principalmente no que se refere à moradia estudantil e alimentação aos discentes. Certamente, o Campus de Seropédica encontra-se entre os primeiros colocados, dentre todas as IFES, quanto ao amparo ao estudante carente, oferecendo moradia e alimentação, além de outros benefícios. Porém, o questionamento se a estrutura atual é suficiente, certamente terá uma resposta negativa, pois as particularidades da UFRRJ são muitas, a começar pela localização na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, uma região pobre, com problemas graves em relação a diversos aspectos sociais (saúde, educação, saneamento básico, segurança, condições de moradia, etc.). Nesta situação particular, a falta de uma eficiente assistência ao estudante está intimamente ligada às taxas de abandono dos cursos (evasão), à redução dos índices de conclusão e a uma série de outros indicadores importantes para a Universidade. Frente a isto, foram estipuladas as metas abaixo, a serem alcançadas pelos respectivos setores, ao longo dos próximos anos, no decorrer do Projeto de Reestruturação e Expansão da UFRRJ:

Moradia Estudantil

- 1 - Continuar, de forma intensificada a partir de 2008, os processos de recuperação e ampliação dos prédios utilizados como residência estudantil;
- 2 - Instalar, em 2008, o sistema de tratamento de água (água potável) nos alojamentos femininos, na mesma linha do que já foi realizado na entrada dos alojamentos masculinos;
- 3 - Construir mais quartos para receber novos beneficiários na moradia estudantil, sobretudo nos alojamentos femininos. Construir, até o ano de 2009, com a intermediação técnica e o aval dos profissionais da Prefeitura Universitária, os terceiros andares nos alojamentos femininos F2, F3 e F4;
- 4 - Desenvolver, a partir de 2008, um intenso trabalho paisagístico nos arredores dos alojamentos universitários, incluindo o plantio de mais quinhentas árvores frutíferas no bosque próximo aos alojamentos universitários, onde trezentas e cinquenta árvores frutíferas já foram plantadas;

5 - Construir, a partir de 2008, práticos e modernos bicicletários junto aos prédios dos alojamentos, com a capacidade para 100 a 200 bicicletas cada um;

6 - Ofertar Bolsa-Moradia a, pelo menos, 25% do corpo discente regularmente matriculado no Campus sede, acompanhando, proporcionalmente, o aumento da oferta de vagas proposto nos anos de implantação do Projeto de Reestruturação e Expansão da UFRRJ;

7 - Reativar, gradativamente, as portarias dos prédios da residência estudantil, como forma de controlar o acesso, bem como melhorar a convivência, manutenção do patrimônio público, higiene e segurança, até 2009;

8 - Construir, em 2008, o Quiosque do Estudante, com a capacidade para 150 usuários, num local estratégico nas imediações dos alojamentos e do Restaurante Universitário. O Quiosque será utilizado, preferencialmente, pelos discentes da UFRRJ, no decorrer de eventos de confraternização como formaturas, aniversários, recepção aos familiares, homenagens, etc.

Restaurante Universitário

1 - Dar continuidade, de forma intensificada a partir de 2008, ao processo de recuperação e ampliação do Restaurante Universitário. Ampliar os salões de alimentação, bem como os setores de pré-preparo, realizar obras com o objetivo de diminuir o nível de ruídos no ambiente e melhorar a higiene. Ampliar a copa e substituir por gás a fonte de energia da caldeira, atualmente a lenha;

2 - Continuar incentivando a produção interna de alimentos, que além de gerar um grande número de pesquisas e de estágios internos, proporciona economia aos cofres públicos e disponibiliza alimentos de comprovada qualidade aos usuários do Restaurante Universitário.

Setor de Atenção Especial ao Estudante

Dar continuidade, de forma intensificada a partir de 2008, aos trabalhos de ampliação do espaço físico e melhorias no atendimento do Setor de Atenção Especial ao Estudante, instalado na Sala 38 do P1.

Setor de Atividades Educativas e Preventivas - SAEP

Inaugurar, em 2008, o SAEP - Setor de Atividades Educativas e Preventivas, vinculado à DIASO/DAE. O local que servirá de sede ao SAEP já está sendo preparado junto aos alojamentos universitários. Ali serão desenvolvidas dinâmicas e atividades com vistas ao esclarecimento da comunidade universitária acerca de temas importantes, tais como: convivência harmoniosa, doenças infecto-contagiosas, gravidez precoce, doenças sexualmente transmissíveis (DST), alcoolismo, uso de drogas, depressão, distúrbios mentais, zoonoses, conservação da natureza, reciclagem, dentre outros temas. Na mesma linha de funcionamento do Setor de Atenção Especial ao Estudante, o SAEP contará com a colaboração de estudantes voluntários e bolsistas e com profissionais (médicos, psicólogos, professores, assistentes sociais, psicopedagogos, fisioterapeutas, psicoterapeutas, etc.) que se oferecem para prestar os seus serviços de inestimável valor, de forma gratuita, à comunidade universitária.

Assistência Médico/Odontológica

Reforma geral e ampliação do ambulatório médico e das dependências do serviço odontológico, incluindo a aquisição de novos equipamentos;

Assistência Cultural

Construir um prédio para sediar o Centro de Convivência da UFRRJ, destinado aos eventos artístico-culturais e de lazer da Comunidade Universitária, até 2011.

Práticas Desportivas

Reforma geral das dependências de práticas esportivas, até 2009.

Bolsas para os Estudantes

Aumentar em 100% o número de bolsas de monitoria, PIBIC e PROIC (recursos do CNPq) e incentivar a concretização dos grupos PET.

Estratégias para alcançar a meta

Moradia Estudantil

- Remodelar paisagisticamente os arredores dos alojamentos, com a implantação de jardins, pérgulas, canteiros, passarelas e bancos. Ampliar o número de plantas de espécies frutíferas no bosque próximo aos prédios de alojamentos;

- Recuperar e ampliar a infra-estrutura do Setor de Manutenção dos Alojamentos. Recuperação gradual dos espaços de convívio e lazer da residência estudantil, como forma de se dispor de um ambiente em plenas condições para a realização de eventos de interesse dos estudantes e dos servidores do DAE;

- Recuperar, até 2009, todo o sistema interno e externo de segurança contra incêndios, com a instalação de hidrantes ao lado de cada prédio da residência estudantil e reinstalação das mangueiras d'água, machados e extintores nas caixas distribuídas nos corredores dos prédios;

- Instalar, até 2009, filtros com a capacidade de até 3.750 litros/hora, nas entradas das caixas d'água de todos os prédios da residência estudantil;

- Construir, a partir de 2008, abrigos para bicicletas junto a cada um dos prédios da residência estudantil (100 a 200 vagas por bicicletário);

- Reativar, gradativamente, as portarias de todos os prédios da residência estudantil, como forma de controlar o acesso, bem como melhorar a convivência, manter o patrimônio público, a higiene e a segurança na Moradia Estudantil, até 2009;

- Instalar pontos de Internet e adquirir computadores para serem usados na Sala de Estudos, em 2008. Instalar um ponto de Internet e um computador em cada um dos quartos da Moradia Estudantil, até 2010.

Restaurante Universitário

- Intensificar, a partir de 2008, o processo de reforma geral da infra-estrutura e ampliação do Restaurante Universitário. Serão ampliados os salões de alimentação, os setores de pré-preparo, a copa, a cozinha e o depósito de alimentos. Também serão buscadas as soluções para a diminuição do nível de ruídos no ambiente, a melhoria da higiene e a substituição da fonte de energia da caldeira, hoje a lenha, por gás natural.

- Informatizar o sistema de catracas giratórias, utilizando cartões magnéticos e leitores ópticos para o controle de entrada dos estudantes que freqüentam o Restaurante Universitário, em 2008.

- Ampliar o número de bolsas de alimentação, através do aumento dos recursos oriundos de fontes próprias ou externas para este fim.

- Incentivar ainda mais a produção interna de alimentos, que além de gerar um grande número de pesquisas e de estágios internos, proporciona economia aos cofres públicos e disponibiliza alimentos de comprovada qualidade aos usuários do Restaurante Universitário.

Setor de Atenção Especial ao Estudante

- Reordenar o espaço físico e buscar melhorias qualitativas e quantitativas no atendimento ao usuário do Setor de Atenção Especial ao Estudante, em 2008.

Assistência Médico/Odontológica

- Ampliar a capacidade de atendimento do ambulatório médico e do serviço odontológico, através da reforma e reestruturação das dependências, além da aquisição de novos equipamentos e contratação de pessoal. Abertura de concursos para a contratação de médicos e odontologistas.

Assistência Cultural

- Construir um prédio para sediar o Centro de Convivência da UFRRJ, destinado aos eventos artístico-culturais e de lazer da comunidade universitária, até 2011.

Práticas Desportivas

- Realizar a reforma geral das dependências destinadas às práticas esportivas.

Bolsas para os Estudantes

- Ampliar o fornecimento de bolsas de monitoria, bolsas de incentivos à cultura (culturais), PIBIC e PROIC (recursos do CNPq) e incentivo à concretização dos grupos PET, através do fortalecimento e aumento de recursos repassados ao Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação.

E.3 Políticas de extensão universitária

Diagnóstico da situação atual

A extensão universitária ganhou importância no meio acadêmico brasileiro, especialmente a partir da década de 80, no contexto da discussão do compromisso social da universidade pública. Para a delimitação de uma política de extensão universitária compromissada com a realidade social é necessária

uma reflexão acerca das práticas do ensino, pesquisa e extensão orientada pela indissociabilidade entre essas atividades acadêmicas. O que se constitui na afirmação de um paradigma de universidade que deve produzir conhecimentos e, efetivamente torná-los acessíveis aos mais variados segmentos da sociedade. Nesta perspectiva cabe, prioritariamente, à extensão, buscar alternativas que possibilitem o diálogo entre o saber popular e o saber acadêmico. Esse diálogo é um requisito fundamental para materializar parcerias com segmentos da sociedade que por fatores políticos, econômicos e éticos não podem ser ignorados pela universidade. Neste sentido, a extensão universitária tem como referência as reflexões sobre a relação entre a UFRRJ e seu entorno, articulada às dimensões do conhecimento histórico, científico e cultural produzido pela humanidade, exigindo o real envolvimento de todos os setores da universidade.

Nesta perspectiva, a Universidade deverá estar aberta à comunidade e a concretização da relação de parceria e de convivência com a sociedade deverá consistir-se em um processo dinâmico e dialético, consubstanciado pelo compromisso político e técnico assumido na prática e pela prática de docentes, discentes e comunidade dentro de uma pluralidade cultural e política. Neste sentido, a extensão universitária é multidimensionada, podendo ser compreendida enquanto estratégia para promover a articulação das diferentes áreas de conhecimento com os diversos segmentos da sociedade, levando em consideração a realidade social, numa perspectiva transformadora. Por outro lado, poderá ser assumida como fonte de ensino, proporcionando aos docentes e discentes um contato direto com a realidade social. Poderá ser entendida enquanto serviços que a Universidade presta à sociedade, gerando alternativas de ação que atendam às reais expectativas e problemáticas da população e, ainda, ser considerada um espaço fértil para o exercício e conquista da emancipação crítica tanto da comunidade acadêmica quanto da sociedade.

As atividades de extensão incluíam tradicionalmente o oferecimento de cursos de capacitação, assessorias técnicas e serviços, o que vem se modificando nas últimas décadas com a busca de maior interação com a comunidade circunvizinha, através da realização de programas e projetos voltados para a melhoria das condições de vida, da produção e da cidadania. Tem havido uma preocupação bastante efetiva com a própria qualidade de vida no campus, com a promoção de atividades artístico-culturais e desportivas que, naturalmente, são estendidas à população circunvizinha. Cada vez mais, são procuradas parcerias com instituições públicas municipais, estaduais e federais, com organizações da sociedade civil e empresas públicas e privadas, preocupadas em fazer a ponte entre o saber acadêmico e a sociedade, num processo de constante realimentação, o que pode permitir uma maior oxigenação dos currículos acadêmicos e da própria prática pedagógica da instituição.

Atualmente, existe uma série de programas e projetos de extensão em andamento, coordenados pela UFRRJ, além daqueles com caráter de inclusão social podem ser destacados: programa Conexão de Saberes; programa de Bolsas institucionais de extensão; programa de acompanhamento dos Grupos Organizados da UFRRJ (32 grupos folclóricos, artístico-culturais, religiosos e de integração pesquisa-extensão); projeto Solo, Saúde, Alimento e Vida, realizado junto a escolas públicas do município de Itaguaí e apoiado pelo PROEXT/SESu/MEC; projeto de apicultura com abelhas sem ferrão, desenvolvido na região da Costa Verde; projeto de Escolinhas de Educação Física e de Caminhadas orientadas; projeto Semeando o Verde, com reflorestamento de áreas degradadas, desenvolvido em diferentes locais do Estado; o Cinema na Praça, em parceria com a Prefeitura Municipal de Seropédica e a Usina Termoelétrica Barbosa Lima Sobrinho; projeto Magnética, voltado para adolescentes gestantes; projeto de controle de população de animais domésticos; programa Redes Interdisciplinares em Espaços Populares, realizado em Nova Iguaçu, apoiado pelo PROEXT/MEC/SESu; programa Olhares (com o projeto Reencantar a Educação); Programa Prodência Rural (coordenado pelo Decanato de Graduação e apoiado pelo MEC/SESu); o projeto Sala Verde – Centro de Atenção Sócio-Ambiental, apoiado pelo MMA; o programa Tekoha-Guarani, em parceria com a UERJ, a UNI-RIO, a UFF e a FUNASA; projeto de Formação de Multiplicadores em Educação Ambiental; Formação de Agentes Sociais para a Gestão da Política de Saneamento Ambiental, apoiado pelo PROEXT/MEC/MCidades; a implantação do projeto Coletivo de Educadores da Baixada Fluminense, apoiado pelo MMA, que congregará os municípios de Japeri, Mesquita, São João de Meriti, Nova Iguaçu, Paracambi e Seropédica, devendo receber adesões de Queimados e Nilópolis e Programa “Centro de Arte e Cultura da UFRRJ”, que se encontra em andamento através da oferta de Cursos de Extensão em Artes Plásticas (Seropédica).

Metas a serem alcançadas com cronograma de execução

Como metas concretas voltadas para a política de extensão na UFRRJ, podem ser listadas as medidas abaixo:

- Articular o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, através do comprometimento da comunidade acadêmica com os interesses e necessidades da sociedade, estabelecendo um fluxo bidirecional entre o conhecimento acadêmico e o saber popular. Dessa forma, o conhecimento resultante será fruto do confronto com a realidade e da permanente interação entre teoria e prática;
- Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social e política, formando profissionais-cidadãos, promovendo atividades de apoio e estímulo à organização, participação e desenvolvimento da sociedade, a partir de propostas oriundas de uma convivência aberta e horizontal com a comunidade;
- Reformulação do conceito de "sala de aula", que deixa de ser o lugar privilegiado para o ato de aprender, adquirindo uma estrutura ágil e dinâmica, caracterizada pela interação recíproca de professores, alunos e sociedade, ocorrendo em qualquer espaço e momento, dentro e fora dos muros da universidade;
- Incentivar a expressão da diversidade artístico-cultural;
- Contribuir para o desenvolvimento sustentável social, econômico e ambiental;

Estratégias para alcançar a meta

Para que as metas propostas possam ser alcançadas foram estabelecidas as seguintes estratégias:

- ◆ Consolidação do Conselho de Extensão, com o fim de discutir e promover a política de extensão da UFRRJ;
- ◆ Implementação das “Atividades Acadêmicas”, que se constituem em um novo componente curricular que agrega um conjunto de atividades extraclasses visando a participação ativa dos discentes, em atividades de ensino, pesquisa e extensão (estágio supervisionado, monografias, trabalho de conclusão de curso, tutoria em prática de ensino, prática e pesquisa pedagógica, prática de ensino, atividades acadêmico-científico-culturais);
- ◆ Implantação de oficinas de leitura, metodologia de estudo e pesquisa, línguas estrangeiras e disciplinas de recuperação, com a participação de tutores e docentes, para estudantes dos primeiros períodos dos cursos de graduação;
- ◆ Racionalização dos horários dos cursos de graduação, buscando o funcionamento em turnos, de modo a abrir espaços para atividades extracurriculares e a garantir condições para aqueles profissionais que já incluídos no mercado de trabalho querem ingressar no ensino superior;
- ◆ Consolidação do Programa de Bolsas Institucionais de Extensão: através de Edital específico com normas e critérios que nortearão o processo seletivo e acompanhamento de bolsistas, com a expectativa de ampliar o número de bolsas;
- ◆ Modernização da gestão das informações sobre as ações de extensão: utilizando uma base de dados nacionais, articulada com o sistema SIEXBRASI, em fase de implantação;
- ◆ Programa de apoio institucional para a realização de Semanas Acadêmicas: apoio financeiro aos discentes que participarem das comissões organizadoras, assim como também a Instituição buscará mecanismos para que estes alunos possam desenvolver suas ações junto às comissões organizadoras sem prejuízo para as disciplinas em curso;
- ◆ Incentivo a projetos e disciplinas de graduação de caráter interdisciplinar: o intercâmbio de conhecimentos de áreas distintas levando a um maior aproveitamento e detalhamento de conteúdos programáticos,

- ◆ Programa “Mídias na Educação”: através da utilização de ferramentas deste programa do MEC, possibilitar a capacitação de professores e estudantes.

VI. Suporte da pós graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação

VI.1 Articulação da graduação com a pós-graduação: expansão quali-quantitativa da pós graduação orientada para a renovação pedagógica da educação superior.

Diagnóstico da situação atual

Considerando-se que as atividades de ensino, pesquisa e extensão são indissociáveis, e que este fato faz a diferença entre uma Universidade de excelência, com destaque na geração de conhecimento e formação cidadã de profissionais qualificados, e uma instituição com grande número de alunos, a Câmara de Pesquisa e Pós-graduação da UFRRJ discutiu e entendeu a importância da contribuição da pós-graduação no projeto do REUNI.

A qualidade da graduação é inseparável da qualidade da pesquisa, da pós-graduação e extensão, e estas, por sua vez, devem estar associadas à contribuição efetiva para o desenvolvimento científico e tecnológico resultando em um desenvolvimento social sustentável.

Para que se tenha uma expansão não apenas na quantidade, mas, principalmente, de qualidade, os recursos envolvidos devem contribuir para a infra-estrutura de ensino (graduação e pós-graduação), para a pesquisa e a extensão e para o bem estar dos estudantes e funcionários da UFRRJ (docentes e técnico-administrativos).

A UFRRJ teve seus primeiros cursos de pós-graduação implantados em 1965, em nível de Mestrado, em Medicina Veterinária - Parasitologia, Agronomia - Ciência do Solo e Química Orgânica, todos mais tarde passando a Programas com Mestrado e Doutorado. Outros foram criados ao longo dos anos, sendo os mais recentes os de Educação Agrícola, Fitossanidade e Biotecnologia Aplicada e o de História. Hoje a UFRRJ têm 16 cursos de pós-graduação *stricto sensu*, nas áreas de Agrárias, Humanas, Exatas e da Terra (tabela 1), sendo 8 com Mestrado e Doutorado e 8 com Mestrado. Os cursos contavam no primeiro semestre de 2007, com 994 alunos regularmente matriculados, dos quais 662 são de mestrado e 332 de doutorado (tabela 1). A UFRRJ possui ainda cursos de especialização *latu sensu*, em andamento, na modalidade presencial e a distância.

Destaca-se, ainda, o Instituto Multidisciplinar, unidade de expansão da UFRRJ no município de Nova Iguaçu, em pleno funcionamento desde 2006 e já com a aprovação de dois editais do PROINFRA, específicos para as unidades de expansão das IFES, já está contribuindo com 50% do corpo docente permanente no curso de mestrado em História, credenciado pela CAPES em 2007, além da crescente qualificação, em nível de doutorado, de seus professores com futura inserção na pós-graduação.

Em 2005, a UFRRJ recebeu o Prêmio de Iniciação Científica do CNPq na modalidade Instituição, devido destaque nacional da inserção dos alunos de graduação ex-bolsistas do Programa PIBIC/CNPq-UFRRJ na pós-graduação em todo o País.

A integração entre a graduação e a pós-graduação tem ocorrido na UFRRJ através da orientação dos alunos de iniciação científica e da participação dos docentes em atividades letivas e orientação na pós-graduação. No entanto, esta forma não é suficiente e, visando tanto a melhoria do ensino de graduação como da formação didático-pedagógica dos alunos da pós-graduação, será importante aumentar a participação destes últimos no estágio de docência. Para essa maior interação será fundamental o aumento do número de bolsas de iniciação científica mestrado e doutorado, bem como a criação de programas

institucionais envolvendo cursos interdisciplinares com a participação dos alunos da graduação e pós-graduação objetivando maior motivação para a pesquisa científica, tecnológica e humanística.

Pretende-se garantir aos programas de pós-graduação já existentes na UFRRJ sua melhoria quali-quantitativa, bem como as condições de crescimento para novos cursos em média de 20%.

Programas de Pós-graduação na UFRRJ

	Programa	Nível	Conceit o	Nº alunos ME	Nº alunos DO	Total
1	Agronomia-Ciência do Solo	M/D	6	35	46	81
2	Biologia Animal	M/D	4	45	29	74
3	Ciência e Tecnologia de Alimentos	M/D	4	44	15	59
4	Ciências Ambientais e Florestais	M/D	4	51	19	70
5	Ciências Veterinárias- Parasitologia e Sanidade Animal	M/D	5	46	78	124
6	Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade	M/D	5	62	93	155
7	Educação Agrícola	M	3	96	-	96
8	Engenharia Química - Tecnologia Química	M	3	18	-	18
9	Fitossanidade e Biotecnologia Aplicada	M	3	13	-	13
10	Fitotecnia	M/D	5	20	23	43
11	Gestão e Estratégia em Negócios ^a	M	3	108	-	108
12	Historia ^b	M	3	-	-	-
13	Medicina Veterinária-Patologia e Ciências Clínicas	M	3	30	-	-
14	Microbiologia Veterinária	M	3	26	-	26
15	Química Orgânica	M/D	4	17	29	46
16	Zootecnia	M	4	51	-	51
	Total Geral			662	332	994

^aMestrado profissional; ^b Início em 2008.

Metas a serem alcançadas com cronograma de execução

Expansão quali-quantitativa da pós-graduação orientada para a renovação e transferência de conhecimento, formando profissionais plenos e fortalecendo práticas pedagógicas atuais e interativas. Têm como eixo central a **Expansão de Vagas na Pós-graduação, Melhoria Qualitativa dos Cursos e a Interação da Graduação com a Pós-graduação.**

Diante do diagnóstico apresentado, as metas propostas para a pesquisa e o ensino de pós-graduação na UFRRJ são:

1. Garantir aos programas de pós-graduação já existentes sua melhoria quali-quantitativa, ou seja, o aumento do número de alunos de pós-graduação *stricto* e *latu sensu*, bem como o aumento da qualidade dos cursos levando ao aumento de conceito na CAPES para os cursos *stricto sensu*.

2. Apoiar os docentes no desenvolvimento das atividades de pesquisa possibilitando a formação de novos grupos e linhas de pesquisa garantindo as condições de crescimento para a criação de novos cursos com uma média de 20% no período de 2008 a 2012.

Estratégias para alcançar a meta

- a) Apoio com recursos materiais e humanos os cursos de pós-graduação existentes;
- b) Incentivo a formação de novos núcleos de pesquisa com vista à criação de cursos novos *stricto sensu* acadêmicos e profissionalizantes;
- c) Ampliar a divulgação dos Programas, com elaboração de material publicitário, catálogos, melhoria da home-page etc.;
- d) Apoio a projetos inovadores e programas que favoreçam a integração da graduação e da pós-graduação visando promover a inserção social;
- e) Criação de cursos de *latu sensu* voltados para treinamento especializado de profissionais, já no mercado de trabalho ou não, buscando o suporte de empresas e associações diversas;
- f) Incentivar a participação de estudantes de PG no ensino de graduação quer através de aulas supervisionadas (estágio à docência) quer através da tutoria de estudantes de graduação;
- g) Melhorar as condições para a permanência diária do aluno de PG na instituição, por exemplo, através da criação de laboratórios de informática multiusuários;
- h) Ampliar o Programa de Moradia Estudantil para alunos de Pós-graduação, em face da localização especial da UFRRJ;
- i) Ampliar a infra-estrutura de salas de aula e laboratórios para os cursos da PG;
- j) Apoiar a edição dos periódicos já existentes e incentivar a criação de novos, bem como a publicação de livros;
- l) Expandir as iniciativas de divulgação interna da pesquisa, tais como fóruns científicos, semanas acadêmicas, e outras, com integração da graduação e pós-graduação.

VII. Plano geral de implementação da proposta

Reordenação da Gestão acadêmica da IFES

A implementação do Programa de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro necessariamente suscitará um processo de importantes transformações em seu atual modelo de gestão acadêmica e administrativa. Tanto seu Estatuto quanto o Regimento, que datam de

1977, apresentam hoje sensíveis problemas. Criados 30 anos atrás, ainda sob a Ditadura Militar, estes documentos há muito não respondem à realidade cotidiana da Universidade. Prova disso são os inumeráveis documentos (portarias, deliberações de órgãos superiores, etc.) que ao longo desses anos foram sendo instituídos visando solucionar questões que surgiam e não eram contempladas nessas cartas básicas que regulam a vida universitária. Somado a isso, o crescimento pelo qual a Instituição foi levada a realizar no período de 1994 até 2004, feito de forma pouco planejada e sem metas claramente estabelecidas. Infelizmente, esse modelo expansão não foi acompanhado de necessários investimentos em recursos humanos e infra-estrutura. A consequência perversa dessa situação é a aceleração de um processo de sucateamento e fragilidade acadêmica da Universidade. Vieram os momentos de crise, aposentadorias, falecimentos de servidores e docentes. Mas, devido a política de governo que se implementava na altura, esses postos de trabalho não foram repostas, gerando o famigerado "passivo" que atinge a todas a Instituições Federais de Ensino. Na UFRRJ, em particular, a expansão não planejada de cursos de graduação gerou a precarização e instabilidade na oferta das disciplinas dos ciclos básicos dos cursos o que resultou em salas de aula superlotadas, estrangulamento do fluxo de alunos nos cursos por falta de vagas nas disciplinas obrigatórias, turmas sem professor, sobrecarga de trabalho dos docentes envolvidos nas disciplinas e a descaracterização da função do Professor Substituto, que passou a ser opção barata e prática para solucionar esses problemas. Considerando uma série histórica de dados no período de 1994-2004, verifica-se que o quadro docente efetivo sofreu redução de 15,4 % (Tabela Abaixo), e as demandas dos cursos de graduação passaram a ser crescentemente atendidas por professores substitutos, que tiveram seu número multiplicado por 5,9 , no período. Tal situação resultou em instabilidade e heterogeneidade no oferecimento das disciplinas para a graduação, ameaça à continuidade aos projetos de pesquisas e a atividades de extensão. A redução contínua do quadro de docentes efetivos associada à expansão de matrículas e cursos resultou no aumento da razão alunos/docentes, na falha no oferecimento de algumas disciplinas, em diferentes momentos, e na superlotação de salas de aula, principalmente nos departamentos que oferecem disciplinas básicas aos cursos de graduação, comprometendo seriamente a qualidade do ensino. Em dez anos (1994-2004), a razão entre matrículas ativas e docentes efetivos cresceu 90 %, enquanto a razão entre matrículas ativas e total de docentes, aumentou em 60 %. A situação de carência de docentes tornou-se crônica, de modo geral na instituição, e dramática nos departamentos que oferecem disciplinas básicas. O Departamento de Matemática, por exemplo, oferece disciplinas para 21 cursos de graduação, atendendo a 13,2 % das matrículas do ciclo básico. No início de 2005, mais de 50 % do seu quadro docente era constituído de professores substitutos, que recebiam salário mensal de cerca de R\$ 780,00. Esta deficiência crônica de docentes, resultante da não reposição, num quadro de expansão de matrículas, vem trazendo graves dificuldades e distorções para o adequado funcionamento e à qualidade dos cursos de graduação. Além disso, esse modelo de expansão gerou outras gravíssimas distorções. A Universidade têm hoje cursos em que os coordenadores não recebem qualquer forma de gratificação por atividade reconhecidamente fundamental para o sucesso dos cursos de graduação. Lembremos das responsabilidades que insidem sobre as coordenações de curso nos momentos de avaliação (Provão, ENADE), reconhecimento de cursos, matrícula e acompanhamento de estudantes. Neste sentido, algumas ações serão implementadas no sentido de superar essas dificuldades, corrigindo assimetrias e distorções. Outra ação urgente será a reforma do Estatuto e do Regimento da Universidade, que será fruto de um processo de discursão com todos os seguimentos da Universidade, durante ainda este ano e no próximo. Matrículas ativas na UFRRJ, número de docentes efetivos, número total de docentes, relação professor efetivo/matrículas ativas e relação total de docentes/matrículas ativas.

Ano	Matrículas Ativas	Docentes efetivos	Total docentes	Relação matrículas/docente efetivos	Relação matrículas/docentes total

1994	4336	553	573	7,8	7,6
1995	4681	516	611	9,1	7,7
1996	4709	502	553	9,4	8,5
1997	4832	530	592	9,1	8,2
1998	5107	525	577	9,7	8,9
1999	5380	512	575	10,5	9,4
2000	5824	499	578	11,7	10,1
2001	6095	490	566	12,4	10,8
2002	6396	499	592	12,8	10,8
2003	6515	476	580	13,7	11,2
2004	6917	468	585	14,8	11,8

Formação Docente para a Proposta

Observando-se o quadro evolutivo do processo de qualificação do corpo docente da Universidade percebemos que há uma política acertada de buscar permanente o aperfeiçoamento dos professores. A filosofia que orienta a implementação do Programa de Reestruturação e Expansão da UFRRJ, no que se refere a formação docente desejada, têm como estratégia os seguintes pressupostos:

1. Contratação de, no mínimo, 80% de doutores.
2. Possibilidade de contratação de, no máximo, 20% de mestres.
3. Uso de, no máximo, 10% de professores substitutos, a partir do total de docentes da Universidade.

EVOLUÇÃO DA QUALIFICAÇÃO DOCENTE						
ANO	Mestres	Percentual	Doutores	Percentual	IQD	Total/ Doc. Efetivos
2002	164	31,9	279	55,9	3,97	499
2003	143	30,1	285	59,87	4,07	476
2004	135	28,9	290	61,96	4,12	468
2005	116	24,4	322	67,62	4,25	476
2006	152	25,8	403	68,32	4,29	590

Plano de contratação de pessoal docente e técnico

PLANO DE CONTRATAÇÃO DE DOCENTES							
Curso	Local	2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL
Arquitetura e Urbanismo	Seropédica	4	4	1	1	-	10
Engenharia Química	Seropédica	2	2	1	-	-	5
Geologia	Seropédica	2	2	1	-	-	5
Engenharia Florestal	Seropédica	2	2	1	-	-	5
Ciências Biológicas	Seropédica	2	2	1	-	-	5
História	Seropédica	5	4	3	2	1	15
Biomedicina	Seropédica	-	5	5	5	1	16
Farmácia	Seropédica	-	5	5	5	1	16
Fisioterapia	Seropédica	-	5	5	5	1	16
Ciências Sociais	Seropédica	4	4	2	2	1	13
Sistemas de Informação	Seropédica	3	5	2	-	-	10
Hotelaria	Seropédica	-	02	02	1	1	10
Química	Seropédica	-	3	5	2	-	10
Filosofia	Seropédica	4	4	2	2	1	13
Letras	Seropédica	6	6	6	3	2	23
Educação/Licenciaturas	Seropédica	4	4	4	-	-	12
Relações Internacionais	Seropédica	-	4	4	4	2	14
Comunicação	Seropédica	-	5	4	2	1	12
Direito	Seropédica	-	5	5	4	3	17
Educação Artística	Seropédica	-	5	4	2	1	12
Geografia	Seropédica	5	4	2	1	1	13
Ciências Contábeis	Seropédica	-	5	3	2	2	12
Ciências Econômicas	Seropédica	4	3	2	2	1	12
Administração Pública	Seropédica	-	5	3	2	3	13
Fonoaudiologia	Nova Iguaçu	-	5	5	4	2	16
Fisioterapia	Nova Iguaçu	-	5	5	4	2	16
Letras	Nova Iguaçu	-	7	7	6	3	23
Direito	Nova Iguaçu	-	5	5	4	3	17
Educação/Licenciaturas	Nova Iguaçu	-	3	3	-	-	6
Total		47	120	98	65	33	367

QUADRO SÍNTESE

	1.º ANO/2008	2.º ANO/ 2009	3.º ANO/2010	4.º ANO/ 2011	5.º NO/2012	TOTAL
Professores DE 40 Horas	47	120	98	65	33	367
Servidores de nível superior	20	20	10	5	5	60
Servidores de nível médio	80	60	50	-	-	190

VIII. Cronograma geral de implementação e execução

AÇÕES	2008	2009	2010	2011	2012
REVISÃO E ELABORAÇÃO DOS PPC	X				
CONSTRUÇÃO DE PAVILHÕES DE AULAS TEÓRICAS E PRÁTICAS	X	X	X		
CONSTRUÇÃO DE LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA E DE LÍNGUAS	X	X	X		
REFORMA E AMPLIAÇÃO DE LABORATÓRIOS	X	X	X	X	X
REFORMA DOS ANFITEATROS DO PAVILHÃO CENTRAL	X	X	X	X	X
CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA		X	X	X	
AMPLIAÇÃO DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO	X	X			
AMPLIAÇÃO DOS ALOJAMENTOS DISCENTES	X	X	X		
REFORME E AMPLIAÇÃO DO HOTEL UNIVERSITÁRIO	X	X	X		
IMPLANTAÇÃO DE NOVOS CURSOS		X	X	X	
AMPLIAÇÃO DE VAGAS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO		X			
CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES	X	X	X	X	
CONTRATAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	X	X	X	X	
AQUISIÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO	X	X	X	X	X
AUMENTO NO NÚMERO DE BOLSAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	X	X	X	X	X
AUMENTO DO NÚMERO DE PIBIC E PROIC	X	X	X	X	X

CRIAÇÃO DE MODALIDADES DE BOLSAS PARA A MELHORIA DO ENSINO DE GRADUAÇÃO – PROGRAD E PROAPRENDIZAGEM	X	X	X	X	X
---	---	---	---	---	---

IX. IMPACTOS GLOBAIS

A UNIVERSIDADE DEVE SER COMPREENDIDA COMO UM PATRIMÔNIO CULTURAL DE VALOR UNIVERSAL. EM SEU PROCESSO DE CONSTRUÇÃO, QUE NO OCIDENTE DURA MAIS DE 800 ANOS, CONSTITUI-SE NO *LÓCUS* POR EXCELÊNCIA EM QUE A EXPERIÊNCIA HUMANA RADICALIZA SUA BUSCA POR DESVENDAR OS FENÔMENOS DA NATUREZA, DO ESPAÇO, DAS SOCIEDADES, DO PASSADO E DO PRESENTE. CONFORME REITERADAS VEZES FRISOU O FILÓSOFO ERNST CASSIRER, É ATRAVÉS DA FILOSOFIA, DA CIÊNCIA, DA HISTÓRIA E DAS ARTES QUE O HOMEM CONSEGUE TER ACESSO A MAIS ELEVADA FORMA DE CONHECIMENTO, ISTO É, O CONHECIMENTO DE SI MESMO¹⁶. ALÉM DISSO, CONFORME INDICAM DIVERSAS PESQUISAS, EM UM PAÍS COMO O BRASIL, O SIMPLES FATO DE SE OBTER UM DIPLOMA DE ENSINO SUPERIOR DETERMINA INVARIAVELMENTE A MELHOR FORMA DE SE ROMPER COM O CIRCULO VICIOSO DA POBREZA.

NESTE SENTIDO, O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR DEVE SER CONCEBIDO COMO UM DIREITO UNIVERSAL, CAMINHO DE PLENITUDE CIDADÃ EM FORMA DE LIBERTAÇÃO ESPIRITUAL E INTELLECTUAL. É NA RESPONSABILIDADE PELO NOSSO PRÓPRIO CAMINHAR, QUE A ESTRADA DE RETORNO AOS VALORES INDIVIDUAIS E COLETIVOS PODE SER CONSTRUÍDA. ESTE CAMINHO SE REALIZA QUANDO O EDUCADOR PERCEBE QUE A SUA FORMA DE AGIR, NAS MAIS SIMPLES ATIVIDADES COTIDIANAS, NADA MAIS É QUE UMA PARTE DO PROCESSO EDUCATIVO, QUE FLUI CONSTANTEMENTE ATRAVÉS DE SUAS ATITUDES. A PARTIR DE ENTÃO, A VISÃO DO QUE É ENSINO E DO QUE SÃO MÉTODOS DE ENSINO SE TRANSFORMA, E O EDUCADOR ASSUME VERDADEIRAMENTE O PAPEL DE AGENTE DO PROCESSO EDUCACIONAL E NÃO, SIMPLEMENTE ESTA COMO UMA ATIVIDADE MEIO. QUANDO OS EDUCADORES INVESTEM NESTA PERSPECTIVA, OUTRAS POSSIBILIDADES SURGEM NA EDUCAÇÃO.

O DESENVOLVIMENTO GLOBAL DO INDIVÍDUO E A CRIAÇÃO DE SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM QUE DESENVOLVAM QUALIDADES FLUEM DE UMA FORMA CONTÍNUA NO COTIDIANO ESCOLAR. OS VALORES SÃO AS BASES DE NOSSAS AÇÕES COTIDIANAS E PODEM DIRECIONAR PARA O AVANÇO DAS CONDIÇÕES DE SOBREVIVÊNCIA HUMANA. COMPREENDE-SE QUE UMA BOA FORMAÇÃO BASEIA-SE EM UM PROCESSO CLARO DE COMPREENSÃO DE VALORES E SABERES, QUE SUSTENTEM O HUMANO, NO SENTIDO DA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE RELACIONAMENTOS E VIDA. ACREDITAMOS SER NECESSÁRIO, ATRAVÉS DE UMA ESTRUTURA CURRICULAR COERENTE, BUSCAR UM EIXO E A DEFINIÇÃO DE UM SENTIDO, DE UM OBJETIVO, QUE NÃO SEJA A SUBMISSÃO SIMPLES A IDEIAS-PADRÃO UNIVERSAIS, NEM UMA SIMPLES ADAPTAÇÃO ESTRITA ÀS

¹⁶ CASSIRER, Ernst. *Ensaio Sobre o Homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

PERSPECTIVAS ESTABELECIDAS PELO MERCADO E PROPAGADAS PELO POUCO ÉTICO SENSO COMUM DA PRESENTE SOCIEDADE.

O DESAFIO DA FORMULAÇÃO DE UMA ESTRUTURA CURRICULAR QUALIFICADA TEM SIDO DESENVOLVER PROCESSOS NOS QUAIS HAJA O ENVOLVIMENTO DA EQUIPE DOCENTE, DOS DISCENTES, DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS E DA COMUNIDADE. DUAS QUESTÕES DE PRIMEIRA ORDEM PRECISAM SER ENFRENTADAS NESTE DEBATE: A) APREENSÃO E COMPREENSÃO DA COMPLEXIDADE DAS TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS QUE A HUMANIDADE E O PRÓPRIO CONHECIMENTO ATRAVESSAM NOS DIAS ATUAIS; B) DISCERNIR E PROPOR *NOVOS RUMOS* PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR E CONSEQÜENTEMENTE A DEFINIÇÃO DE UMA POLÍTICA PLURAL, DE RESPEITO ÀS DIFERENÇAS CULTURAIS, ÉTNICAS E DE REFERENCIAIS TEÓRICOS.

EM UM MUNDO MARCADO POR VIOLÊNCIAS CRESCENTES E PROFUNDAS DESIGUALDADES HUMANAS E SOCIAIS, ONDE, DE UM LADO DO HEMISFÉRIO, AVISTAMOS UM “NORTE” DESENVOLVIDO, E DE OUTRO, NOS DEPARAMOS COM UM “SUL” POBRE, ESTRATIFICADO E MARCADO POR IMENSAS DIFERENÇAS DE QUALIDADE DE VIDA, PERGUNTAMOS: AO TRATAR DA ÉTICA NO MUNDO ATUAL, ARTICULADA A ESTRUTURA CURRICULAR, NÃO ESTARIÁMOS NO QUE CONCERNE À FORMAÇÃO EM NÍVEL SUPERIOR, ARTICULANDO OS DOIS ITENS ANTERIORES? NÃO ESTARIÁMOS AÍ PROPONDO *NOVOS RUMOS* PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR E PARA FORMAÇÃO PROFISSIONAL? A UNIVERSIDADE, NO QUE TANGE AO SEU COMPROMISSO COM A FORMAÇÃO, TEM ASSIM, UM IMPORTANTE PAPEL NA CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS INDIVIDUAIS E PLURAIS, QUE VISEM À SUPERACÃO DAS CONDIÇÕES DE EXCLUSÃO, MISÉRIA E POBREZA, TRILHANDO ASSIM, O CAMINHO DO RESGATE DOS VALORES DE TOLERÂNCIA, SOLIDARIEDADE, INCLUSÃO, AUTONOMIA, COOPERAÇÃO E LIBERDADE. DEVEMOS APONTAR NA DIREÇÃO DE TRÊS EIXOS BÁSICOS, NO QUE DIZ RESPEITO À FORMAÇÃO:

- A) DO PAPEL E FUNÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.
- B) DE UM NOVO OLHAR PARA A UNIVERSIDADE.
- C) DE UM NOVO FAZER ACADÊMICO-CIENTÍFICO.

A PRIMEIRA TRATA DE UMA FORMAÇÃO ENTRE SABERES COMPETENTES, ARTICULADOS AOS PRINCÍPIOS E VALORES ÉTICOS DA AUTONOMIA E DA RESPONSABILIDADE HUMANA E SOCIAL. A SEGUNDA FUNDAMENTA-SE NO PRINCÍPIO DA ALTERIDADE, OU SEJA, UMA VISÃO DE UNIVERSIDADE QUE NÃO SE DETENHA AO SIMPLES RESGATE DAS DIFERENÇAS, MAS QUE CONJUGUE A ISTO, A SUPERACÃO DAS DESIGUALDADES. EM SUMA, UMA UNIVERSIDADE INOVADORA, ABERTA, AUTÔNOMA, PARTICIPATIVA, DIVERSIFICADA E ACESSÍVEL. UMA UNIVERSIDADE QUE TENHA A PREOCUPAÇÃO COM A FORMAÇÃO INTEGRALIZADA, QUE BUSQUE TECER CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS E VALORES ÉTICO-CULTURAIS. COM CERTEZA, A COMPLEXIDADE DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, NOS IMPÕE HOJE, UM COMPROMISSO DE REFLEXÃO NO SENTIDO DE ENCONTRARMOS O CAMINHO FÉRTIL PARA O FORTALECIMENTO DA AÇÃO PEDAGÓGICA DE FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA EM ESCALA GLOBAL, A PARTIR DA CONSISTÊNCIA DE SUA ESTRUTURA CURRICULAR (NÃO FRAGMENTADA, NÃO MODULAR E NÃO PRECARIZADA), ASSOCIADA AOS INTERESSES DE UM GRANDE NÚMERO DE EXCLUÍDOS EM NOSSA SOCIEDADE. SEM DÚVIDA, É DA MAIOR RELEVÂNCIA NO INTERIOR DESSE PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO, A TESSITURA ENTRE O ACADÊMICO-INSTITUCIONAL E A REALIDADE POLÍTICO-CULTURAL DA COMUNIDADE, UMA VEZ QUE ESTES, NECESSARIAMENTE, DEVERÃO ESTAR PAUTADOS NA HABILIDADE DE ARTICULAÇÃO ENTRE O LOCAL E O GLOBAL, ENTRE O ESPECÍFICO E O PLURAL. ACREDITAMOS QUE SOMENTE QUANDO IDENTIFICARMOS EDUCAR ENQUANTO O DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIDADES INTERNAS E NÃO MERAS IMPOSIÇÕES OU SIMPLES TRANSMISSÕES DE INFORMAÇÃO, COMPARTILHAREMOS RESPONSABILIDADES

CONCERNENTES À FORMAÇÃO DA CIDADANIA, E AGIREMOS VERDADEIRAMENTE COMO FACILITADORES NO CAMINHO DE CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE, ONDE TAMBÉM, E FUNDAMENTALMENTE A PARTIR DA EDUCAÇÃO, SE RECUSE O PROCESSO DE EXCLUSÃO SOCIAL.

A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, ORIENTADA PELA FILOSOFIA DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR, E DO PERMANENTE APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL E DEFESA INTRANSIGENTE DA RELAÇÃO ENTRE ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO E DA UNIVERSIDADE PÚBLICA, GRATUITA E DE QUALIDADE, PERMITE QUE PROJETEMOS IMPACTOS SOCIAIS E INSTITUCIONAIS DA MAIS ALTA RELEVÂNCIA PARA UMA MACROREGIÃO QUE POSSUI CERCA DE 8 MILHÕES DE HABITANTES E APRESENTA AS MAIORES DEMANDAS POR AÇÕES DO PODER PÚBLICO QUE VISEM SUPERAR OS DESAFIOS PELA MELHORIA DA EDUCAÇÃO, SAÚDE, SEGURANÇA PÚBLICA E CULTURA. ALGUNS FATORES PODEM SER DESCRITOS COMO PONTOS FUNDAMENTAIS DA PROPOSTA, CONCEBIDA PELA COMUNIDADE ACADÊMICA E QUE REPRESENTARÃO, CERTAMENTE, AÇÕES DE SUMA IMPORTÂNCIA PARA A REGIÃO EM QUE SE INSERE A UFRRJ.

1. OBSERVANDO-SE AS METAS GERAIS ENUNCIADAS, PERCEBE-SE QUE O CRESCIMENTO DA OFERTA DE VAGAS NOVAS PARA O INGRESSO NA UNIVERSIDADE POSSUI NO CRESCIMENTO DAS LICENCIATURAS A PRIMEIRA DAS OPÇÕES QUE NORTEIA O ESPÍRITO DE COMPROMISSO SOCIAL DA PROPOSTA. COM A CRIAÇÃO DOS CURSOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS, FILOSOFIA, LETRAS (NAS MODALIDADES PORTUGUÊS E LITERATURA, PORTUGUÊS E INGLÊS, PORTUGUÊS E ESPANHOL), GEOGRAFIA, LICENCIATURA EM BELAS ARTES, ALÉM DO CRESCIMENTO DA OFERTA E CONSOLIDAÇÃO DAS LICENCIATURAS EM HISTÓRIA E CIÊNCIAS BIOLÓGICAS, FUNDAMENTALMENTE NO PERÍODO NOTURNO, PREENCHEM UMA LACUNA HISTÓRICA QUE O ENSINO PÚBLICO SUPERIOR MANTÉM COM A REGIÃO EM QUE A UNIVERSIDADE SE INSERE. A IMPLEMENTAÇÃO DESSA POLÍTICA VOLTADA PARA OFERTAR DE TODOS OS CURSOS DE LICENCIATURA VÊM AO ENCONTRO DE INICIATIVAS QUE BUSCAM SOLUCIONAR OS GRAVES PROBLEMAS QUE AFLIGEM A EDUCAÇÃO BÁSICA NO PAÍS, POIS OS DADOS INDICAM QUE CERCA DE 50% DOS PROFESSORES QUE ATUAM NAS PRIMEIRAS SÉRIES DO ENSINO, ISTO É, NA ALFABETIZAÇÃO (NA PRIMEIRA SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL QUE AS TAXAS DE REPETÊNCIA SÃO MAIS ELEVADAS), NÃO POSSUEM FORMAÇÃO DE SUPERIOR, CONTRARIANDO A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA, QUE INSTITUIU EM SUAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS O DECÊNIO DE 1997 A 2007 COMO A DÉCADA DA EDUCAÇÃO E FIXOU, NO ARTIGO 87, QUE, AO FINAL DESSE PERÍODO, SÓ SERIAM ADMITIDOS "PROFESSORES HABILITADOS EM NÍVEL SUPERIOR".

2. A UFRRJ APRESENTA REAIS POTENCIALIDADES DE CRESCIMENTO DAS HUMANIDADES EM UMA DIMENSÃO MAIOR DO QUE NAS LICENCIATURAS. NESTE SENTIDO, ATRAVÉS DA CRIAÇÃO DOS CURSOS DE DIREITO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COMUNICAÇÃO FORNECEMOS RESPOSTAS À CRESCENTE DEMANDA POR ESSAS ÁREAS EM TODAS AS UNIVERSIDADES, PÚBLICAS OU PRIVADAS. AQUI, NOVAMENTE O DIAGNÓSTICO DA AUSÊNCIA INDICOU O CAMINHO A SEGUIR, POIS NÃO HÁ OFERTA PÚBLICA PARA ESSAS RELEVANTES ÁREAS DO CONHECIMENTO NO ÂMBITO DAS HUMANIDADES. ASSIM, ABRE-SE A OPORTUNIDADE PARA QUE O PROCESSO DE EXPANSÃO DA UNIVERSIDADE CONCENTRANDO UMA DE SUAS AÇÕES NO FORTALECIMENTO E CRESCIMENTO DA GRANDE ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS, COM A CRIAÇÃO DE NOVOS CURSOS PRINCIPALMENTE NA MODALIDADE DE LICENCIATURAS, VENHA A SER FATOR DE MAIOR OXIGENAÇÃO PARA AS DEMAIS ÁREAS EM QUE A UNIVERSIDADE DESDE SEMPRE ATUA COM QUALIDADE E COMPETÊNCIAS PUBLICAMENTE RECONHECIDAS.

3. FRUTO DA DEDICAÇÃO INTELECTUAL E VONTADE POLÍTICA DE PROFESSORES DE VÁRIOS DEPARTAMENTOS DA UNIVERSIDADE, A CRIAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM BELAS ARTES SERÁ UMA AÇÃO FUNDAMENTAL NO SENTIDO DE INSERIR CONTUNDENTEMENTE A UNIVERSIDADE EM OUTRAS LINGUAGENS E SABERES. DIVERSOS INDICADORES ASSINALAM QUE A CULTURA É UMA FORMA PRIVILEGIADA DE COMBATE À VIOLÊNCIA E FATOR DECISIVO NO PLENO DESENVOLVIMENTO HUMANO E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA. ASSIM, IMAGINAMOS EXTREMAMENTE POSITIVO O IMPACTO QUE A IMPLANTAÇÃO DE MAIS ESSE CAMPO DE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO TRARÁ PARA A UNIVERSIDADE E COMUNIDADE DO SEU ENTORNO.

4. A AMPLIAÇÃO DA ÁREA DE SAÚDE É OUTRA AÇÃO ESSENCIAL DO PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. SEGUINDO A LÓGICA DA AUSÊNCIA, QUE CONDUZIU A POLÍTICA DE EXPANSÃO DAS LICENCIATURAS VISANDO A ATENDER A CRESCENTE DEMANDA SOCIAL POR PROFESSORES BEM QUALIFICADOS QUE ATUARÃO NO ENSINO BÁSICO, A EXPANSÃO DA ÁREA DE SAÚDE, INICIALMENTE COM QUATRO NOVOS CURSOS: BIOMEDICINA, FISIOTERAPIA, FONOAUDIOLOGIA E FARMÁCIA, ALÉM DE APROVEITAR REAIS POTENCIALIDADES HUMANAS QUE POSSUI A UNIVERSIDADE, CRIARÁ REAIS CONDIÇÕES PARA A OFERTA DESSES SERVIÇOS À COMUNIDADE. A CONCENTRAÇÃO DOS CURSOS DA ÁREA DE SAÚDE OFERECIDOS POR UNIVERSIDADES PÚBLICAS NO CENTRO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO É FATO QUE REFLETE A HISTÓRICA POLÍTICA DE “ESQUECIMENTO”, DESCASO E APROFUNDAMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E ECONÔMICAS, A PARTIR DA RELAÇÃO PERVERSA DE ACUMULAÇÃO DAS RIQUEZAS NO CENTRO E DO APROFUNDAMENTO DA POBREZA NAS PERIFERIAS. A BAIXADA FLUMINENSE, COMO É DE CONHECIMENTO GERAL, É UMA DAS REGIÕES METROPOLITANAS DO PAÍS QUE APRESENTA AS MAIORES DEMANDAS POR ESSES SERVIÇOS PÚBLICOS. A UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, NA CONTRAMÃO DESSE PROCESSO HISTÓRICO, ABRE-SE PARA POSSIBILIDADE DE ESTREITAR SEUS VÍNCULOS COM A SOCIEDADE QUE LHE CERCA.

5. DO PONTO DE VISTA DAS TRANSFORMAÇÕES QUE ESPERAMOS PROMOVER NA INSTITUIÇÃO APÓS A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE REESTRUTURAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, AO TÉRMINO DO CICLO DE 5 ANOS ESPERAMOS:

- TER REALIZADO A REVISÃO E A IMPLANTAÇÃO DE TODOS OS PROJETOS POLÍTICOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO, ADEQUANDO-OS AOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS.
- TER CONSOLIDADO A EXPANSÃO DA GRANDE ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS NA UNIVERSIDADE, PRINCIPALMENTE, NA MODALIDADE DE LICENCIATURAS OFERTADAS NO PERÍODO NOTURNO.
- TER EXPANDIDO A OFERTA DE CURSOS DE GRADUAÇÃO NA ÁREA DE ENGENHARIA RESPONDENDO À CRESCENTE DEMANDA SOCIAL POR ESSAS FORMAÇÕES.
- TER EXPANDIDO SIGNIFICATIVAMENTE OS CURSOS DE GRADUAÇÃO QUE SERVIRÃO DE BASE PARA A CONSOLIDAÇÃO DA ÁREA DE SAÚDE. ESSA INICIATIVA ORIENTA-SE PELA FILOSOFIA DE BUSCAR CONSTRUIR AS FUNDAÇÕES DE UMA GRANDE FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA DA BAIXADA FLUMINENSE, CUJA VOCAÇÃO SERÁ APROFUNDAR OS COMPROMISSOS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE, INTERVINDO, ATRAVÉS DA PESQUISA, DO ENSINO E DA EXTENSÃO NOS GRAVES PROBLEMAS QUE AFLIGEM AS POPULAÇÕES DE SEU ENTORNO.
- TER EXPANDIR QUALI-QUANTITATIVAMENTE A ESTRUTURA FÍSICA DA UNIVERSIDADE, ATRAVÉS DA REALIZAÇÃO DE NOVAS CONSTRUÇÕES E REFORMAS DE INSTALAÇÕES A MUITO PRECARIZADAS.

- TER MUNIDO TODOS OS CURSOS DE GRADUAÇÃO A SEREM CRIADOS E AQUELES QUE PASSARÃO POR PROCESSO DE CRESCIMENTO DE CORPO DOCENTE QUALIFICADO E PESSOAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO, ATRAVÉS DE CONCURSO PÚBLICO.
- TER QUALIFICADO O CORPO DOCENTE E PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO PARA OS DESAFIOS DO TEMPO PRESENTE.
- TER APROFUNDADO AÇÕES E POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.
- TER REDUZIDO AS TAXAS DE EVASÃO.
- TER ELEVADO OS ÍNDICES GLOBAIS DE CONCLUSÃO DE CURSO TENDO COMO META PRÓPRIA E REALISTA 80% DE CONCLUINTES.
- TER ATINGIDO O ÍNDICE GLOBAL DE 1 PROFESSOR PARA 18 ALUNOS, DE FORMA EQUILIBRADA E EM TODA A UNIVERSIDADE.
- TER CRIADO AS CONDIÇÕES BÁSICAS PARA O CRESCIMENTO E EXPANSÃO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO.

6. TODAS AS EXPECTATIVAS NO CUMPRIMENTO DE TANTAS METAS, ALGUMAS AMBICIOSAS, APONTAM PARA O INÍCIO DE PROCESSOS TRANSFORMADORES QUE IMPACTARÃO SENSIVELMENTE A ESTRUTURA ACADÊMICA DA UNIVERSIDADE, GERANDO UM CICLO VIRTUOSO DE DEBATES NA COMUNIDADE ACADÊMICA ENTORNO DOS NOVOS RUMOS QUE DEVEREMOS TOMAR DIANTE DO FENÔMENO IRREVERSÍVEL DO CRESCIMENTO QUALI-QUANTITATIVO DA UFRRJ. UM RESULTADO IMPORTANTE DESSE FENÔMENO SERÁ A CONSTRUÇÃO TANTO DE UM NOVO REGIMENTO QUANTO DE NOVO ESTATUTO, DOCUMENTOS BÁSICOS QUE REGULAM A VIDA ACADÊMICA, MAS, CONFORME JÁ REFERIMOS, ENCONTRAM-SE COMPLETAMENTE SUPERADOS PELA REALIDADE COTIDIANA.

7. TODAVIA, O IMPACTO DE MAIOR RELEVÂNCIA QUE SENTIREMOS DAQUI ALGUNS ANOS NA VIDA UNIVERSITÁRIA COM A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO, SERÁ PERCEBER A UFRRJ, DEFINITIVAMENTE, COMO UMA UNIVERSIDADE MODERNA, PRODUZINDO RESPOSTAS AOS DESAFIOS DO TEMPO PRESENTE E PREOCUPADA COM O FUTURO DO PLANETA E DO PAÍS. UMA UNIVERSIDADE QUE APROFUNDA SUAS RELAÇÕES COM A SOCIEDADE ONDE ELA SE INSERE. A UFRRJ TRANSFORMAR-SE-Á, VERDADEIRAMENTE, NA GRANDE UNIVERSIDADE PÚBLICA, GRATUITA E DE QUALIDADE QUE NECESSITAM A BAIXADA FLUMINENSE E TODA A REGIÃO METROPOLITANA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. UMA UNIVERSIDADE DE TODOS E PARA TODOS.